

30

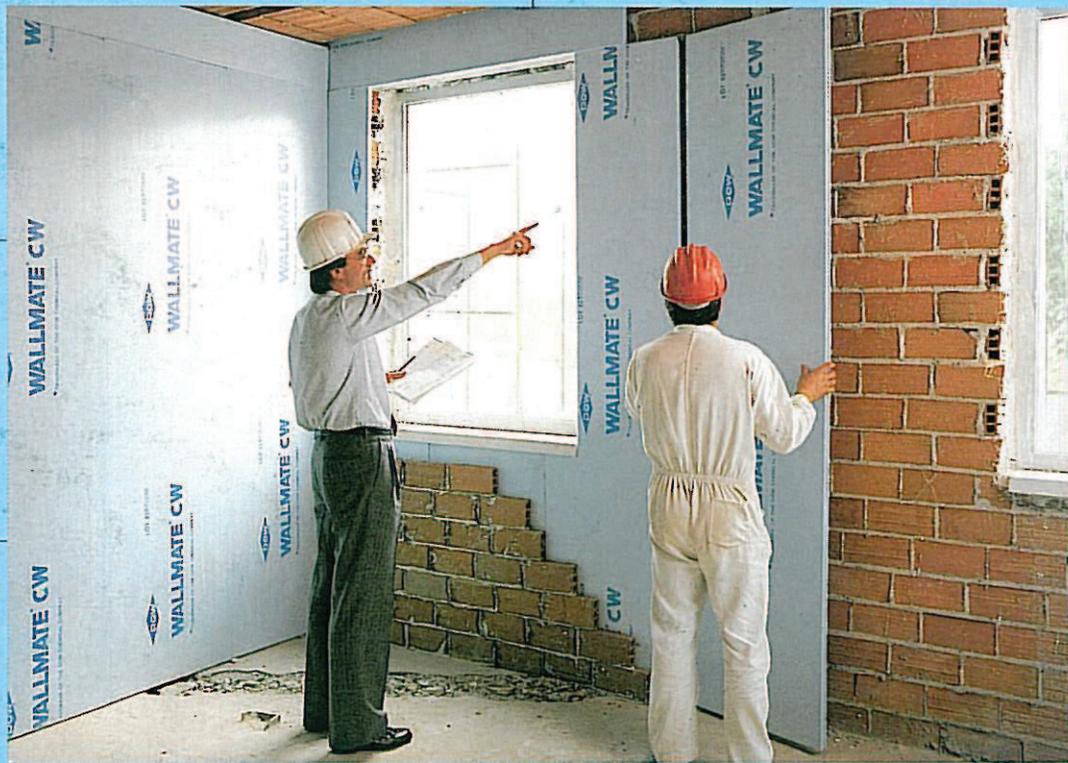
# ARQUITECTOS



LISBOA  
**EXPO'98**

130

# Wallmate CW, até à eternidade.



Chame-nos directamente ou recorte e envie-nos o cupão junto e rapidamente conhecerá a técnica ideal para resolver definitivamente qualquer problema de isolamento térmico de paredes laterais com caixa de ar.

Um excelente produto para isolamento entre tabiques com um valor assegurado durante a vida do edifício. Placas isolantes de poliestireno extrudido **WALLMATE\* CW**.



Plano Styrofoam® - baseado em 25 anos de eficácia comprovada em isolamento térmico.



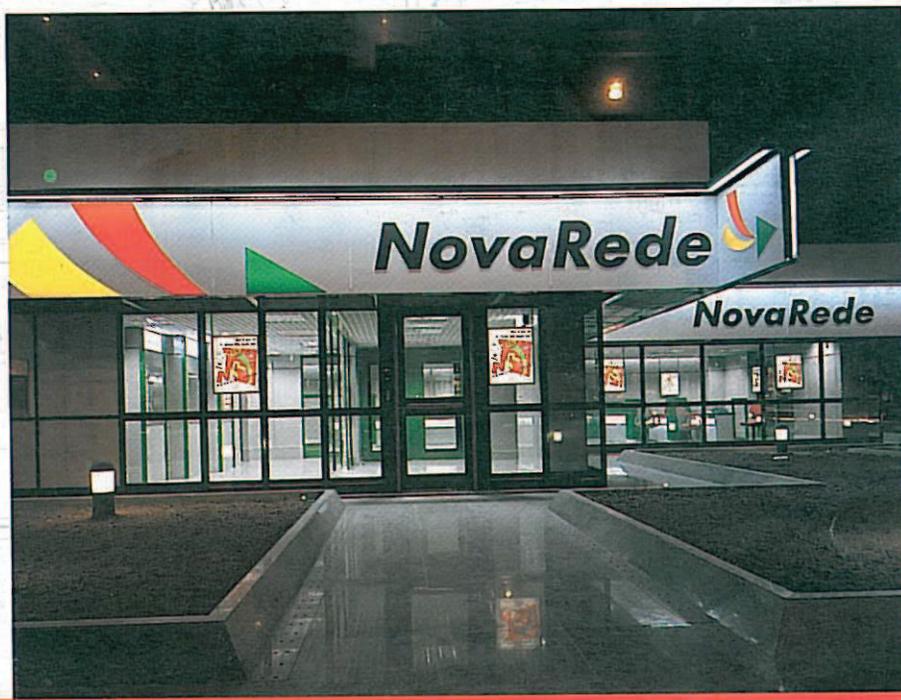
\*Marca - The Dow Chemical Company

Dow Portugal, Lda, Rua Rodrigues Sampaio, 97-4º - 1100 Lisboa  
Tel.: 57 89 55 - 355 25 34 - Telex: 12682 - Fax 315 08 20

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Companhia: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_  
Codigo Postal: \_\_\_\_\_  
Tel.: \_\_\_\_\_  
Telex: \_\_\_\_\_

# AUTOCAD®

## NA PRÁTICA



Quando no final de 1989 foi lançado o projecto da *NovaRede do Banco Comercial Português*, a firma responsável pelo projecto de Arquitectura - o *Intergaup Gabinete de Arquitectura Urbanização e Planeamento, Lda.* decidiu utilizar o AutoCAD para a sua concretização com Desenho por Computador.

Os técnicos do *Intergaup* prepararam um conjunto de simbologia e menus específicos e ligaram em rede local todos os postos de trabalho de CAD. Garantiram assim a maior produtividade, a melhor imagem e custos mínimos para a execução de tão aliciente projecto.

Os principais projectos de Engenharia são realizados pela *Fase Estudos e Projectos, S.A.* que, usando o AutoCAD, garante que a comunicação entre os projectistas das duas empresas se revele extremamente facilitada e eficaz.

Hoje, estão realizadas 260 sucursais da *NovaRede*. Sempre que são necessárias alterações e adaptações os responsáveis do *BCP* podem receber no próprio dia os estudos realizados pelos projectistas do *Intergaup*.

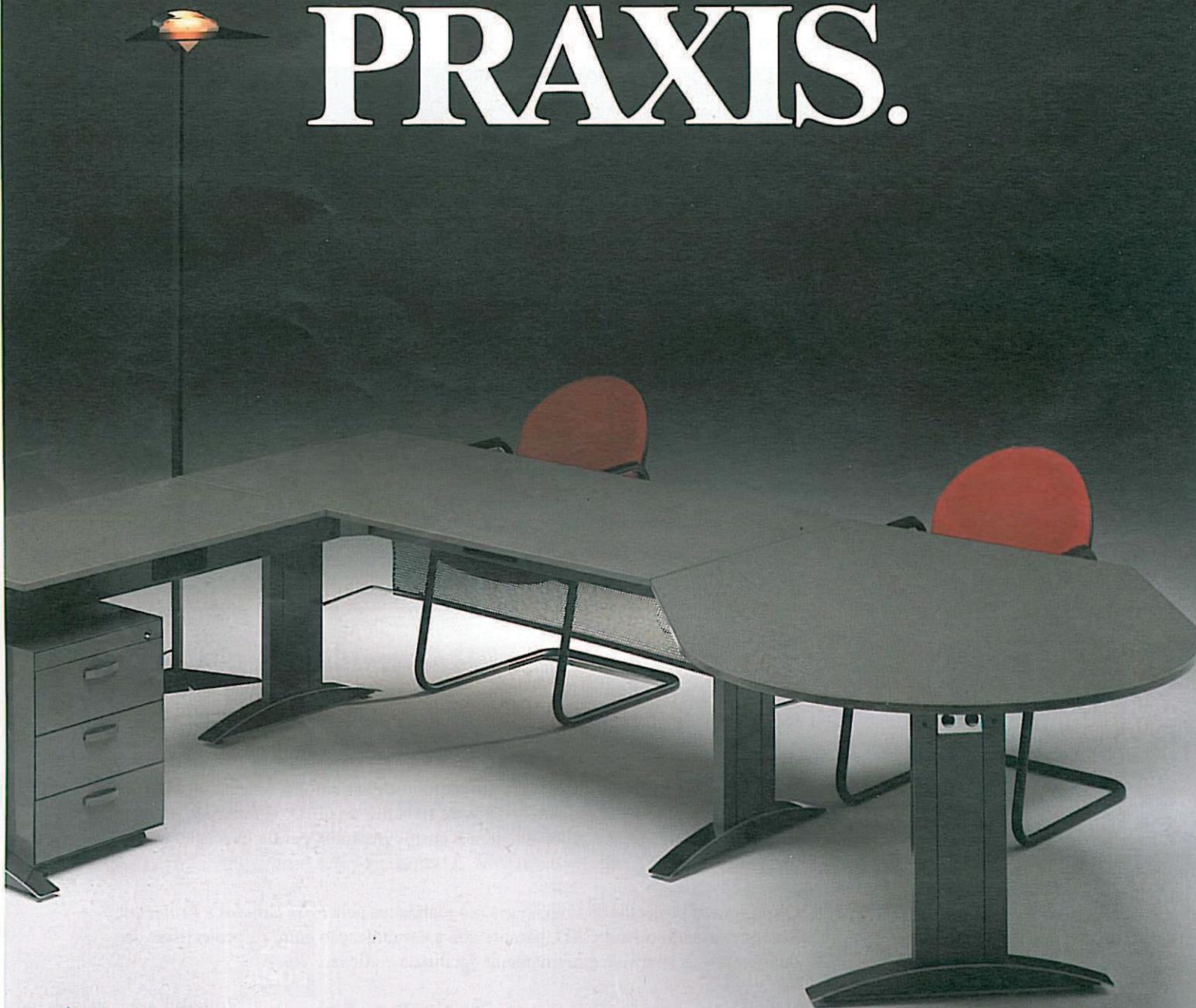
Compreendemos facilmente porque o *Intergaup* e a *Fase* não podem dispensar o AutoCAD. Você também ficará entusiasmado.

 Autodesk.

**MICROGRAF**  
Distribuidor único  
AutoCAD + 3DStudio  
Telf. (02) 9379177/9376850  
Fax 9379176

AUTOARCHITECT versão Portuguesa  
Já disponível!

# A SOLUÇÃO , PRÁXIS.



**Linha estruturante dos espaços  
não confinados.**

**Sistema funcional para um novo  
conceito de espaço.**

## PRÁXIS

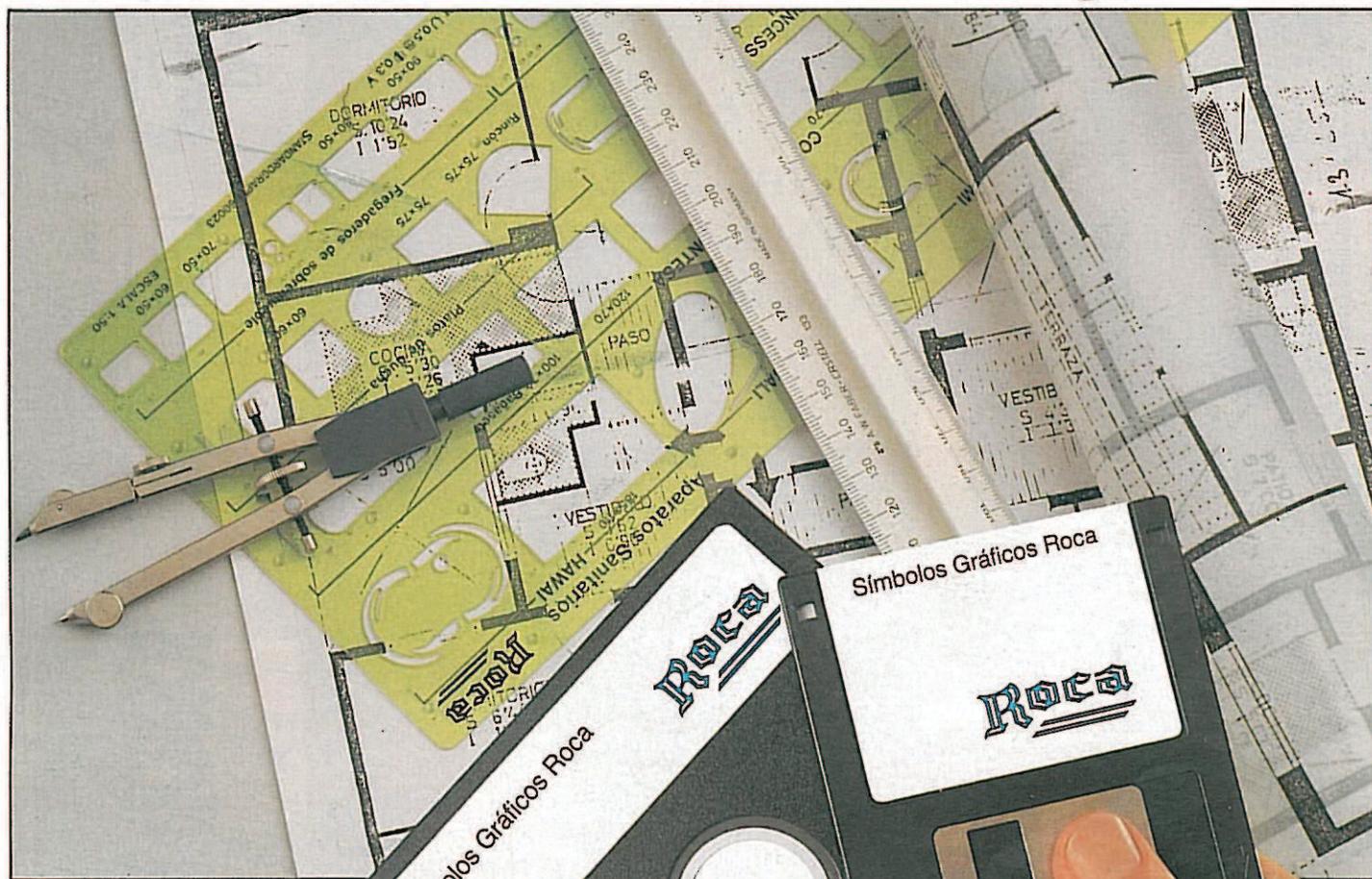
## LONGRA



A CULTURA DO ESPAÇO

# Roca

## O Escantilhão de Símbolos Gráficos Roca de Artigos Sanitários



**Agora em  
Diskette**

**OFERTA GRATUITA**

**Pedidos :**

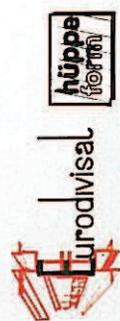
**Roca**

Rua José Duarte Lexim, Lt. 6  
2675 ODIVELAS  
Telef. 01-937 76 67 / 937 55 39 Fax 937 54 05



**DIVIDIR O ESPAÇO, MULTIPLICAR RECURSOS.**

**Divisórias amovíveis para o  
planeamento flexível de espaços.**



**hüppe**  
forpny

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ALUMÍNIOS, LDA.

Divisórias \* Tecidos Falsos \* Portas de Fole \* Blombos acústicos  
Rua Maestro Pedro Freitas Branco, nº 25 - 1200 Lisboa - Tel. 3969265 Fax. 3977151



MODELO PORTUGAL REF. 5037



## CÂMARA MUNICIPAL

## DA GUARDA

Arquitecto: João Paciência  
Modelo: PORTUGAL Nº5037

Dando resposta a um programa específico de poltronas para a obra em referência, em que parte das cadeiras deveriam ser amovíveis, a FIGUERAS criou o MODELO PORTUGAL identificada pela referência de catálogo 5037.

Dispondo de todas as características de uma cadeira fixa esta poltrona caracteriza-se pelos seus traços e ilharças laterais até ao chão, totalmente forradas a tecido.

  
**FIGUERAS**  
INTERNATIONAL  
*Seating*

Telhasol:  
a verdade da argila, o rigor da técnica.

**LUSOCERAM**



# Wilkhahn em Portugal

## Abertura do escritório de representação

A Wilkhahn, líder em Design Industrial aplicado ao mundo do mobiliário de escritório, dispõe de um serviço de apoio a arquitectos e prescritores de mobiliário, através do seu Departamento de Projectos, dotado de meios humanos e técnicos,

arquitectos e desenho assistido por computador, capaz de desenvolver

implantações em 2 e 3D com o máximo rigor e flexibilidade.

Damos assim apoio à gestão integral dos seus projectos, oferecendo este serviço aos nossos distribuidores

exclusivos:



Picto: Responde ao que nos move a continuará a mover.

### Epicentro

Estrada de Coselhas,  
lote 15/16 - R/C  
3000 Coimbra  
Telf. (039) 492 491  
Fax. (039) 492 835

### Interescritório

Rua David de Sousa, 10  
2º Esq.  
1000 Lisboa  
Telf. (01) 796 1311  
Fax. (01) 796 1097

### Parisete

Calçadinha do Tijolo, 58  
pt 13 - 1º prt.  
1100 Lisboa  
Telf. (01) 888 1366  
Fax. (01) 886 3110

Esperamos por si na FILEME'94, de 5 a 9 de Janeiro, onde teremos em exposição os nossos produtos: cadeiras de trabalho, mesas modulares para conferência, assentos para zonas de espera, mesas e cadeiras para colectividades. Queremos demonstrar-lhe pessoalmente este serviço. Visite-nos no stand nº 308.

Caso algum cliente se sinta lesado devido à alteração da representação da nossa marca em Portugal, solicitamos que contacte imediatamente a Wilkhahn - Portugal, para encontrarmos uma solução do problema que possa existir.

# ARQUITECTOS

10	para o ja, um bom ano
11	depoimentos sobre acontecimentos em lisboa
12	1993, um sufocante ano de concursos
14	expo'98, um acontecimento relevante
15	o concurso da expo'98, e as cinco propostas
18	expo'98 - norman foster / sua kay
24	expo'98 - miguel câncio martins
30	expo'98 - equipa de manuel vicente
36	expo'98 - equipa de jorge ganhão
42	expo'98 - cassiano neves / cadaval de souza
48	uma ideia jovem para lisboa
50	espaço debate sobre centros históricos
53	leituras



25-1-94

## EDITORIAL

Com uma nova direcção e orientação está o J.A. há um ano. Precisamente o finado 1993.

O esforço foi cumprir uma ideia de revista que abordasse a Arquitectura pela perspectiva do trabalho dos arquitectos e seus múltiplos colaboradores acompanhada da necessária reflexão crítica.

Dos dez números desde Fevereiro procurou-se fazer com que cada um incidisse especialmente sobre um tema do vastíssimo espaço da Disciplina da Arquitectura que tivesse um mínimo de relevância para a actualidade da prática projectual. Mas muitos mais temas haverá para apresentar, não se esgotam neste pequeno número.

Tentou-se igualmente fazer um apelo à colaboração e ela foi surgindo, mesmo da parte de não-arquitectos, mesmo do estrangeiro. E assim, para além do tema central têm-se publicado sempre artigos de opinião, crítica, e história que abrem sempre outras perspectivas pessoais e temáticas.

O processo de orientação da revista tem sido colectivo com a participação quer do CDN, quer dos CDR's da AAP e inaugurou-se o funcionamento de um Conselho Redactorial composto por um razoável número de membros.

Julgo que estes dez números não desmerecem o modelo que a AAP decidiu para o J.A. que, em paralelo, passou a editar o Boletim, mais rápido e mais debruçado sobre a actualidade, fornecendo um noticiário imprescindível para manter a classe dos arquitectos bem informada sobre os assuntos que, no dia a dia, se vão estruturando.

Em 1994 continuar-se-á isto tudo e, se possível, em melhor.

Michel Toussaint

# 130

## DEZEMBRO DE 1993

Director Michel Toussaint • Chefe de Redacção Margarida Colaço • Conselho Redactorial - Núcleo Executivo • Michel Toussaint • Margarida Colaço • Adjunta da Redacção Ana Silva Dias • Representante CDN Carlos Guimarães • Representante CDRS Luís Manuel Pereira • Representante CDRN João Paulo Rapagão • Escolas e Investigação - FAUL • FAUP José Salgado • Lusitana José Aguiar • ESBAP Artur Moreira Gonçalves • FCTU Coimbra José António Bandeirinha • LNEC António Reis Cabrita - Críticos Alexandre Alves Costa • Duarte Cabral de Melo • José Manuel Fernandes • João Rodeia • Manuel Graça Dias • Manuel Mendes • Manuel Tainha • Nuno Portas • Pancho Miranda Guedes • Pedro Vieira de Almeida • Troufa Real • Victor Consiglieri • Secretária de Redacção Fátima Cecílio • Colaboraram neste número Ana Milheiro, José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, Mário Chaves, Miguel Lima, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Brandão, além dos autores premiados com Menções Honrosas no concurso Expo'98 • Fotografia Miguel Silva • Relações Públicas, Marketing e Publicidade Maria de Lurdes Melo • Redacção e Administração Rua Barata Salgueiro, 36 - 1200 Lisboa, Tel: 352 64 45/352 86 08, Fax: 54 36 67 • Direcção Gráfica Pedro Silva Dias • Execução Gráfica Costa & Valério, Lda., Trav. Convento de Jesus, nº 4-1º, 1200 Lisboa, Tel: 395 18 18/60 45 53/395 26 75 • Distribuição nacional Interpress, Lda., Soc. Distribuidora de jornais e revistas, Lda., Rua do Norte, 115-1º, 1200 Lisboa, Tel: 342 21 00/342 22 04/342 23 49/342 07 84 - Distribuição para região norte - Interpress Lda., Rua Monte dos Pisos, 326, Custóias, 4450 Matosinhos, Tel: 953 17 49 / 50/1/2 • Tiragem 6 100 exs. • Depósito Legal 27626/89 • ISSN 0870 - 1504 0 AAP • Propriedade da Associação dos Arquitectos Portugueses ( AAP )

## PARA O JA, UM BOM ANO

PEDRO BRANDÃO  
Presidente do CDN - AAP

Pela primeira vez nos seus doze anos de existência, o JA apresentou este ano um saldo de exploração positivo, i.e., não teve prejuízo.

A crónica debilidade financeira do JA, devida ao facto de ele ser oferecido a mais de 5000 destinatários – todos os associados da AAP – sempre o fez depender parcialmente do orçamento da AAP. Os 10 números enviados gratuitamente em cada ano a cada arquitecto representaram sempre algo mais importante do que um benefício associativo: o JA tem sido um elo de ligação imprescindível na nossa cultura profissional.

Toda a independência pressupõe uma independência económica. Ótimo. Porque o projecto do actual CDN da AAP para o JA é um projecto de independência e de abertura.

Passado menos de um ano desde a posse da nova direcção da AAP e do JA são já visíveis alguns elementos daquele projecto: a) criação de um **boletim**, o “**Informação Arquitectos**” que se expressa como o veículo privilegiado da comunicação associativa, libertando o JA da sua tradicional ambiguidade, pois que na ausência de outro suporte de informação o JA era forçado a acumular funções editorialmente diferentes, compatibilizando dificilmente a sua função de órgão da AAP com a sua função no aprofundamento da cultura disciplinar;

b) consolidação do **JA como revista de reflexão e crítica**, numa linha pluralista, aberta à participação, espelhando a diversidade do universo da prática profissional, divulgando a qualidade da Arquitectura e do Urbanismo, gerida numa perspectiva de profissionalismo e autonomia progressivos;

c) autonomia editorial crescente do JA, expressa no facto de o Director deixar de ser o Presidente da AAP por inerência de cargo e na abertura do Conselho Redactorial, que agora inclui não apenas representantes das estruturas da AAP mas também de outras instituições importantes para a Arquitectura: as Escolas, a Crítica, a Investigação, constituindo **um forum de opinião e um espaço plural de colaboração**.

O resultado deste novo projecto, posto em prática pela equipa liderada pelo arquitecto Michel Toussaint, é encorajador. Nos números da revista pode agora ler-se uma nova coerência temática, uma nova liberdade e responsabilidade, na escolha dos próprios caminhos, por onde se vai aprofundando o projecto editorial.

Naturalmente, muito há a fazer nos três elementos do projecto que identificámos atrás. Naturalmente que poderão ser melhores os resultados se for maior a colaboração dos associados, se for mais aberta a atitude de algumas instituições, se for mais o espaço e o dinheiro disponível, se for mais rica e produtiva a nossa prática profissional e a nossa reflexão sobre ela.

Mas não vale já de muito o discurso desculpabilizador, antes convém identificar o que podemos nós fazer, com o que temos. Para isso é preciso que a reflexão e a crítica, novo “leitmotiv” do JA, se exerçam também sobre o JA.

Aqui deixo um contributo:

A independência editorial do JA exerce-se num quadro de princípios que o

norteiam. Isto é, a responsabilidade directa pelo que aqui se escreve é de quem escreve, de quem dirige e de quem escolhe e que se publica. Mas a verdade é que o JA não é uma revista como as outras:

O JA é uma revista “de todos os arquitectos”; o JA é uma revista da AAP. Não existe para veicular os interesses, opiniões ou realizações de um grupo, de uma doutrina ou de uma Escola.

Exercendo-se agora mais nitidamente no plano cultural, o projecto do JA permanece como um projecto associativo. A AAP tem um plano da sua acção na defesa dos interesses profissionais que representa, que não é incompatível com um outro plano de acção, na promoção da Arquitectura. É desejável e possível a interdependência destes dois planos.

O JA como um dos suportes da acção da AAP no plano da promoção da Arquitectura, tem funções que uma outra revista de Arquitectura não precisaria de cumprir. Como, por exemplo:

- Estimular o desenvolvimento da “cultura do ofício”, os saberes e aptidões envolvidos na prática profissional.
- Divulgar para o exterior o carácter multifacetado e inter-disciplinar da prática profissional e o maior leque das suas realizações.
- Procurar identificar no plano da prática profissional os problemas e os efeitos decorrentes das condições em que essa prática se exerce.
- Estimular a coesão do grupo, o conhecimento recíproco, o respeito pela diversidade de opiniões e de práticas, a troca de experiências desenvolvendo o espírito crítico ao mesmo tempo que a solidariedade e o auto-conceito dos arquitectos.

– Estimular a excelência da produção e a procura de qualidade, especialmente nas condições mais difíceis (por exemplo, o início de carreira).

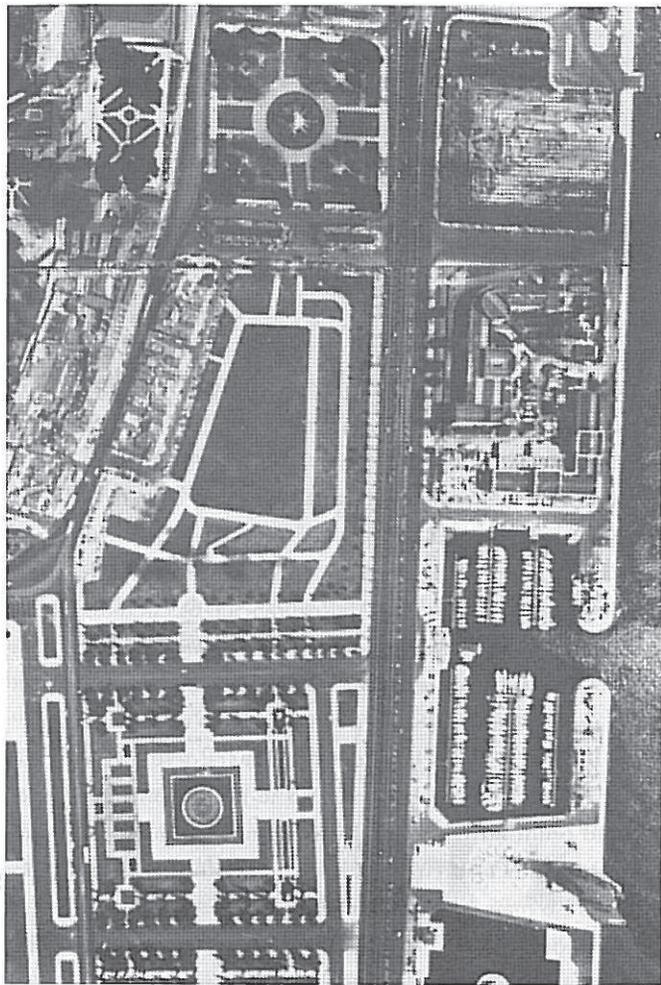
Se o JA desempenha um papel próprio, como revista da AAP para a reflexão e a crítica, deverá cobrir a maior latitude possível da realidade da nossa profissão: a arte e também a ciência e a técnica; o objecto, o desenho e também a construção e a gestão; as condições sociais e económicas, tanto quanto a superestrutura legal e institucional; a teoria e a investigação, mas também o mercado (ou os mercados); a realidade local, como a nacional e a internacional.

Mas, ao mesmo tempo, se o JA deve desempenhar este papel multifacetado, há que reconhecer que ele não pode desempenhar todos os papéis. Outras revistas deverão corporizar outros projectos, aprofundando coisas que o JA apenas aborda na perspectiva específica de uma revista da AAP. São necessárias outras revistas de Arquitectura.

Procurámos transmitir, quando tomámos posse, uma ideia: a de que é nas condições reais em que temos de exercer a nossa profissão que nos compete demonstrar a qualidade do nosso exercício. Isto é, as condições difíceis não nos podem servir de desculpa. Ou, dito de outro modo, lutamos por alterar as condições, utilizando os argumentos da ética e da cultura que o quotidiano dos arquitectos permitir.

O JA é um projecto quotidiano. Uma obra aberta.

## DEPOIMENTOS SOBRE ACONTECIMENTOS EM 1993, SOBRETUDO EM LISBOA ARQUITECTURA, URBANISMO, ENSINO



### 1 - Arquitectura

Finalmente abrem ao público as "grandes obras", depois de longos anos de polémicas frustrantes (atentados ao património, custos excessivos, etc). O Centro Cultural de Belém (M. Salgado/ V. Gregotti) e a Área Cultural da C.G.D. (Arsénio Cordeiro), com suas múltiplas exposições, espectáculos, música em vastos e diversificados espaços, fazem-nos sentir como numa grande capital europeia, visitantes hesitando entre as várias "ofertas" possíveis. Mudança de fundo, ou brilho fugaz?

Dois edifícios muito diferentes, em áreas periféricas de Lisboa (o que não é por acaso) exibem arquitecturas igualmente distintas (também não por acaso): a Escola Superior de Comunicação Social (Carrilho da Graça), em Benfica, "pura aeronave" abstracta, pousada sobre a colina; e a Igreja da Portela (Luíz Cunha), pré-cristã, pós-moderna, barroco-guariniana, aven-

JOSÉ MANUEL FERNANDES

turosa e colorida experiência, que melhora e inova no meio de um carregado ambiente de subúrbio habitacional (e o à vontade de saber estar "fora de moda").

### 2 - Urbanismo

No ano de todos os P.D.M.'s, o de Lisboa (Bruno Soares/Fonseca Ferreira) foi tremendamente discutido, dissecado. A proposta, melhor que as anteriores, mas menos do que podia ser.

Constato a inclusão, na indiscutível dinâmica camarária, de algumas ideias do plano VALIS (dádiva da C.E. agora com 4 anos), embora fragmentadas/retiradas do seu contexto:

- a recuperação do Palácio Pancas-Palha, a Santos-o-Novo (Frederico George), em obra avançada;

- a recuperação do Baluarte do Livramento (EPUL/Duarte Simões), em Alcântara, outra operação, "simétrica", a poente da cidade, finalmente em obra;

- as Portas de Algés, inseridas no plano de Pedrouços (Vasco Massapina), apoiadas a um tempo pela C.M.L. e Porto de Lisboa (!);

- a recuperação urbana da área Museu do Traje/Lumiar, agora em projecto definitivo (J.D. Santa Rita);

- o lançamento do concurso para a recuperação da Quinta dos Alfinetes, com Niemeyer ao lado, obra fundamental de "amarração" na "mártir" Chelas.

### 3 - Ensino e Associações

Finalmente, as duas grandes escolas portuguesas de arquitectura têm novas instalações, obras ousadamente periféricas (ou neo-centrais?), aventurosamente inovadoras: Lisboa (Augusto Brandão), na Ajuda; e Porto (Siza Vieira), cerca da ponte da Arrábida. Sempre "ao desafio", agora com mais alunos, mais cursos, mais espaço. Um futuro imaginado.

E a A.A.P., também inaugurou no Porto (e para breve em Lisboa), instalações e sedes em obras de recuperação inovadoras e distintas.

## 1993: UM SUFOCANTE ANO DE "CONCURSOS"

MANUEL GRAÇA DIAS

Pedem-se reflexões (no campo da arquitectura) sobre 1993.

Talvez expôr aquela que mais me obcecou durante este ano, aquela em que mais reflecti, em que mais pensei, seja um modo de balançar o ano; muito pessoal, já se verá.

Em 1993 participei em alguns concursos de arquitectura e fui júri de um.

A quantidade de trabalho, o esforço que centenas de plantas, esquemas, cortes, organigramas, memórias descritivas, "críticas ao programa", e estimativas orçamentais revelam e mostram, a quantidade de inteligência convocada, a quantidade de esforço, as directas, os sábados e domingos à volta de papel de esquisso (envolve/sobrepõe/ pinta/ recorta/ apaga/cola/repete/espelha/printa/risca/assinala/aumenta/inverte/repete/resolve/relê/retoca/mede/calcula/surpreende-me!) que cada projecto representa! Que sentido faz todo este papel desenhado, depois de se fazer o primeiro, o segundo, o terceiro concurso num mesmo ano?

Vêm-se exposições (porque os regulamentos também obrigam a que duas horas antes das entregas nos envolvamos em AO's de K. line e os besuntemos de *spray cola*, fabricando painéis com peças obrigatórias sendo o último "livre" e, de modo mais ou menos estatístico, observa-se que, em cada 20 concorrentes, 5 terão sido premiados, outros 5 serão trabalhos oportunistas ou disléxicos, e os restantes 10 são esforços honestos, com mais ou menos talento, numa envolvência, num adivinhado esforço, numa enorme actividade, num brutal acumular de bites e neurónios.

Que sentido faz isto? Porque uma entidade quer escolher uma equipa projectista (um chefe de projecto, as mais das vezes), que sentido faz obrigar cada uma das 15 equipas a desenharem

6 plantas a 1:200, 4 cortes a 1:200, 4 alçados a 1:200, uma perspectiva "cavaleira" (ou "apontamentos perspécticos"), um organigrama com explicitação das circulações principais e mais 6 plantas com esquema estrutural previsto, e mais 6 plantas com as redes de águas e esgotos explicitada, e mais 6 plantas com a localização dos quadros eléctricos gerais e os quadros eléctricos de piso e a central de segurança e os circuitos para as redes de iluminação e as redes de computadores, e mais 6 plantas com a extracção e renovação do ar bem assinalado, a localização provável dos difusores de insuflação, o sítio onde ficam. E não são só desenhos e esquemas; convirá descrever em "memória" o tipo de projecto proposto (e pressupondo que cada projecto é um novo projecto, não se imagina que esses textos passem de concurso em concurso, mas antes que sejam todos originais e o mais correctos possível).

Que sentido faz, volto a perguntar? Porque uma entidade quer escolher *um* projectista, porque razão se arroga o direito de abrir concursos e esperar que 50 architectos comprem o regulamento e que desses, pelo menos metade, metam mãos à obra, sabendo o "totoloto" em que se metem?

Adivinha-se uma classe exaurida (de dinheiro, recursos materiais e humanos mas sobretudo invenção e entusiasmo) arrastando-se penosamente de concurso em concurso, de "dossier de referências" em "dossier de referências", os dedos queimados dos lacres das entregas às sextas-feiras, os olhos papudos das directas, a fotocopiadora cambada a cuspir papel acinzentado, os ateliers irrespiráveis de *spray cola* e amoníaco.

Dir-se-á que é o único método justo de descobrir "novos valores". Mas os "novos valores" têm de se fazer acompanhar de

credíveis curricula e equipas, sob pena de serem preteridos à boca da escolha; primeira contradição.

E os júris são mais sensíveis a quem não "mijar muito fora do penico", a quem aparentar "segurança", a quem inspirar mais "savoir faire", sabêmo-lo também; segunda contradição

Se os organizadores de concursos estão realmente irmanados do filantrópico propósito de "descobrir novos valores", podiam estabelecer uma cláusula não aceitando inscrições de equipas anteriormente premiadas, por exemplo; talvez fosse então possível conquistarem os seus piedosos intentos. Mas não será hipocrisia? Não falam os júris e os representantes das entidades no júri, de "garantias", "custos", "capacidades visível das equipas" etc?.

Dir-se-á, também, que só vai aos concursos quem quer, o que é verdade. Mas não deixa de me chocar, este "aproveitamento" (que ainda por cima é inútil) de capacidades, de talentos, de inteligência, de saberes, espécie de exercício permanente em que andam envolvidos ateliers para conseguirem (?) um trabalho em cada ano, em vez de, por exemplo, serem pagos para, em cada ano, desenvolverem (com tempo, reflexão, saudável criatividade) um único projecto.

Diferentes serão os concursos por convites; também se diz.

Aparentemente concorda-se: três, quatro equipas, são convidadas a dar resposta em termos de *Estudo Prévio* a um programa de projecto. A entidade organizadora paga (às vezes) 1000, 2000, 5000 contos, por cada um dos que chegarem a entregar o trabalho e um deles será premiado. Muito bem; tratando-se de trabalhos que por vezes envolvem honorários da ordem dos 30 000, 40 000 ou 50 000 contos compreende-se que raramente a despesa total do promotor chegue aos 25% previstos para um *Estudo Prévio* único (quanto mais para quatro).

E ainda que cada um dos três, dos que ficarão de fora, venha a receber 1/3 dos honorários de *Estudo Prévio* previstos, que saúde há nesta situação?

Para além da equipa de Arquitectura, todos os técnicos envolvidos (Estruturas, Instalações Mecânicas, Instalações de Águas e Esgotos, Instalações Eléctricas e de Segurança, Sinalética, Paisagismo etc.) receberão um 1/3 do que lhes seria devido. Porque razão? O seu trabalho é reconhecidamente correcto, de qualidade, satisfatório (senão teria sido convidada aquela equipa) porquê, então, a penalização? Porque se acredita que o que excede esses (raros) 1/3 dos honorários são chorudas "mais-valias"? (ainda que fossem, trabalha-se para aquecer? - "gastaste 10 fotocópias e uma rotring, toma lá 10 folhas A4 brancas e uma esfereográfica!". Estamos quites").

A aparente "correção" dos concursos pagos e por convites também não existe e sobretudo, no que me interessa mais, não se vislumbra a utilidade da convocação de 3, 4 ou 7 prestações diferentes pelo capricho de "variá-las" a escolha do promotor. [A arquitectura não é um fornecimento de aquecedores ou de máquinas de calcular em que os diversos vendedores se esganam para vender o produto deles (que está guardado em armazém à espera de colocação) ao melhor preço e pelas melhores das razões práticas...]. Dado a nossa produção não existir em depósi-

to, "fazendo-se" à medida de cada encomenda, a veleidade de "opção" dos promotores só poderá existir se pagarem completamente a fase de esforço que pretendem para visualizar e informar a sua escolha (se querem pagar menos não encomendem *Estudos Prévios* nas *Esboçetos*, ou *Relatórios de intenções*; ou peçam apenas curricula e exerçam a escolha através de trabalhos já feitos, de provas já dadas).

Parece-me também que seria mais avisado hierarquizar os concursos face à complexidade dos programas.

Isto é: para desenhar uns balneários em Santiago do Cacém talvez fosse possível dispensar o concurso público; ou uns quiosques para Lisboa, ou para umas coisas assim.

Os concursos talvez pudessem apostar mais na imagem e nas volumetrias sugeridas pelos concorrentes antes de os bombardearem com a exigência de articulação de 250 compartimentos diferentes ("programas" as mais das vezes estabelecidos aleatoriamente por funcionários cujo único "concurso" terá sido o de admissão à função pública) já que a componente de diálogo com a instituição (cliente) fica completamente apartada da fase mais crucial do jogo do projecto (o *Estudo Prévio*).

Poder-se-ia apostar nuns concursos mais livres, mais conceptuais, menos (mono) funcionais, mais perto do pulsar imediato da frescura de uma ideia e menos presos a uma trabalhosíssima operacionalidade que se deitará fora em todos os casos, para se aproveitar (?) só a dos primeiros classificados.

Ou então, pagar-se correctamente esse esforço. Pagar-se para ter 20 equipas a trabalhar num só projecto; luxo exagerado não? - mas só se repara no exagero quando se fala em "pagar"; enquanto se imaginam as mesmas 20 equipas a trabalhar, todos admitem tratar-se de um cenário possível, escudado ainda nos bons propósitos de uma suposta igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho. Porque temos que trabalhar tanto para aceder ao "trabalho"? que utilidade visível tem esse nosso (outro) "trabalho"?

Esta reflexão não é alheia às experiências que vou tendo mas penso que não me movem quaisquer amarguras especiais pelo facto do nosso atelier ter participado em alguns concursos/desaires, este ano. Os mais interessantes trabalhos que temos tido chegaram-nos através de concursos públicos como é sabido (Pavilhão de Portugal na Expo-92 e Nova Sede da A.A.P./ Banhos de S. Paulo).

Por coincidência ou não com o tema da minha reflexão esses foram concursos atípicos; qualquer um deles compreendia um grau de liberdade (Pavilhão de Portugal, Concurso de Ideias em duas fases e A.A.P./ Concurso em forma de "Estudo Prévio" só de arquitectura) muito mais próximo das minhas palavras anteriores que a grande maioria de concursos que entretanto têm sido lançados. Foram concursos onde foi possível um dispêndio alegre de energia, ideias e dinheiro; onde foi quase possível um esboço de investigação especulativa sem um peso desproporcionado face ao desenrolar paralelo de outros trabalhos no atelier. Trabalhos para clientes privados, aqueles que escolhem só pelo nome, ou por outras obras que vão conhecendo.

## CONCURSO EXPO'98 UM ACONTECIMENTO RELEVANTE

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

O Concurso de ideias para a Expo 98 foi um acontecimento relevante no panorama da nossa arquitectura, e isto pelo menos por três razões.

Em primeiro lugar convém destacar o carácter inédito do concurso, que redundou em benefício dos arquitectos, pois foi possível, com a fórmula encontrada, respeitar o princípio do concurso público, mas ao mesmo tempo obviar a que, para respeitar este princípio, fossem abertos concursos para os inumeráveis projectos de que a Expo vai necessitar. Esta última solução que seria a mais ortodoxa, redundaria num enorme desperdício de trabalho, pesadíssimo para os ateliers, e uma avalanche de procedimentos administrativos que a organização provavelmente não estaria disposta a suportar.

Foi assim uma solução que deu satisfação a todas as partes envolvidas. O método pode não ser perfeito, mas consiste certamente numa fórmula que se poderia aplicar com eficácia a programas de construção como os dos edifícios escolares e universitários, palácios de justiça, habitação social, obras municipais, etc, onde a multiplicação de concursos desgasta os gabinetes de projecto, arredando sem apelo autores, classificados em segundo ou terceiro lugar, as mais das vezes com propostas de grande mérito. A administração pública efectivamente tem desdenhado deste tipo de concursos, preferindo os de tipo tradicional, muitas vezes nas suas versões mais inconvenientes, por menos abrangentes, dos concursos curriculares ou por convite. É por ter enveredado por outro caminho que se deve felicitar o comissariado da Expo 98 por ter adoptado esta fórmula diferente.

Em segundo lugar, demonstrando o bom acolhimento que a fórmula escolhida teve entre os profissionais, deve realçar-se a grande mobilização que foi feita, que é inédita em termos nacionais, e que se traduziu na apresentação de 156 propostas. Para além daquela explicação, que creio ser válida, ainda outros motivos terão concorrido para tão grande adesão, entre os quais o entusiasmo pela participação num grande empreendimento nacional, como vai ser a Expo 98. Mas não é de esquecer também a actual crise do mercado de trabalho. E é de realçar que à oportunidade oferecida foram sensíveis não

só os jovens arquitectos, desejosos de se afirmar, como muitos outros de experiência feita, entre os quais alguns consagrados. É expoente desta adesão o peso numérico que a profissão adquiriu nos últimos anos e a necessidade de encontrar oportunidades de realizar trabalho que se põem a quase todos. O concurso foi assim o espelho de uma situação nova em termos de presença da classe profissional na sociedade.

Em terceiro lugar, há a registar a qualidade de uma grande parte dos trabalhos apresentados. Efectivamente, e aqui falo em termos de opinião pessoal como membro do júri, cerca de metade das propostas revelaram uma boa capacidade de desempenho profissional e um terço delas demonstrou mesmo um elevado nível de qualidade e interesse, revelando a maturidade dos seus autores. O facto de arquitectos com nome reconhecido terem ficado fora dos trinta seleccionados só demonstra que a lista destes poderia ter sido bastante mais vasta, o que só não aconteceu porque essa lista tinha de ter limites e porque o conjunto do júri assim o deliberou.

Para além destas questões, o concurso para a Expo 98 pode fornecer uma oportunidade para tecer algumas considerações à volta da problemática dos concursos. A bandeira que a AAP sempre empunhou de que o concurso público é a forma mais adequada para a distribuição da encomenda – sem excluir outras formas, como a encomenda directa ou outros tipos de concursos – torna-se hoje mais actual atendendo ao grande número de profissionais presentes e à dificuldade crescente em aceder ao mercado do trabalho. Daí que seja preciso lutar contra formas degradantes que por aí proliferam, muitas vezes a coberto de disposições legais, como seja a consulta obrigatória a três gabinetes, com base em honorários e prazos. Fórmulas deste tipo conduzem ao aviltamento da profissão e só por acaso seleccionam os profissionais de melhores capacidades. A reivindicação da igualdade de oportunidades corresponde neste momento a uma necessidade para a profissão poder continuar a afirmar-se como um sector fundamental no que respeita ao direito à Arquitectura e de uma melhor qualidade de vida para os portugueses.

## O CONCURSO DE IDEIAS PARA O RECINTO DA EXPO 98 E AS CINCO PROPOSTAS PREMIADAS

MICHEL TOUSSAINT

Uma Exposição Universal ou mesmo Mundial não é um empreendimento qualquer. Pela sua própria definição e pela experiência histórica desde 1851 (Londres) pode-se concluir da excepcionalidade de um acontecimento classificado como tal.

Para a Exposição Universal de Sevilha a preparação iniciou-se bastantes anos antes de 1992. E não foi apenas a entidade directamente organizadora que se dispôs a isso, igualmente a municipalidade reconheceu a importância do evento para a cidade e foi desenvolvendo múltiplas iniciativas que levaram a uma total remodelação urbana. Uma das primeiras atitudes da autarquia foi estudar o fenómeno Exposição. Para tal fez publicar, entre outros documentos, uma investigação sobre a cidade e esse acontecimento excepcional, no qual Manuel Trillo de Leyva (*La Ciudad de las Exposiciones Universales*) conclui do indelével vinco que uma Exposição deixa no organismo urbano, significando também um marco histórico com múltiplas dimensões por exemplo na Arquitectura e Urbanismo.

O Crystal Palace (Joseph Paxton) ficou na História da Arquitectura como o maior e mais célebre edifício em metal e vidro até então, servindo de modelo para tantos outros a vir como o Palácio de Cristal do Porto (Thomas Dillen Jones) da 1ª Exposição Internacional da Indústria em 1865 (este com fachadas em alvenaria, ao contrário do londrino); a Exposição Colombiana Universal de 1888 (Chicago) deixou as sementes da visão anti-poluição industrial "City Beautiful", a de Paris (1898) legou-nos a torre Eiffel, o primeiro monumento absolutamente em ferro, hoje símbolo da capital francesa. Em 1925 a Exposition des Arts Décoratifs deu o nome ao gosto Arts Déco e nela a vanguarda arquitectónica europeia fez a sua estreia pública com o Pavilhão Esprit Nouveau (Le Corbusier) e o Pavilhão da U.R.S.S. (Melnikov). Quatro anos depois, a Exposição Universal de Barcelona incluía o Pavilhão da Alemanha de Mies van der Rohe que ficou como um dos mais importantes edifícios do Movimento Moderno enquanto, no mesmo ano, a Exposição Ibero-Americana deixou desenhada a expansão de Sevilha nas próximas décadas e a Praça de Espanha que é hoje uma das principais atracções turísticas de uma cidade que tem tantas.

Já depois da Segunda Grande Guerra, Bruxelas 1958 deixou sobretudo uma violenta remodelação do centro da cidade, mas Osaka 1960 constituiu-se como o centro de uma cidade satélite do sistema urba-

no Tóquio/Osaka contendo já, enquanto exposição, a rede viária e de infra-estruturas e uma rua comercial.

Não sei se, de facto, o estudo de Manuel Trillo de Leyva foi sinal do despertar de uma consciência da importância dos reflexos de uma Exposição para uma cidade e para a cultura em geral (e a Arquitectura em particular), mas é um facto que o Município Sevilhano não deixou de aproveitar as circunstâncias, chegando à abertura da Expo' 92 com uma cidade renovada, bairros habitacionais reapetrechados, rede viária ampliada e melhorada (incluindo uma série de belas pontes) e alguns equipamentos centrais e de prestígio concebidos por grandes arquitectos espanhóis, isto sem falar propriamente do recinto da Exposição. Deste ficou, por exemplo o belíssimo edifício para o Museu do Mar de Vasquez Consuegra, a remodelação da Cartuxa de Gabriel de Tèran, o novo parque, uma zona de edifícios administrativos e uma zona universitária / de investigação / industrial. Apesar dos tempos de crise, o pós exposição não parece ser tão crítico como muitos predisseram.

E Lisboa 98, o que tem feito para promover a reflexão sobre o significado e destino duma tão importante iniciativa para o País e para Lisboa, quer antes, quer durante, quer depois do seu funcionamento?

E a Câmara Municipal de Lisboa, o que pensa, o que realizou como estudos para poder ter uma voz; a voz dos munícipes que representa para saber das implicações da Expo' 98 na Zona Oriental de Lisboa e não só, e fazer reverter para a cidade benefícios e não apenas o bulfício e os incómodos que a sua construção e funcionamento acarretarão com certeza?

Para já o Plano Director Municipal deixou uma mancha castanha no sítio da Expo' 98 e até esqueceu da ponte que lhe passa por cima, descurando obviamente a nova centralidade em perspectiva, servida de transportes modernos como nenhuma outra fora do centro tradicional, onde se prevê a construção de bairros habitacionais de luxo (?) e conjuntos de terciário e comércio, bem como áreas verdes e de lazer, o que terá reflexos em toda a área envolvente, nem que seja pelo aumento de preços do terreno. Ou pensar-se-á que essa tal mancha castanha constituir-se-á numa ilha qual condomínio fechado, numa cidade que inquietamente começa a enveredar pela efectiva divisão em zonas cada vez mais segregadas?

Serve esta introdução para colocar o concurso recentemente terminado que o Parque Expo' 98, SA organizou sob o título "Concurso de Ideias para o Recinto EXPO' 98" cujo programa entre o entre o vaguíssimo e o ingénuo denunciava falta de alicerces reflexivos ao contrário de que Mega Ferreira escreveu no Boletim da Exposição Internacional de Lisboa 1998, nº 5 (Novembro 1993) onde afirma que "Sabe-se o que se quer e porque se quer; não se sabe ainda como se quer".

No fim de contas queriam-se uns "bonecos" para dar "ideias" à Parque Expo' 98, SA e seleccionar uns tantos arquitectos a quem talvez se entreguem uns projectos. Este foi o isco, levando a que cerca de 150 propostas chegassem à mão do Júri (José Troufa Real, representante da AAP, Nuno Teotónio Pereira, nomeado por acordo entre a empresa e a AAP, e Nuno Portas, António Mega Ferreira, António Pinto e António Pessoa pela empresa e Frank O. Gehry, Jean Nouvel e Joan Busquets convidados estrangeiros).

Do enorme conjunto de propostas, foram premiadas cinco e mencionadas vinte e cinco. Os membros estrangeiros do Júri concluíram divergentemente sobre o resultado e consequência do concurso, Joan Busquets considerou que "Há muita qualidade nos projectos recebidos" e que "este concurso de ideias pode ser útil, a médio prazo, mesmo como maneira de juntar uma série de profissionais a pensar e a trabalhar sobre o mesmo tema"; enquanto Frank O. Gehry achou que "houve algumas muito boas ideias, não finais. No entanto, não creio que tenha havido uma proposta singular que fosse "eléctrica" e "excitante", e dos premiados ou mencionados afirmou que "Acho que foram as melhores que foram a concurso. No entanto não penso que devessemos construir nenhum deles no recinto da Exposição. Estes trabalhos foram evidentemente feitos por pessoas com talento e com ideias, e os arquitectos responsáveis deveriam ser incluídos no planeamento futuro. Penso aliás que foi essa a intenção do concurso". Jean Nouvel elogiou os trabalhos distinguidos considerando-os "ideias inteligentes", mas não "projectos que se possam aplicar directamente... são bons pontos de partida". (1)

Com todas as propostas a concurso fez-se uma exposição. Era um dever que os organizadores tinham e que cumpriram. O pior foi não haver catálogo e o pouco tempo que houve para a organizar resultou num grande aglomerado de painéis muito difícil de percorrer/entender. Eu consegui lá ir duas vezes, à Central Tejo, onde abriu a exposição, mas mesmo assim, saí de lá suficientemente baralhado para não poder ficar com uma ideia clara dos diferentes tipos de soluções e, em cada tipo, definir uma hierarquia qualitativa.

Reconheci muitos trabalhos de qualidade para além dos Premiados, entre os Mencionados e os outros. Notei igualmente que muita gente apresentou uma coisa qualquer para poder estar no concurso e assim ser, eventualmente, bafejada pela entrega de um projecto (o tal isco). Percebi que havia uma grande divisão possível entre soluções de maior continuidade para o futuro pós-Expo e soluções que apostavam mais no impacto imediato do acontecimento em si. E outra divisão tipológica basear-se-ia nas propostas que apenas focavam o espaço definido pelo concurso, e outras que se envolviam com o urbano que o rodeia.

Mas de todo este esforço o que ficou? Até agora parece que pouco. Segundo se sabe através de algumas notícias vindas a público, será o Arquitecto Vassalo Rosa que orienta uma equipa no interior da Sociedade Anónima que está a trabalhar sobre o plano da Exposição, enquanto o arquitecto Nuno Portas é um dos muitos consultores.

Para já o "estudo preliminar" do grande aquário foi entregue a um arquitecto especialista em tais edifícios, Peter Chermayeff (2), que nem sequer concorreu, e o projecto da Estação do Oriente é sujeito a um concurso entre arquitectos convidados (João Paciência com Ricardo Boffil, Miguel Correia e Terry Farrel, Gonçalo Byrne, Nicholas Grimshaw, Rem Koolhaas e Santiago Calatrava) dos quais apenas João Paciência participou no referido concurso onde ganhou uma Menção Honrosa (3), o que prova que a Parque Expo' 98 SA parece não se preocupar muito com as expectativas que levaram a que cerca de 150 equipas gastassem tempo e dinheiro. O facto de muitos dos arquitectos agora convidados terem experiência em pro-

jectos de estações (justificação dada por Cardoso e Cunha para a escolha dos concorrentes), o que é verdade é que nem todos a têm, e, apesar de entre os premiados do "Concurso de Ideias para o Recinto da Expo' 98" haver também arquitectos com tal experiência, nenhum foi incluído nesta última lista.

Dito isto passo ao comentário sobre os cinco premiados, não só porque o J.A. agora os apresenta pelas óbvias razões da importância do concurso, e pelo grande número de trabalhos apresentados e temas em jogo (uma Exposição Internacional, um pedaço de cidade), como também pela impossibilidade material de mostrar decentemente 30 soluções e provavelmente mais algumas, coisa que até o promotor do concurso escusou-se a fazer em publicação (catálogo).

Dado o curto espaço de tempo para a elaboração das propostas e a quase total ausência de reflexão sobre as implicações mais alargadas quer por parte da Câmara Municipal de Lisboa, quer por parte da Parque Expo' 98 SA, é evidente que nenhum concorrente se abalçou a aprofundar muito o tal pedaço de cidade enquanto parte da aglomeração de Lisboa. Apenas certos esquemas anunciadores de tais intenções foram apresentados por alguns.

Por outro lado é curioso notar que entre os cinco premiados dois apresentam arquitectos e consultores estrangeiros, um deles com fama internacional.

Como abordagem crítica, na medida em que a especificação do programa do concurso era bastante irrelevante, o que dava grande liberdade (e até perplexidade) aos concorrentes, parece-me que as variáveis de apreciação serão pelo menos estas:

- 1) As soluções arquitectónicas como linguagem e símbolo;
- 2) As relações de escala no interior e na paisagem, incluindo a nova ponte sobre o Tejo;
- 3) A Exposição enquanto unidade/ diversidade;
- 4) As relações entre os edifícios e os espaços livres exteriores construídos (dominantemente pavimentados ou plantados);
- 5) A relação com o rio;
- 6) A inserção urbana e territorial;
- 7) O que acontecerá depois do encerramento da Exposição.

Começando pela proposta da equipa Jorge Ganhão, pode-se admirar-lhe a simplicidade da solução que envolve o princípio de que nada se põe em causa e apenas se responde da maneira o mais concisa possível segundo um sistema claro e de fácil compreensão, desenvolvimento e construção. O conjunto de arquitectos encontrou no programa proposto pela Sociedade Anónima quatro áreas temáticas com uma tradução arquitectónica em barra, oito unidades especiais com uma expressão pontual, definiram um percurso linear e uma floresta em mancha circular.

As barras alternam-se quase perpendiculares à margem fluvial com uma ligeira diferença de orientação, em que cada orientação se repete por todas as barras com o mesmo tema. As unidades especiais distribuem-se ritmadamente e em igualdade por todo o recinto. O percurso linear sobrepõe-se a tudo isto e à doca, enquanto a floresta se expande num bocal.

O método deste grupo de arquitectos é muito semelhante àquele que Bernard Tschumi tem utilizado, nomeadamente para La Villette, o Teatro Nacional de Tóquio ou os Paços do Concelho de Estraburgo. Ou seja, desenvolve-se em torno da procura da redução/tradução tipo/ funcional do programa em sistemas arquitectónicos de lógicas independentes que se sobrepõe no sítio determinado, formando encontros e desencontros ditados pelo acaso libertado pelo próprio método. O acaso torna-se assim gerador da forma.

Para a Expo' 98, no âmbito deste concurso, a resposta dada pela equipa de Jorge Ganhão é de uma grande eficácia e inteligência.

A escala proposta entende-se aqui sobretudo na horizontal, apesar das barras da área de serviços conterem um edifício de 50 metros de altura cada, pontuando a avenida oblíqua. Na paisagem esta solução seria extremamente urbana e pouco "feiral", aliás como a na relação espaços livres/ edifícios, onde as dimensões propostas são convincentes enquanto apropriáveis. Simbolicamente é uma solução onde valerá sobretudo a abertura ao rio, a transparência que o conjunto arquitectónico estabelecerá entre a água e a cidade atrás da Expo.

Neste sentido a inserção urbana seria fácil dadas as escalas e proporções propostas e asseguraria uma responsabilidade para o pós Expo muito razoável, apesar dos seus autores se terem cingido apenas ao espaço da Exposição. É aliás significativo não terem sequer dado qualquer importância às "portas", tal como o programa o fez seguindo assim Sevilha 92. A simplicidade asseguraria uma unidade geral.

O caso do trabalho apresentado por uma larga equipa liderada por Manuel Vicente (AT. AT. Baixa e Consultores) é bastante diferente da anterior pois organiza-se em torno da ideia de explorar simbolicamente o tema da Expo' 98 a fundo, projectando-se nos dias de hoje ao chamar a si o movimento, a comunicação e a simulação.

Quase toda a exposição se passa sobre a água e os edifícios efémeros ou não usariam as técnicas construtivas navais e aproveitariam pedaços recuperados de navios desactivados. Associa-se aqui Navegação e Reciclagem. A doca transformar-se-ia num espaço sub-aquático visitável. A ligação a Lisboa, mais uma vez simbólica e também prática, far-se-ia pela utilização dos grandes estaleiros navais existentes na área urbana, criando-se um sistema de pré-fabricação que facilitaria toda a construção da Expo.

A equipa de Manuel Vicente reflectiu quer no valor do sítio enquanto nova centralidade lisboeta, quer na sobrevivência pós Exposição juntando uma área residencial de alta densidade (faz lembrar Macau). Sustentou tecnicamente a solução avançando mais que a maioria dos premiados, mas não explicou bem o que aconteceria à volta das mega-estruturas metálicas junto à doca. O que seria esse enorme espaço? Um grande parque do qual sobressairiam essas mega-estruturas e a torre de telecomunicações, enquanto o resto se passaria sobre a água e a "urbanização", para pagar as despesas, ocuparia o fim da Av. General Gomes da Costa?

Por desenvolver um grande valor simbólico, a equipa apostou em edifícios soltos na paisagem, e mesmo os pavilhões das nações sobre a água e temporários tal como no projecto de Emílio Ambraz, seguiriam a regra. A unidade é assim assegurada em aposta monumental na qual a nova ponte poderia ser facilmente incluída.

Depois do fecho, ficaria o tal parque equipado para receber as multidões? Este aspecto revela alguma inconsistência na proposta mas que é francamente contrabalançado pela fortaleza da ideia resultante da estreita relação entre o simbolismo e a construção, numa unidade que é típica da Arquitectura. A qualidade dos textos que acompanham os desenhos reforça essa consciência unitária.

Sua Kay e Norman Foster apresentaram uma solução típica deste último. A ordem e simplicidade reinam sobre uma ideia de forte unidade dentro das preocupações de evidência técnica.

Norman Foster é um dos mais conhecidos arquitectos ingleses que está à frente de um atelier responsável por obras de impacto mundial como a sede do Hong Kong & Shanghai Bank, o terceiro aeroporto civil de Londres, Stansted, ou o projecto/ pesquisa de um edifício com muitas centenas de metros de altura no Japão.

Para a Expo' 98 a proposta retira a avenida oblíqua adiantada pela Parque Expo' 98 SA, coloca uma enorme cobertura junto à doca e, a eixo, sobre a água o pavilhão de Portugal e do lado de terra a estação de comboio/ metro/ eléctrico. A oeste e este os parques de estacionamento, e no pontão existente uma relação fluvial, completam o esquema que inclui um parque junto ao rio que se expande para o interior depois da ponte.

A forte unidade consubstancia-se na existência do tal eixo e da enorme cobertura assente em arcos metálicos de 72 m de vão livre (ou seja, 35 m de altura) cuja organização inclui a penetração da luz solar e o aproveitamento da respectiva energia para produzir electricidade (células foto-voltaicas) e água quente, enquanto papiros se encarregam de purificar a água. As preocupações ecológicas estão na ordem do dia.

À semelhança de Manuel Vicente, neste caso também se propõe a doca como percurso sub-aquático, mas incluindo o oceanário. Também em consonância com aquela proposta, a de Sua Kay e de Norman Foster integram os estaleiros navais de Lisboa na construção dos grandes arcos metálicos que sustentam a cobertura, que seriam transportados por barco até ao local da Expo.

Esta solução teria com certeza um grande impacto ao concentrar tudo num só edifício (faz lembrar o princípio usado em Stansted), tal como o fez a primeira Exposição Universal (Londres, 1851) e muitas outras a seguir: produziria um elemento capaz de competir com a nova ponte sobre o Tejo. Mas, pela simplicidade, seria de fácil execução, assim como as duas anteriores, assegurando talvez mais que nenhuma outra a rapidez de construção, característica preciosa para estar tudo pronto dentro de pouco mais de quatro anos.

Para depois do encerramento, Sua Kay e Norman Foster previram a substituição de parte do estacionamento, já previamente organizado para tal, em quarteirões urbanos.

Miguel Câncio Martins com Armand Petroussian e S'PACE escreveram na sua memória descritiva que a primeira ideia "foi de marcar o recinto da Expo com um gesto forte e legível". Deste modo agarraram-se à "metáfora da deriva dos continentes", resolvendo a diferença de orientação geométrica entre a linha de costa e a linha da avenida em diagonal criando uma ilha rectangular, que incluiria a doca existente, escavando uma penetração de água cujos limites exteriores se torcem para acompanharem a tal avenida. É assim a nova penetração de água que absorve a diferença de orientação geométrica, tal como se a ilha estivesse a sair, a derivar, do continente europeu. É evidente que a completa percepção desta intencionalidade metafórica só seria possível de avião, mas ficaria a maior presença da água a que certos edifícios ponte e percursos sobre a água dariam realce.

Afinal a proposta resume-se a uma espécie de grande edifício em U com uma rua interior que acompanha o limite exterior da nova penetração da água, enquanto edifícios soltos marcam pontes e orientações em direcção à velha doca. Há, nesta solução, uma vontade de regularidade, ordem, e, ao mesmo tempo, de independência de certos elementos. A linguagem arquitectónica aposta no metal e vidro e respectiva transparência, tal como vários arquitectos franceses, e não só, têm feito (veja-se o número de L' Architecture d'Aujourd'hui intitulado "Lumières de l'époque", nº 276/Set.91).

A equipa de Miguel Câncio Martins controla bem a relação espaço exteriores/ edifícios ao densificar tudo no U e nos edifícios soltos, entendendo a ilha como espaço de passeio. Já não é tão feliz na opção para depois da Expo, pois destrói quase todos os pavilhões e enche tudo com pequenos quarteirões até à ilha. Há também uma certa indeferença perante a inserção urbana e presença numa paisagem mais vasta.

As ideias de António Cassiano Neves e José Cadaval de Sousa apostaram numa solução mais tradicional de exposição, composta por associação de pavilhões, cada um com o seu feito onde o formalismo vem ao de cima. Veja-se a curva que faz frente ao rio, o conjunto dos países participantes e animação.

Há aqui um excesso de preocupações de pormenor que se reflecte na preocupação como desenho das portas da Expo entendidas mais como um mobiliário urbano do que elemento arquitectónico de pleno direito. As formas "design" dominam o todo.

Em conclusão, julgo haver uma diferença qualitativa entre os três primeiros premiados citados, relativamente aos dois últimos. Afinal ganham as soluções formalmente mais simples e ordenadas quer relativamente ao resultado final, quer ao método e ideia força em torno da qual se elaboraram os projectos.

Depois de Sevilha 92 onde uma colecção de objectos arquitectónicos díspares se construíram nos quase sempre alinhados lotes ao longo de avenidas e um lago (resto do projecto de Emílio Ambraz) que quase não tinha presença, haveria que tirar lições. As três soluções citadas ultrapassaram com certeza essa fraqueza sevilhana.

Depois de tudo isto há que interrogar afinal o que é que a Parque Expo' 98, SA está a fazer. Tirará ela lições deste concurso? A ver vamos.

(1) Citações das entrevistas a alguns membros do Júri publicadas em Informação (Boletim da Exposição Internacional de Lisboa 1998), nº5, Novembro de 1993.

(2) Informação, nº5.

(3) Diário de Notícias, 17.12.93.

**Acer Group e  
Sir Norman Foster**

em associação com

**Sua Kay MCH Architects Europe Ltd.  
MDA Group PLC  
Profabril**

#### ESTRUTURA

Fundações dos arcos principais em sapatas de betão armado. De altura variável, em função dos desníveis do terreno. As sapatas serão em forma de colunas encastradas com as bases ancoradas à camada maciça, entre 2 a 4.5 m de profundidade (junto ao cais da doca).

#### ESTRUTURA METÁLICA

Dois arcos ortogonais, montados em diagonal com 72m de vão livre fixos nos arranques dos arcos e no coroamento garantindo uma estrutura inerentemente estável. O sistema mais eficiente, de momento, será em asna tridimensional, em arco e afilado. As secções maiores serão no ponto de fixação dos arcos secundários.

Os arcos secundários terão uma disposição semelhante mas tem o ponto de arranque no ponto de fixação ao arco principal. Estes arcos serão fabricados a partir de secções tubulares normalizadas. A estrutura periférica será adequadamente estabilizada.

A estrutura metálica é composta de elementos lisos.

Uma pintura de alta qualidade sobre superfícies perfeitamente decapadas, dará uma garantia de 10 anos entre pinturas. As condições atmosféricas serão, de uma maneira geral, só moderadamente corrosivas devido à desactivação das indústrias poluentes na zona e à ventilação natural da estrutura, por sua vez protegida das chuvas.

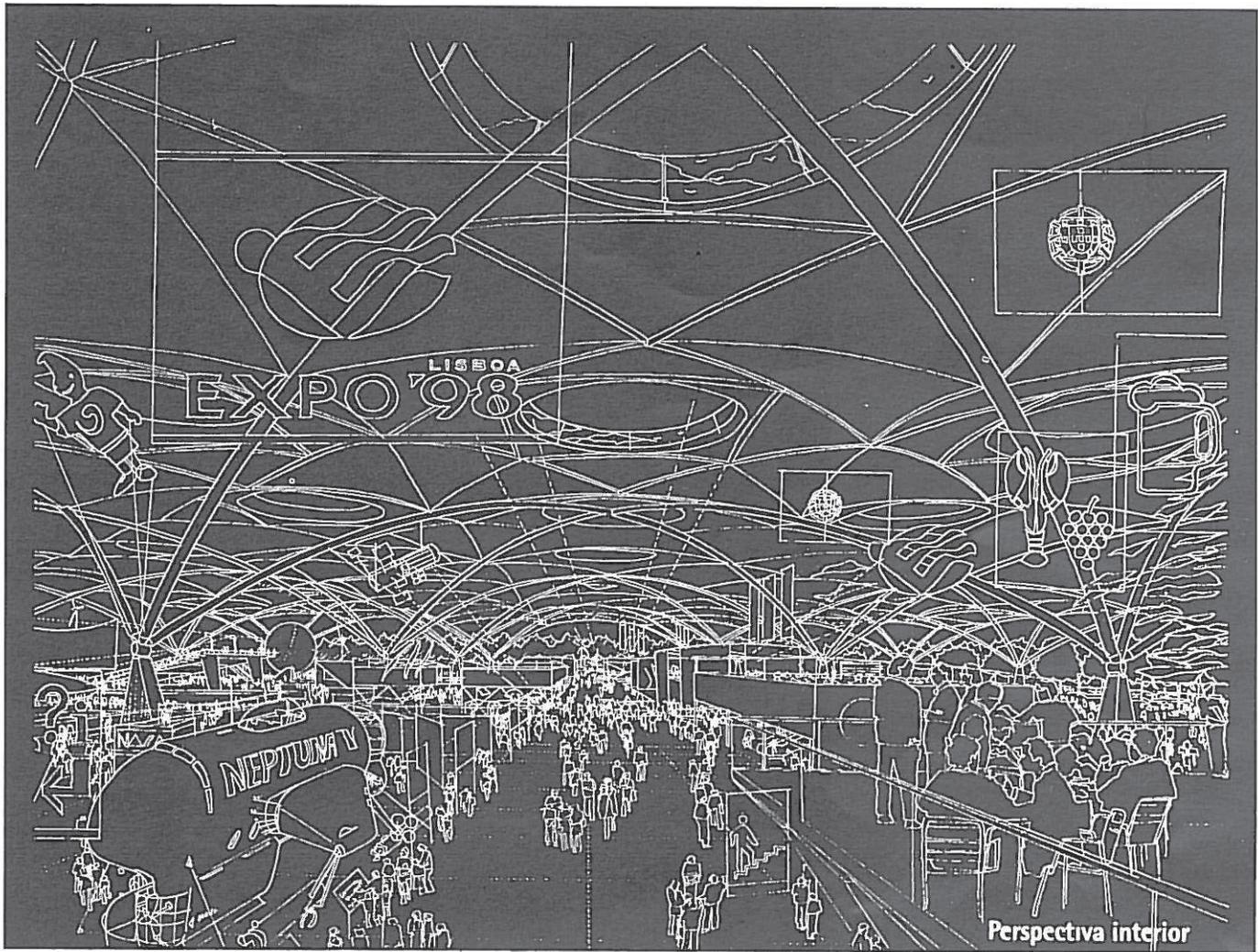
Foi considerado o uso de estruturas em betão pré-esforçado para os arcos principais. Esta solução é viável mas com custos de fabrico e montagem mais elevados. Os arcos secundários não seriam viáveis em betão.

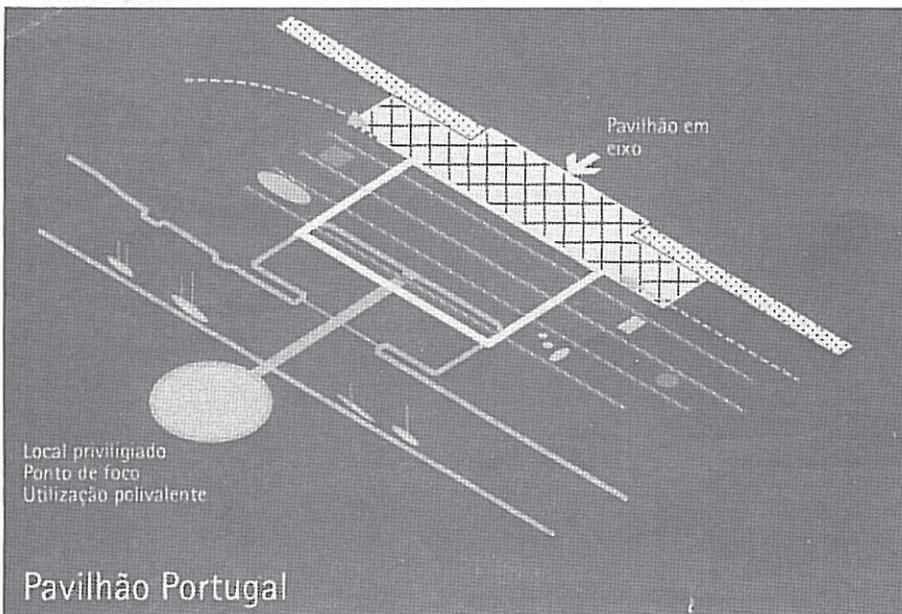
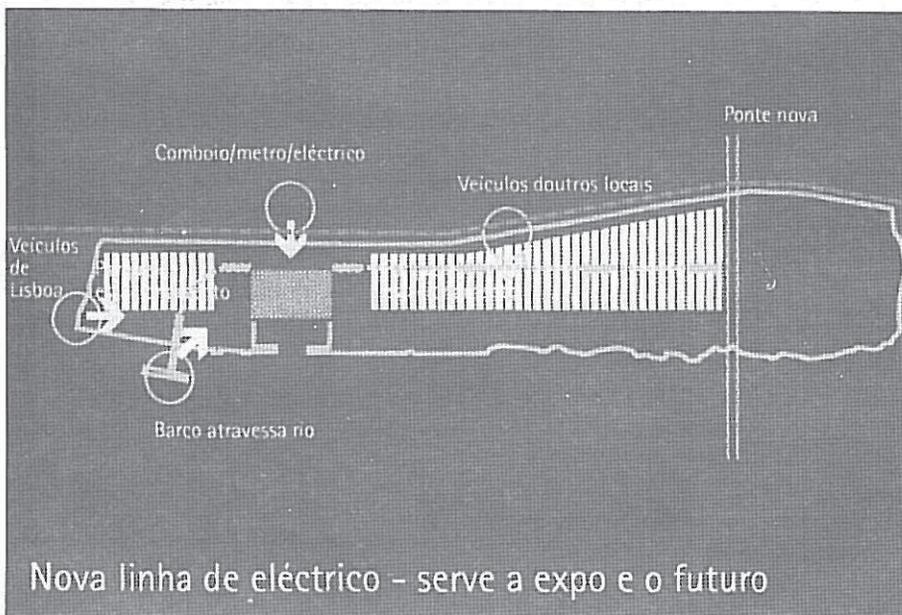
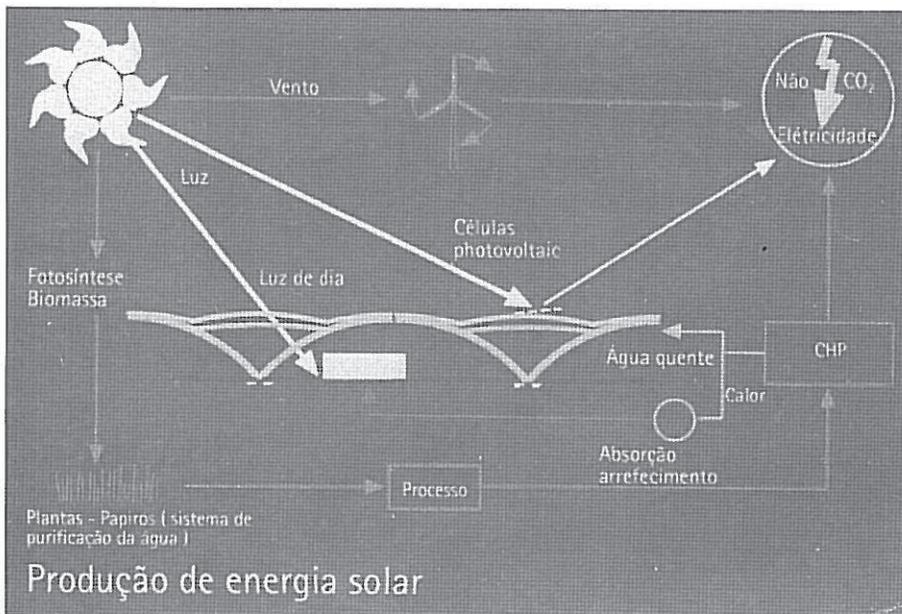
#### MEMBRANA TENSIONADA

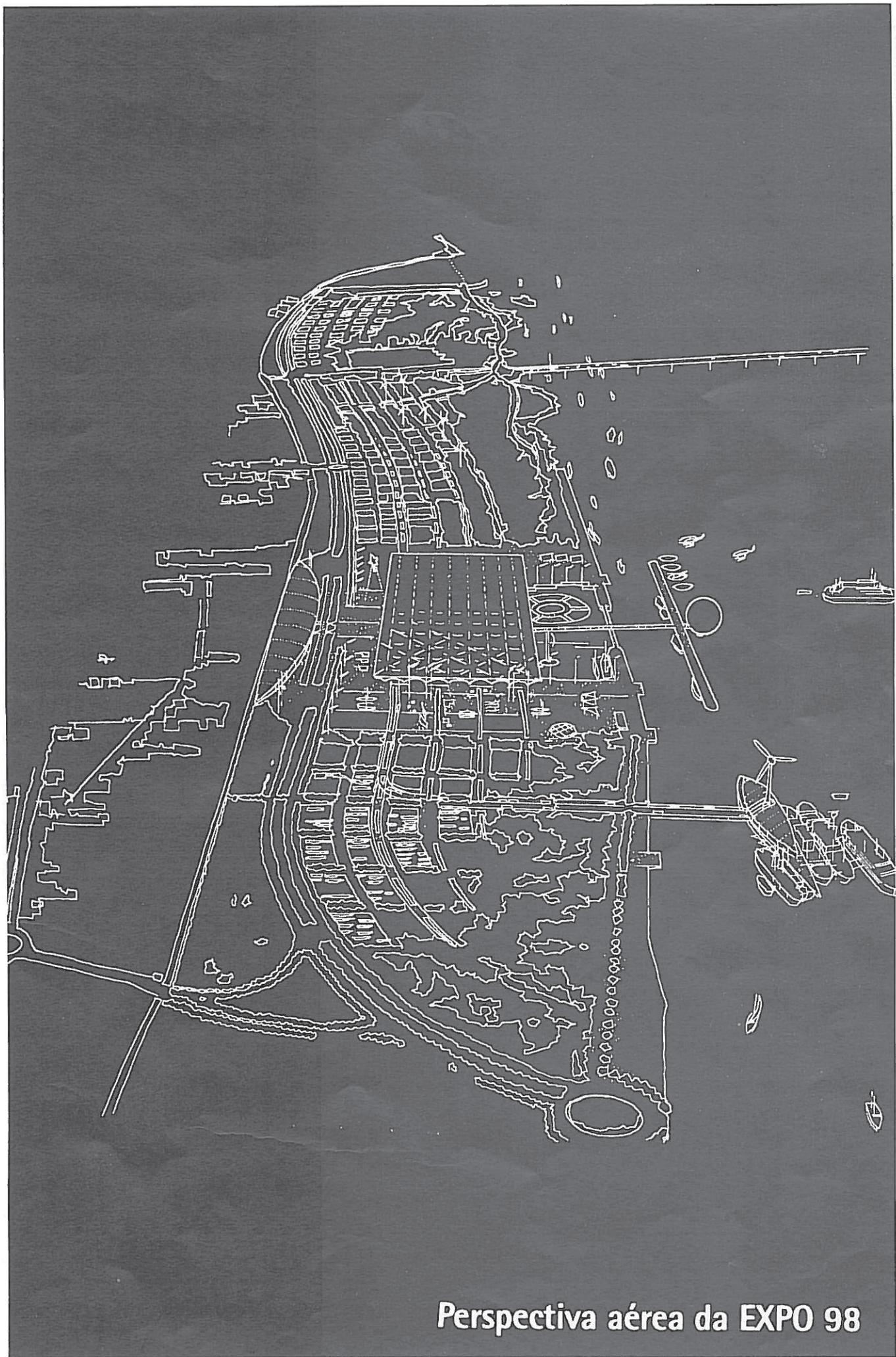
Um cone invertido da base quadrada fixado por cabos periféricos ancorados às coroas dos arcos e por via de um anel ao ponto de fixação do arco secundário ao arco principal, onde o todo é tensionado.

Sistemas semelhantes têm sido utilizados em todo o mundo e o "Know How" de fabrico e montagem deste tipo de membrana é bastante comum.

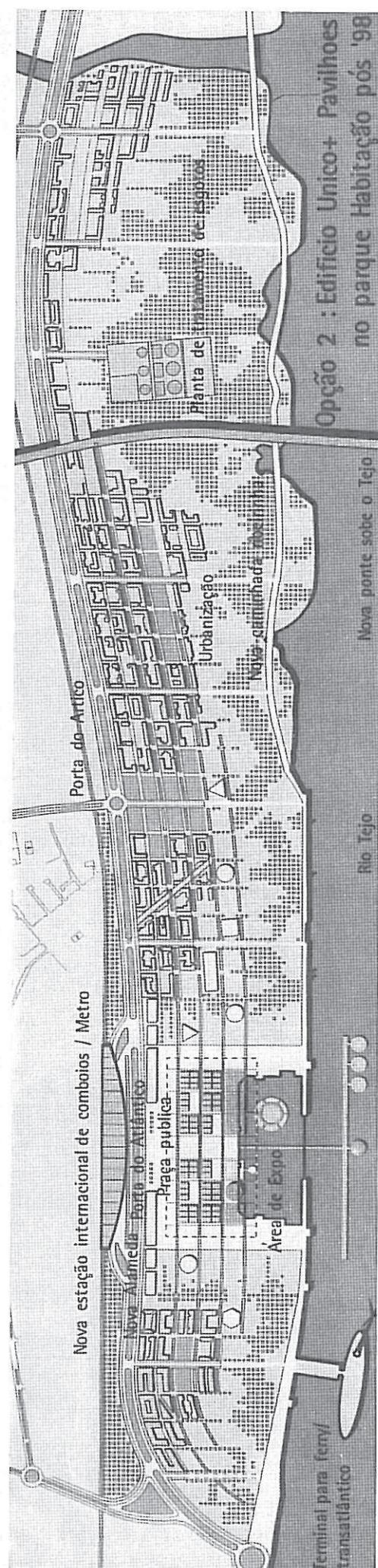
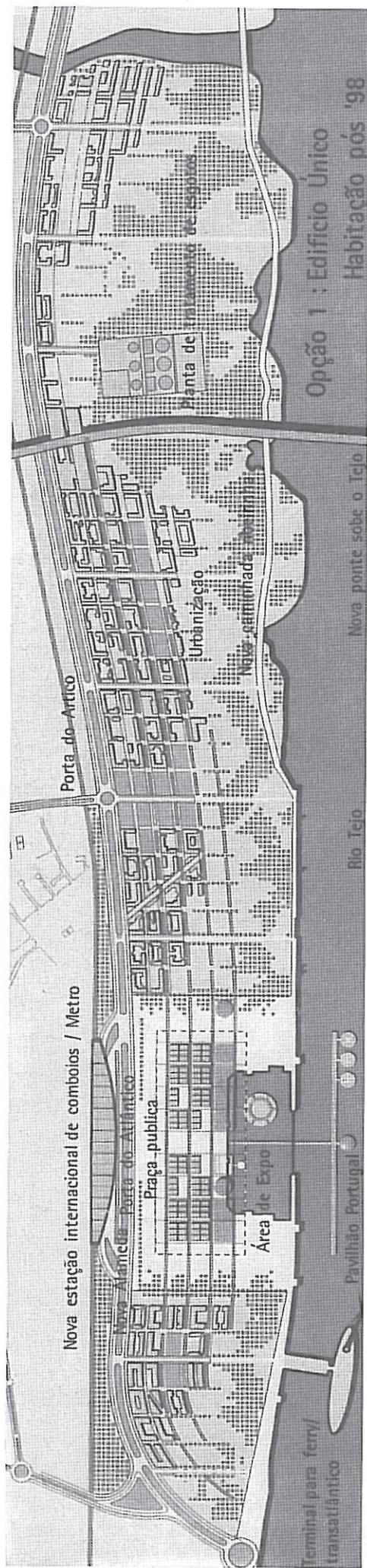
**DURABILIDADE:** Propõe-se a utilização de uma membrana à base de vidro e Teflon (PTFE), com uma duração de 25 anos. Todos os acessórios serão em aço inoxidável com isolamento anti-corrosivo (bi-metálico) nos pontos de contacto com a estrutura da cobertura.







Perspectiva aérea da EXPO 98





Miguel Câncio Martins

Armand Petroussian

S'PACE (atelier de arquitectura)

No concurso de ideias como o nome indica, trata-se de formalizar uma ideia para a imagem da Expo e não de propor um plano para ser executado. (Como uma passagem de modelos que serve para mostrar a criatividade de um costureiro e não só aqueles fatos que se vê na passagem).

**A nossa ideia primeira foi de marcar o recinto da Expo com um gesto forte e legível.**

A nossa intervenção pretende evitar a superabundância e a concentração de espaços construídos, para criar um universo quase ZEN propício ao passeio e à reflexão do qual resulta a **placa tectónica à deriva**, reagrupando o conjunto dos pavilhões principais da Expo.

• As três componentes que dominam o recinto:

A água, o céu e os objectos com uma relação sob tensão através dos espaços vazios criados entre eles.

• Para resolver os problemas da complexidade dos pavilhões e as suas relações exigidas no programa fomos aobrigados a dar uma resposta sintética e exemplar.

• A metáfora da **deriva dos continentes** ligada à evolução dos planetas pareceu-nos uma imagem suficientemente explícita.

• A **atitude poética e sintética** ao mesmo tempo relação: espaços minerais / vegetais, calmos / dinâmicos, horizontal / vertical.

• Só uma atitude deste tipo é susceptível de assimilar e integrar a complexidade e as contradições correspondentes ao "sítio".

A ilha criada pela penetração do rio à volta da doca é a resposta à multiplicidade dos pavilhões.

Torna-se o espaço de encenação, pavilhões lineares e pontuais.

• Espaços introvertidos e extrovertidos.

O equilíbrio da diversidade deste tipo de espaços e edifícios assegura a unidade do "sítio" deixando cada pavilhão exprimir a sua situação privilegiada.

• O clima como condicionamento da arquitectura

CLIMA

Jogo de estruturas ligeiras, de volumes transparentes tecnologias de ponta.

O pavilhão de Portugal constituído por quatro corpos ligados por uma estrutura semi-transparente e "iluminado".

• O pavilhão dos oceanos um edifício que penetra a água, como se fizesse um todo com a água.

• Pavilhão da Europa que liga o continente à ilha, acabando num **pontão**.

• Os pavilhões dos países e empresas, cintura à volta dos pavilhões principais como para proteger melhor o visitante.

• A doca como elemento poético, com os vários pavilhões à volta deste elemento principal.

• A sombra, a água, o vegetal, o mineral formam a arquitectura "à part entiere".

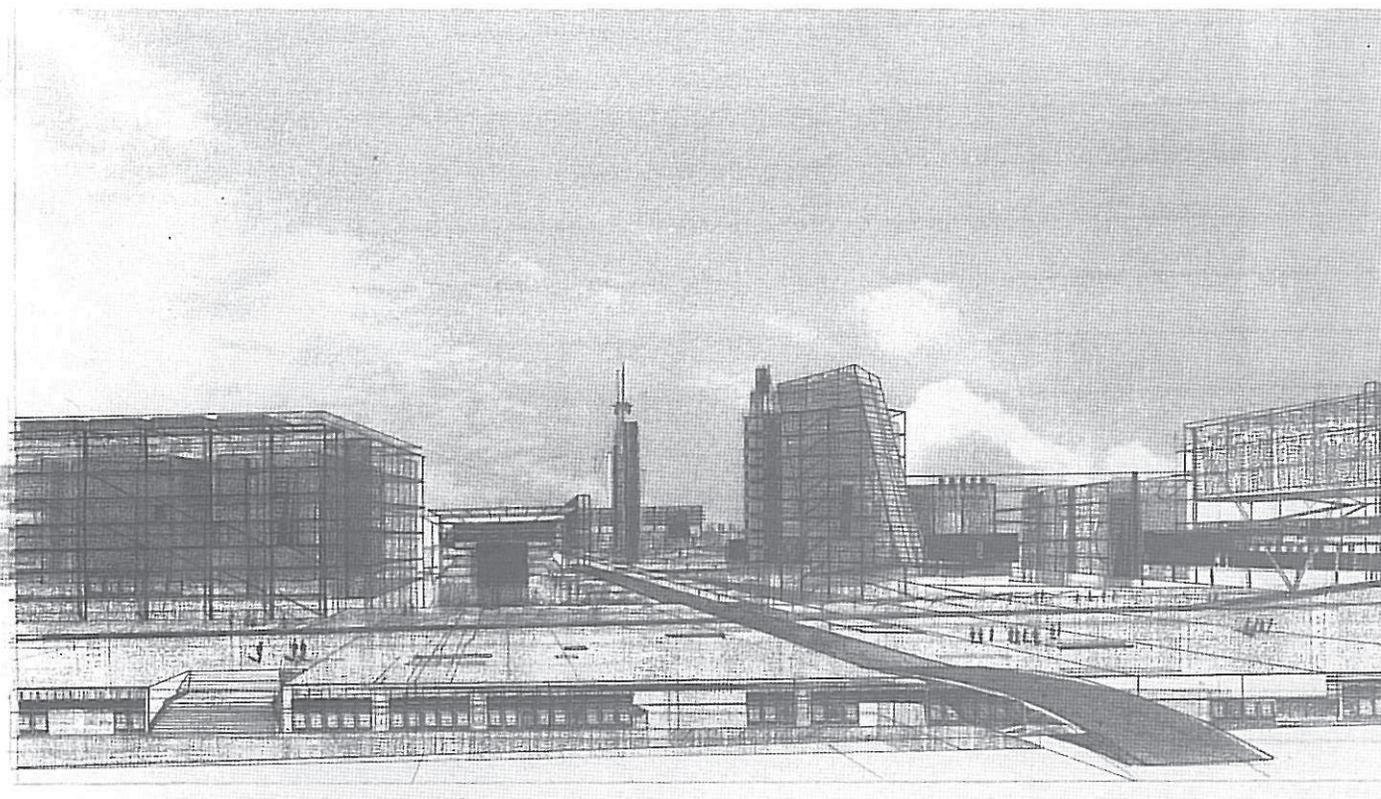
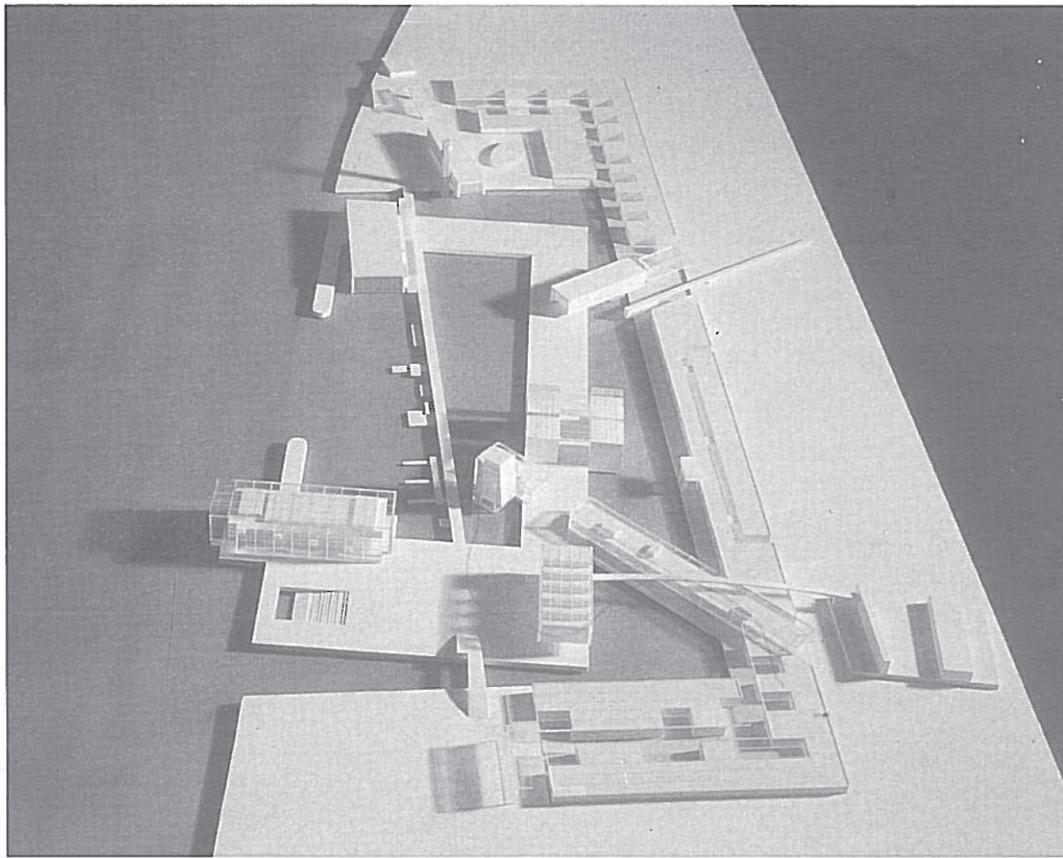
• Espaço efémero e de transição para fundar as bases dos futuros bairros

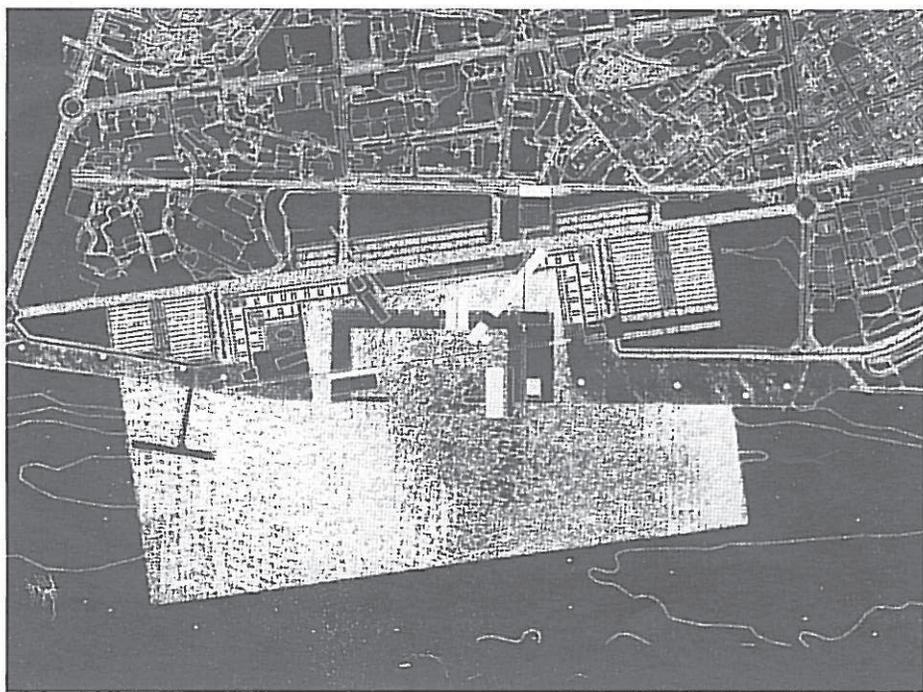
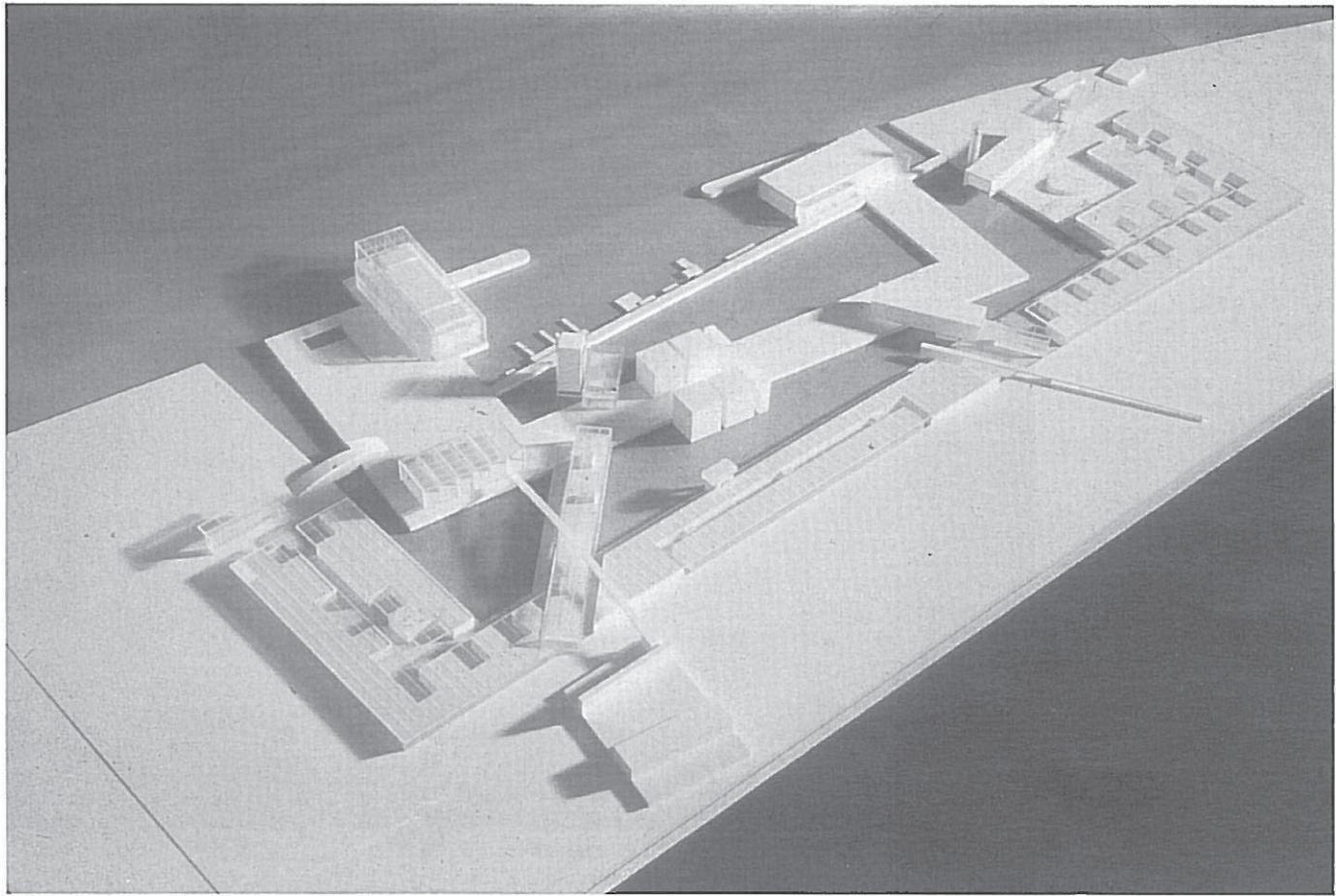
• Reconquista de uma faixa sinistrada do tecido da cidade

• Aumentar os pontos de contacto da cidade com o rio, criar uma relação dinâmica

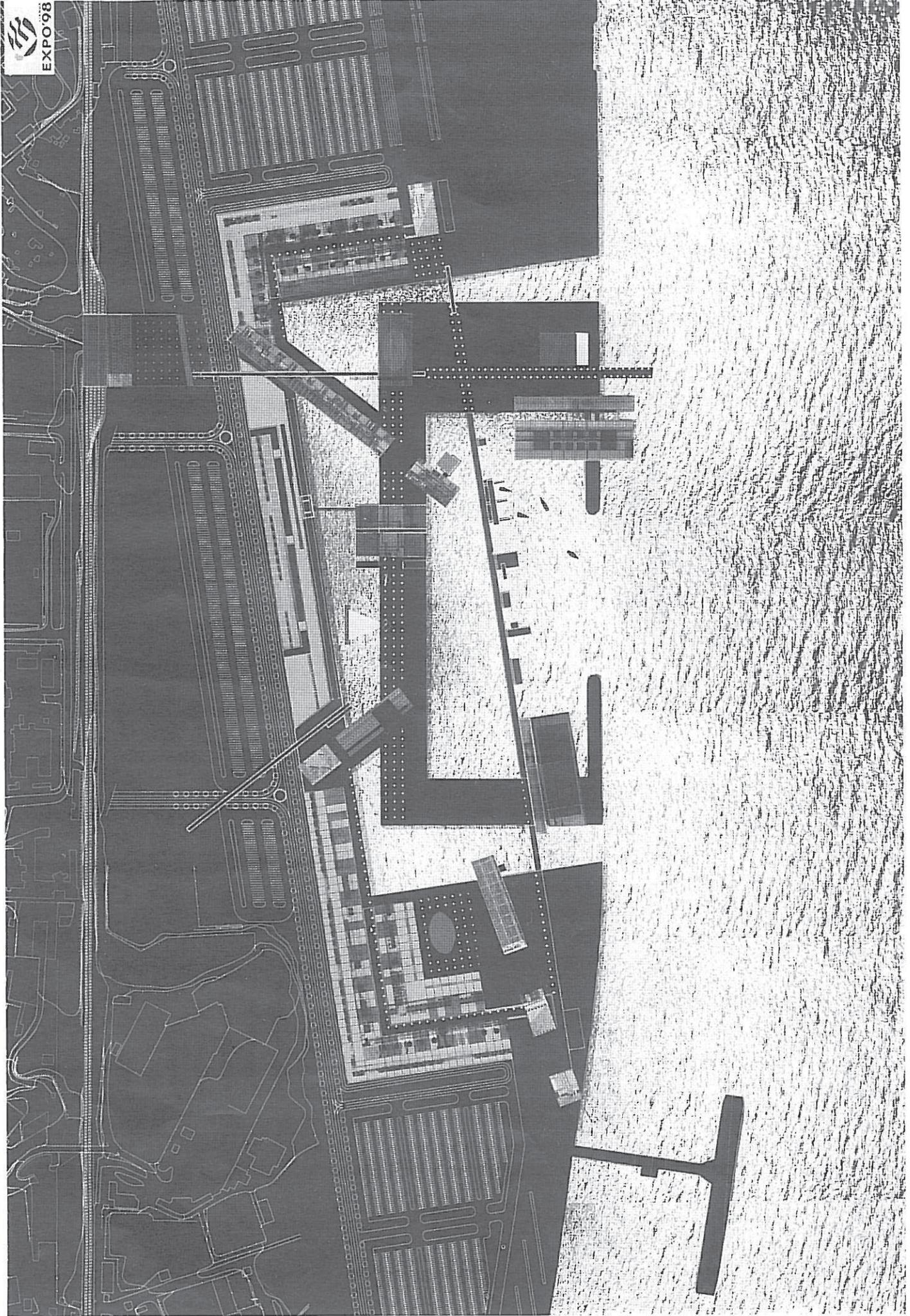
• Definição de uma estratégia para evitar uma divisão racional das diferentes zonas de intervenção

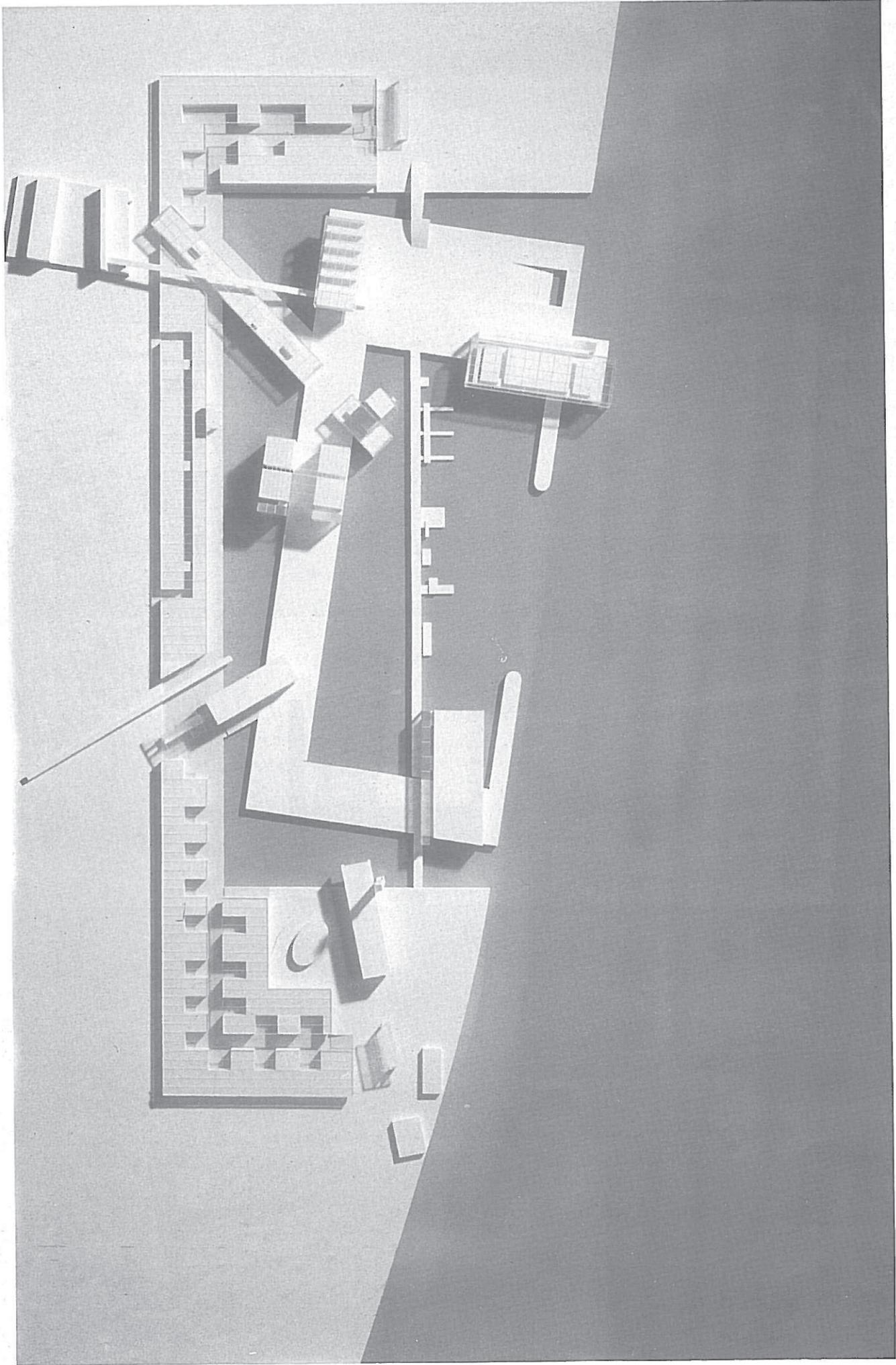
• Articulação dos espaços através de praças, planos de água de edifícios para fundar as bases do futuro respeitando a relação entre o efémero e o definitivo, os vazios e construídos, públicos e privado, a ordem e o caos de uma exposição deste género.

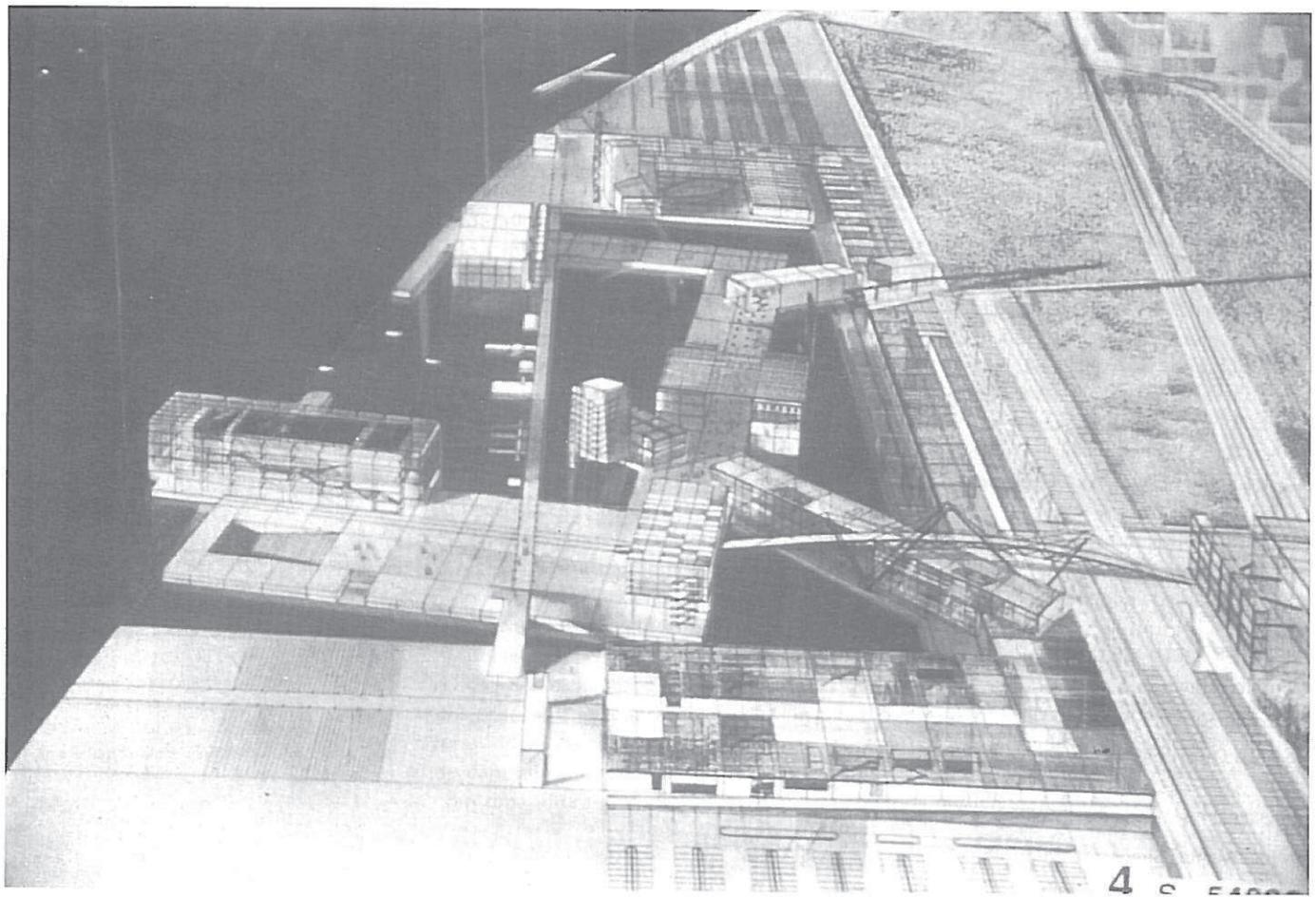




PROPOSTA 1998







PROPOSTA 2010

AT.AT – Atelier de Arquitectura, Lda.

**Manuel Vicente**

**José Caldeira**

**Francisco Teixeira Bastos**

**Madalena Menezes**

BAIXA – Atelier de Arquitectura, Lda.

**Pedro Ravara**

**Nuno Vidigal**

**Patrícia Matias**

#### COLABORADORES

**Paulo Pedrosa**

**Nuno Dias**

**Altino João Rocha**

**Marco Aurélio**

**Germína Queirós**

#### CONSULTORES

**Dr. José Manuel Simões**

Geografia Urbana

**Dr. Paulo Varela Gomes**

História da Arquitectura

**Eng<sup>o</sup> Victor Luciano**

Engenharia Mecânica

**Eng<sup>o</sup> António Maria Caetano Carreira**

Engenharia Mecânica

#### LISNAVE

**Eng<sup>o</sup> José Manuel Velez**

Coordenador

**Eng<sup>o</sup> Correia Rodrigues**

Concepção e Projectos

**Eng<sup>o</sup> Carlos Sousa**

Estruturas Metálicas

#### HIDROPROJECTO

**Eng<sup>o</sup> Garrido Baptista**

Coordenador

**Eng<sup>o</sup> Mário Teles**

Hidráulica estuarina/modelação matemática

**Eng<sup>o</sup> Saraiva Baptista**

Engenharia Civil/Comunicações

**Eng<sup>o</sup> António Gromicho**

Infraestruturas/Energias

**Eng<sup>o</sup> Sequeira Ribeiro**

Infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e drenagens

#### FOTOGRAFIA

**José Manuel Cerqueira**

#### A POÉTICA DO SISTEMA

##### RECICLAGEM DOS SIGNIFICADOS – CONSTRUÇÃO DE NOVOS IMAGINÁRIOS

A recuperação do “lixo industrial” apostando nas potencialidades da reciclagem, de produtos tornados obsoletos com a variação tecnológica e sócio-política, celebrando simultaneamente as grandes realizações do século e a imaginação, como motor de inesgotável transformação. Reconstruir cenários referidos às dinâmicas do mar, dos ventos, das correntes, das marés, provocando uma mutação continuada de relações, horizontes, iluminações, reflectindo um modo aberto de olhar interrogativamente o tempo e o espaço. O movimento do quadro flutuante em conforto com a estabilidade da margem: construir sem posição relativa fixa um mundo de tensões e movimentações aleatórias revelando constantemente o inesperado. A fusão entre a terra e o mar desafiando a novas explorações.

##### RECICLAGEM DOS MEIOS – A TRADIÇÃO DE CONSTRUÇÃO NAVAL

Reciclar também as potencialidades dum sector produtivo em crise cuja actividade está intimamente ligada ao mar, tirando partido duma situação geográfica favorável e de um capital acumulado de conhecimentos e competências, potencialmente orientável para actividades diferentes mas afins da construção naval, criando eventualmente perspectivas de trabalho para além do fim do século.

##### RECICLAGEM DOS TEMAS – A NAVEGAÇÃO

Possibilitar a rentabilização do investimento em termos culturais, após fecho da EXPO, com a possível itinerância de alguns pavilhões flutuantes, quer a nível nacional (ao longo da costa), quer internacional atlântica (África / Brasil).

##### RECICLAGEM DO MODO DE PRODUÇÃO

O tema da exposição tomado à letra: o mar/a água como referente simbólico e suporte físico, permitindo não apenas inovação na concepção como nos métodos de produção, próprios da construção naval; a fabricação em estaleiro, o reboque de componentes, a “instalação” e “remoção”, a reconversão de usos, o reaproveitamento de estruturas, o ataque à obra pelo lado do mar. Metodologias de produção muito adequadas à situação do parque EXPO e não apenas por estar “na margem” como também por estar na proximidade de grandes obras públicas em execução simultânea: a ponte, o alargamento da via férrea, a construção da nova estação rodo-ferroviária, a preparação e infraestruturização do “sítio”.

##### RECICLAGEM DO MODO DE REALIZAÇÃO

Autonomizar o calendário de execução da construção flutuante em relação à área “seca” do Parque EXPO e ainda da respectiva infraestruturização, proporcionando assim uma fle-

xibilidade importante para o caminhar das diferentes actividades e iniciativas respeitantes ao conjunto do empreendimento e circunscrevendo os factores de imponderabilidade e inerentes riscos. A parte mais importante da exposição, tal como a propomos, podia ser desencadeada praticamente de imediato.

#### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

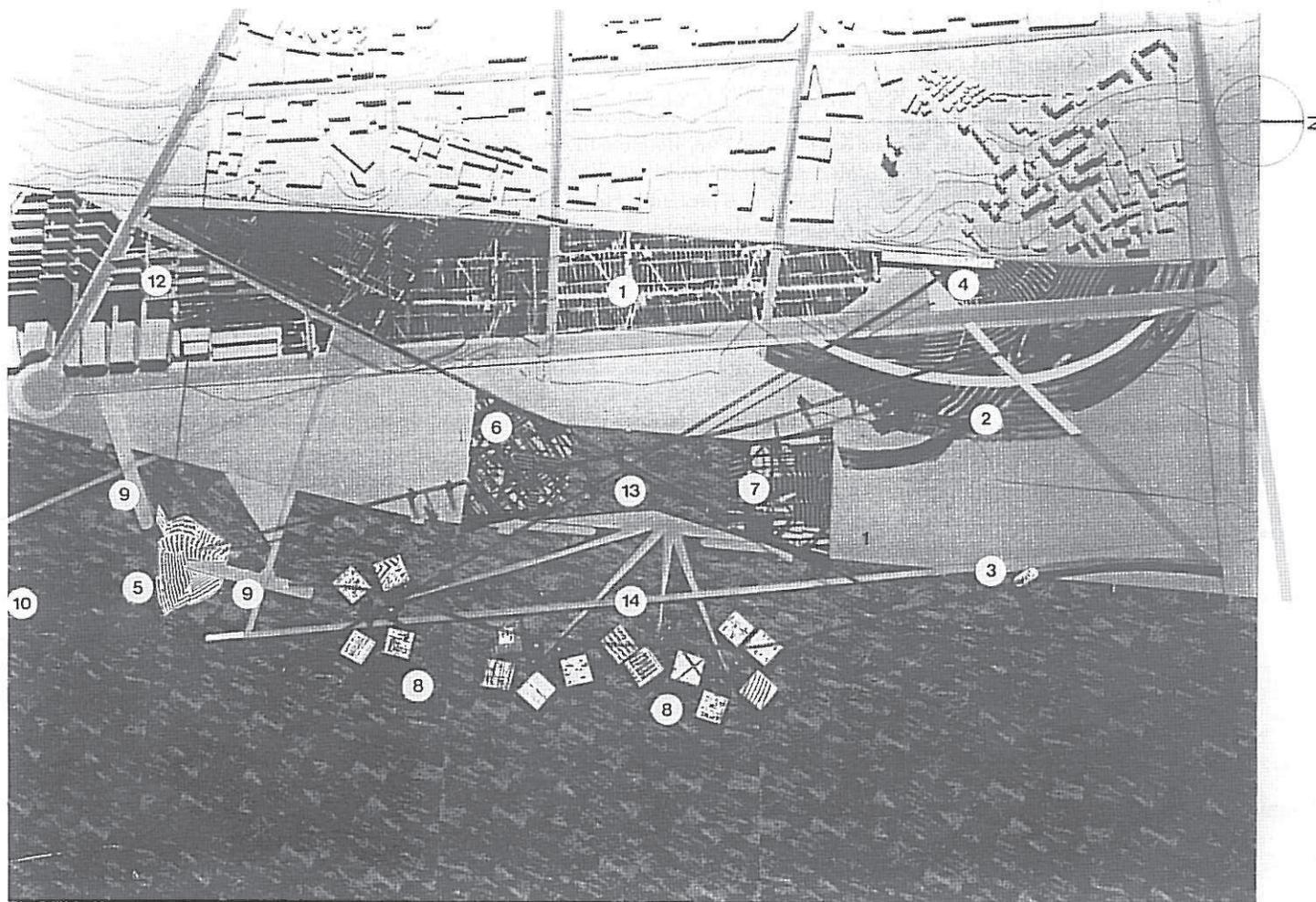
##### ÁREA MOLHADA

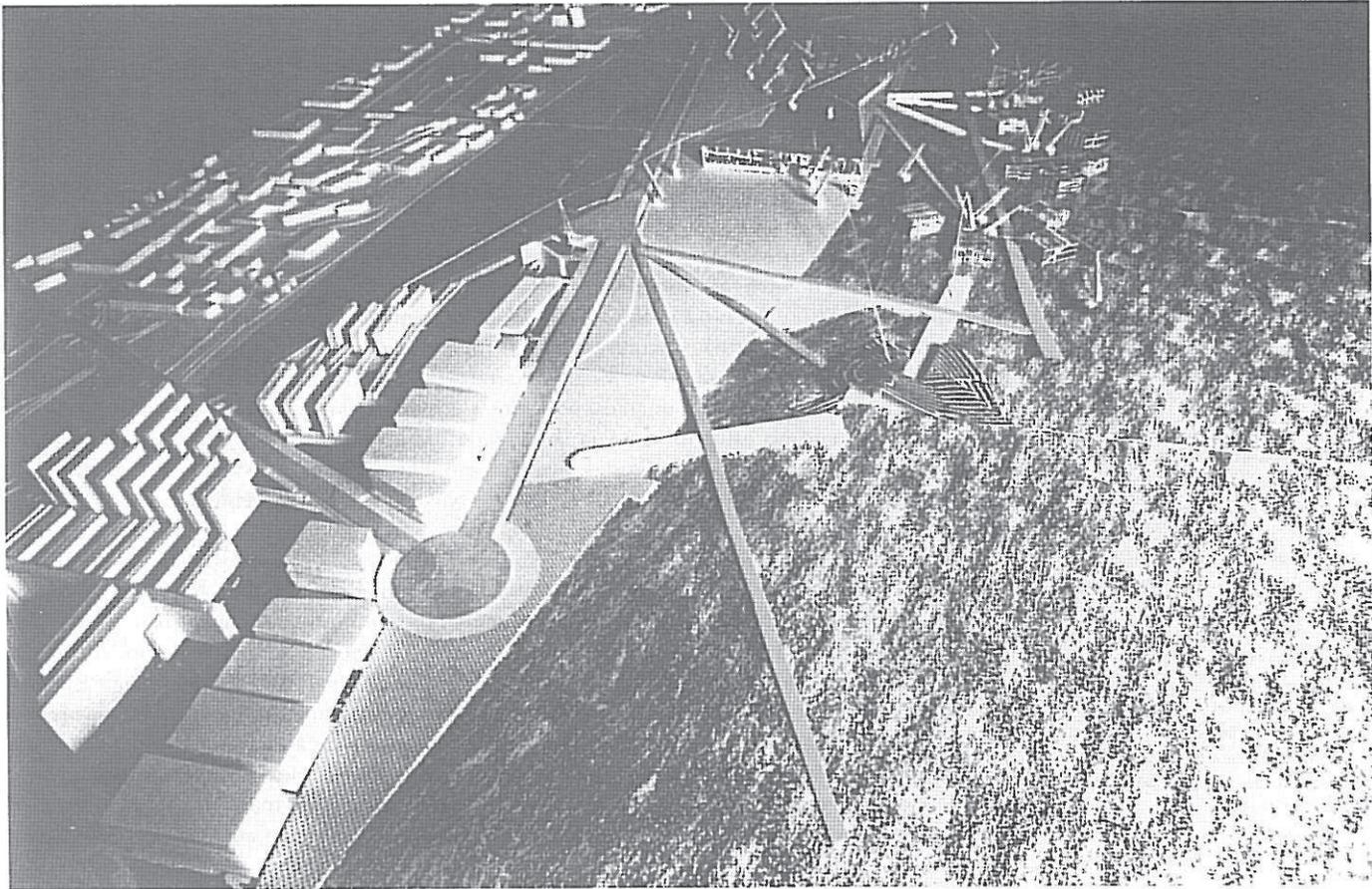
Ao lado do recinto é intenso o processo de assoreamento, sobre fundos basálticos a profundidades relativamente pequenas. Ao atingir fundos baixos, a ondulação provocada pelo vento provoca a resuspensão dos finos, atrasando de algum modo o assoreamento. Na Doca dos Olivais, protegida das correntes e ao abrigo daquela ondulação, as cadências de assoreamento são máximas. Obras marítimas, acessos e manutenção dos fundos tem de atender a estas circunstâncias. Os fundos são constituídos por lodo mole, incapaz de oferecer boa sensa aos ferros de amarração. Esta terá pois de ser assegurada de outra forma. As correntes dominantes, paralelas à costa, estão associadas à propagação da onda de maré no estuário, e a sua velocidade não excede 1m/s. A amplitude média das marés é de 2,5m. As amplitudes extremas em águas mortas e vivas são 0,7 e 4,3m, podendo atingir 5,5m em situações de cheia e baixa pressão basométrica.

##### ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Os elementos estruturais propostos resultam da reciclagem de navios de grande porte desarmados, neste momento e a médio prazo abundantes no mercado. A ideia é inovadora pelo nível a que se efectua de produto acabado, sem destruir o capital nele investido e sem gastos de energia e recursos que implicaria a reciclagem em alto-forno. A solução proposta só é possível em estaleiros navais de grande dimensão e experiência – como é o caso dos estaleiros nacionais – através duma técnica, também inovadora, de inversão dos processos de construção naval (instalação, pré-fabricação ou montagem e manufatura). Dadas as suas dimensões e formas os cascos de petroleiros na região dos tanques de carga e de lastro são particularmente interessantes para a materialização de espaços com uma altura total até 30 ou 40m, pavimentos praticamente aos níveis que se quise-

- 1 – Estacionamento de apoio à Expo 98
- 2 – Estacionamento de apoio à Feira Internacional de Lisboa
- 3 – Torre das Telecomunicações e área das Empresas
- 4 – Interface
- 5 – Pavilhão de Portugal
- 6 – Megaestrutura metálica 1. Inclui: multiosos; pavilhão da Utopia; auditório ao ar livre; restaurantes e apoios.
- 7 – Megaestrutura metálica 2. Inclui: Oceanário; Centro de Artes; Vídeo estádio; restaurantes e apoios
- 8 – Pavilhões das nações
- 9 – Pontão. Inclui: restaurantes e apoios
- 10 – Pacote/Hotel flutuante
- 11 – Feira Internacional de Lisboa
- 12 – Área destinada à função residencial e/ou institucional
- 13 – Cidade Submersa
- 14 – Plataforma





VISTA AÉREA DE SUDESTE

rem e possibilidade de instalar janelas submarinas. As proas, com formas menos habituais em estruturas terrestres, mas sugestivas de movimento que a sua função de talha-mar lhe confere, podem além disso ser usadas como elementos arquitectónicos principais do Pavilhão de Portugal. Nos tempos actuais e até à EXPO'98, de globalização de muitos aspectos da vida humana, o processo e a qualidade revelam-se como factores determinantes do progresso, mais do que a própria inovação dos produtos. Neste sentido a solução arquitectónica e construtiva proposta é significativamente inovadora (I) pela qualidade da estrutura de base e do trabalho feito nos estaleiros nacionais, que possibilita o posterior acabamento de superfícies exteriores e espaços de vivência em condições particularmente favoráveis; (II) pela eficiência do processo de realização desde o material de base aos acabamentos finais, cuidadosamente analisado e nacionalmente organizado, com base na experiência de construção e reparação naval dos estaleiros nacionais; (III) pelo prazo da reciclagem, de certo inferior ao da construção nova de raiz que, de outro modo, haveria que empreender totalmente em terra; e (IV) pela mobilidade que consente aos módulos, susceptíveis assim de facilmente se deslocarem incluindo para utilização post-EXPO.

Adaptabilidade de novos tanques em componentes distintos:

Corte: Em função do navio será definido a dimensão dos módulos, o respectivo corte e a introdução das alterações necessárias à flutuação dos respectivos componentes, Ex. Introdução de antepares de fecho.

Decapagem e Pintura: É indispensável o tratamento de superfície dos componentes. Adaptação da estrutura interna do componente ao fim em vista com a possível criação de plataformas (pisos), divisórias, etc.

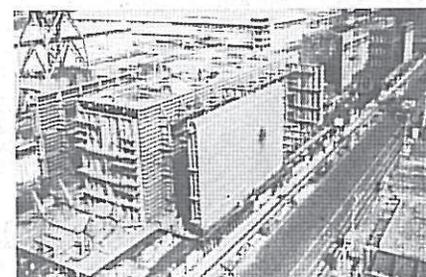
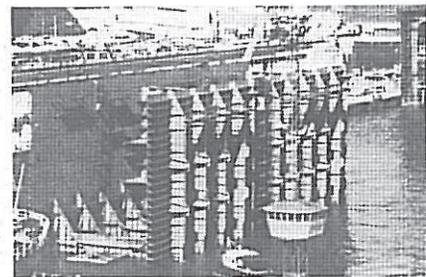
Sistemas de fixação

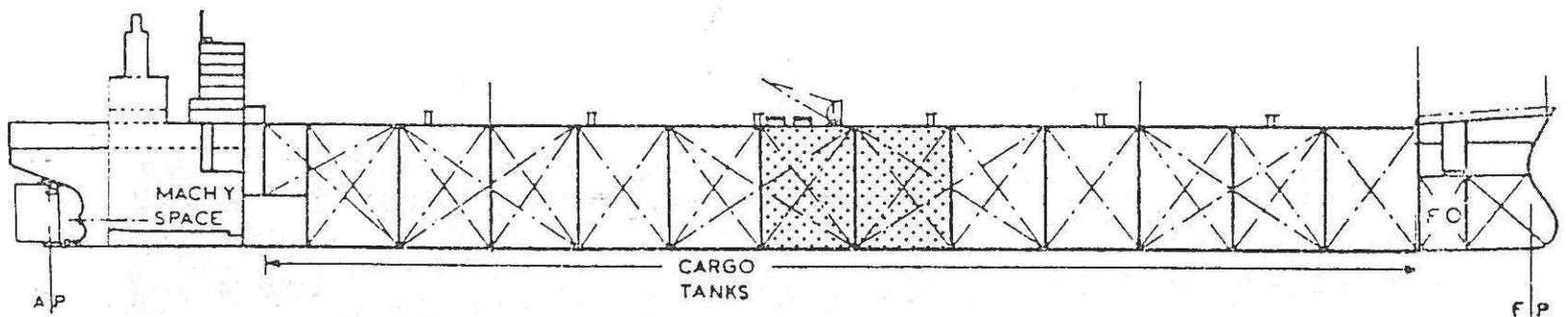
Módulos fixos

– A estrutura destes componentes deverá ser preparada com unhas e/ou garras para facilitar a sua fixação ao local pretendido, sendo necessário também definir a sua compartimentação na lastragem e respectivo assentamento ao fundo.

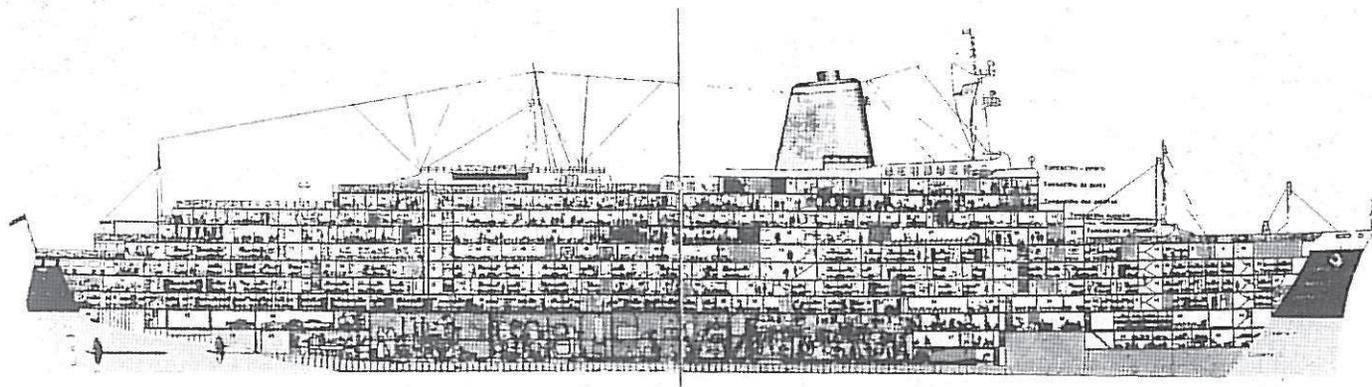
Módulos móveis (Modalidade relativa) A fracção destes elementos devem dar uma liberdade condicionada relativamente aos outros componentes quer estes sejam móveis ou fixos.

A RECUPERAÇÃO DO "LIXO INDUSTRIAL" APOSTANDO NAS POTENCIALIDADES DA RECICLAGEM, DE PRODUTOS TORNADOS OBSOLETOS COM A VARIACÃO TECNOLÓGICA E SÓCIO-POLÍTICA, CELEBRANDO SIMULTANEAMENTE AS GRANDES REALIZAÇÕES DO SÉCULO E A IMAGINAÇÃO COMO MOTOR DE INESGOTÁVEL TRANSFORMAÇÃO.





RECICLAGEM DE MEIOS -  
CAPACIDADE HOTELEIRA TEMPORÁRIA



#### DOS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

##### UTOPIA NECESSÁRIA - CINCO IDEIAS

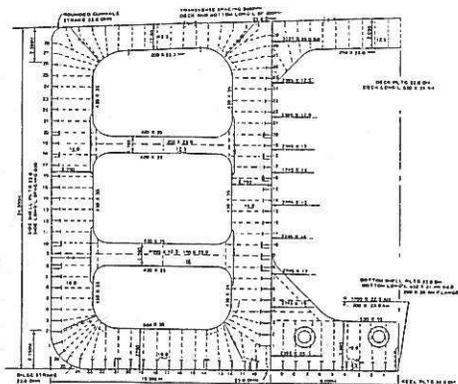
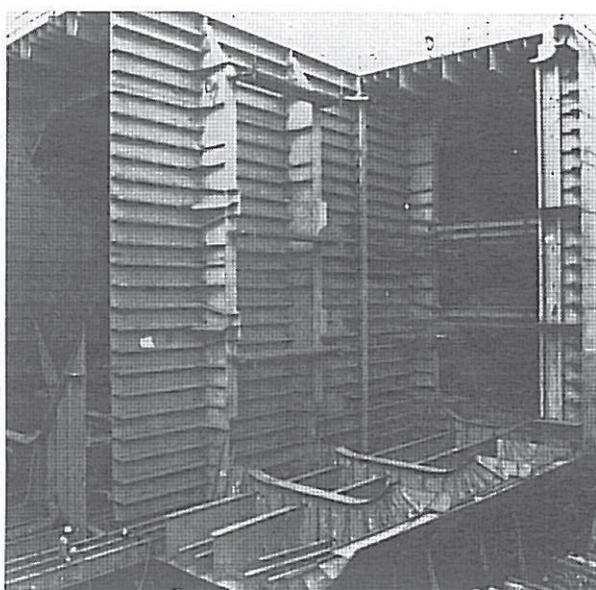
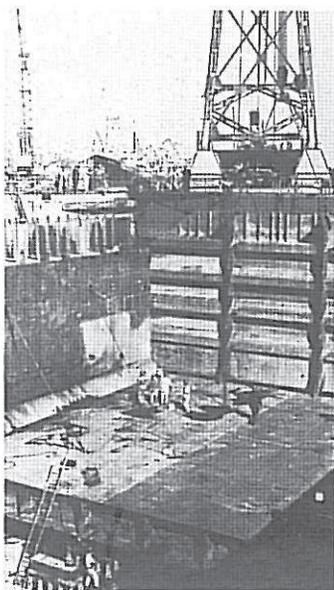
##### - APROVEITAMENTO DO FUNDO DA DOCA;

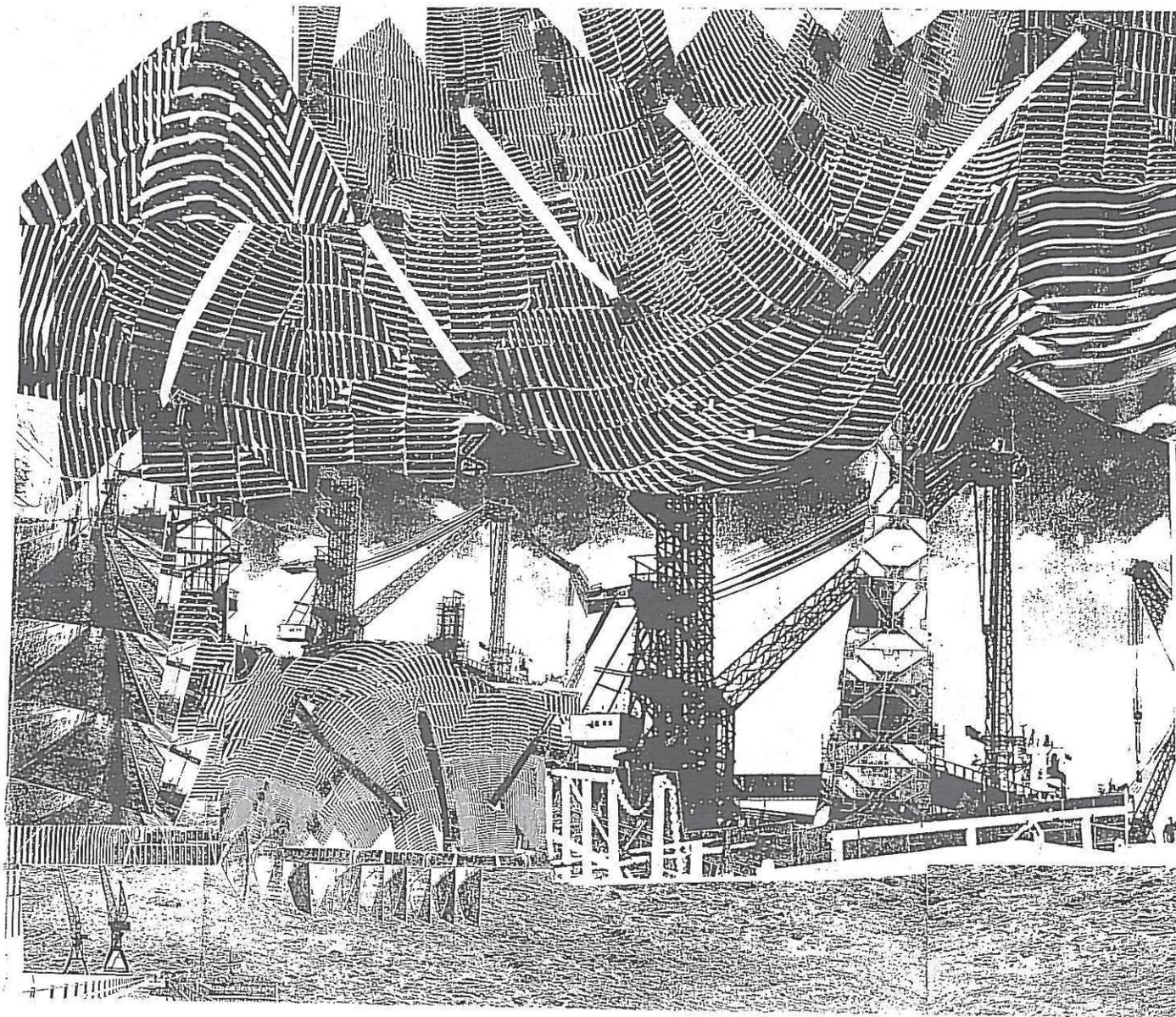
O fundo da doca, também como lugar da exposição: uma "Atlântida" e uma cidade submarina "tecnológica" submersas e visitáveis; um corredor/plataforma ao nível desse fundo estabelecendo por um grande envidraçado a transição entre ele e o rio.

##### - DISSEMINAÇÃO DAS "PORTAS" DA EXPO;

A EXPO deve começar ou terminar fora do seu recinto: "portas"/sectores da EXPO em vários sítios da área urbana da Grande Lisboa (Alcochete, Seixal, Cacilhas, Sacavém, Terreiro do Paço, Belém, Algés, Alverca) e até fora dela: uma carruagem EXPO no "Alfa" do Porto (com "entrada" em Campanhã, em Aveiro, em Coimbra), um avião EXPO de Faro, do Funchal, de Ponta Delgada, etc. As "portas" ou "entradas" da EXPO, em Lisboa e fora dela, como recintos já da exposição e com funções de animação urbana: aproveitamento da Cordoaria, do Museu da Electricidade/Central Tejo, de um edifício em Campanhã. Os acessos da área da Grande Lisboa à EXPO serão por barco (hovercraft,

ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA INTERNA  
DO COMPONENTE AO FIM EM VISTA  
COM A POSSÍVEL CRIAÇÃO DE  
PLATAFORMAS (PISOS), DIVISÓRIAS, ETC.





PAVILHÃO DA UTOPIA

taxi-ribeirinho), shuttle, comboio, eléctrico rápido. Este esquema teria a vantagem adicional de descongestionar filas de espera para a compra de entradas no recinto da EXPO:

– CONTRUÇÃO DE SECTORES DA EXPO NO RIO;

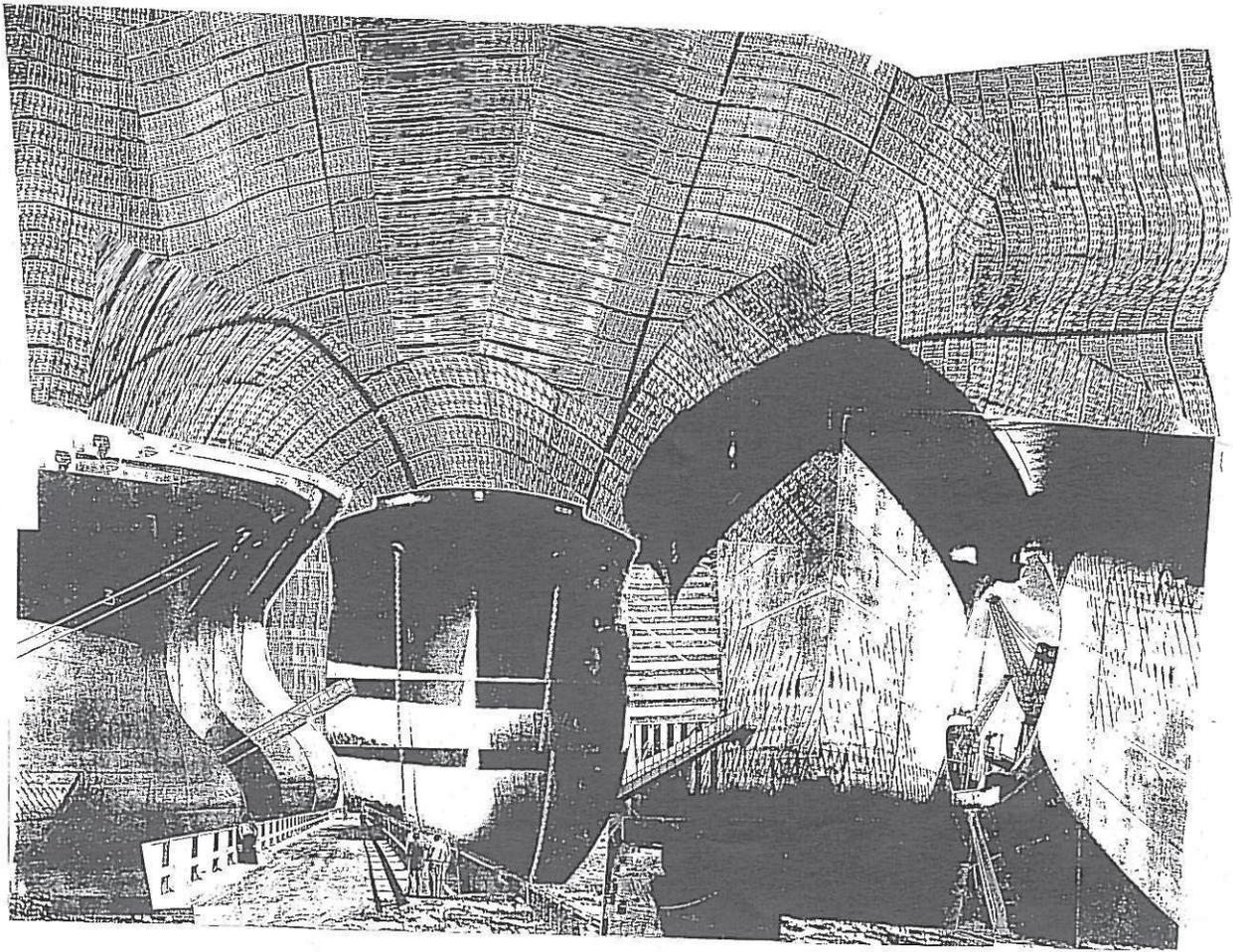
Existe ao largo do recinto um conjunto de plataformas ligado por “fly-overs” pedonais, shuffles, ilustrando várias formas de conquista tecnológica das águas (exploração petrolífera, aterro urbano, cais, etc.) e servindo de área para pavilhões das nações.

– EXPOSIÇÕES E LUGARES DE ESTAR “EM TRÂNSITO”;

Os acontecimentos e lugares da EXPO assentam em percursos e são móveis (estruturas moventes, shuffles, etc). Percorrem a terra e a água, iniciam-se ou terminam fora do recinto. Dentro do shuffle/EXPO, as tecnologias da comunicação criam ambientes de dúvida e mudança: capacetes de “realidade virtual”, janelas substituídas por ecrãs de vídeo, etc.

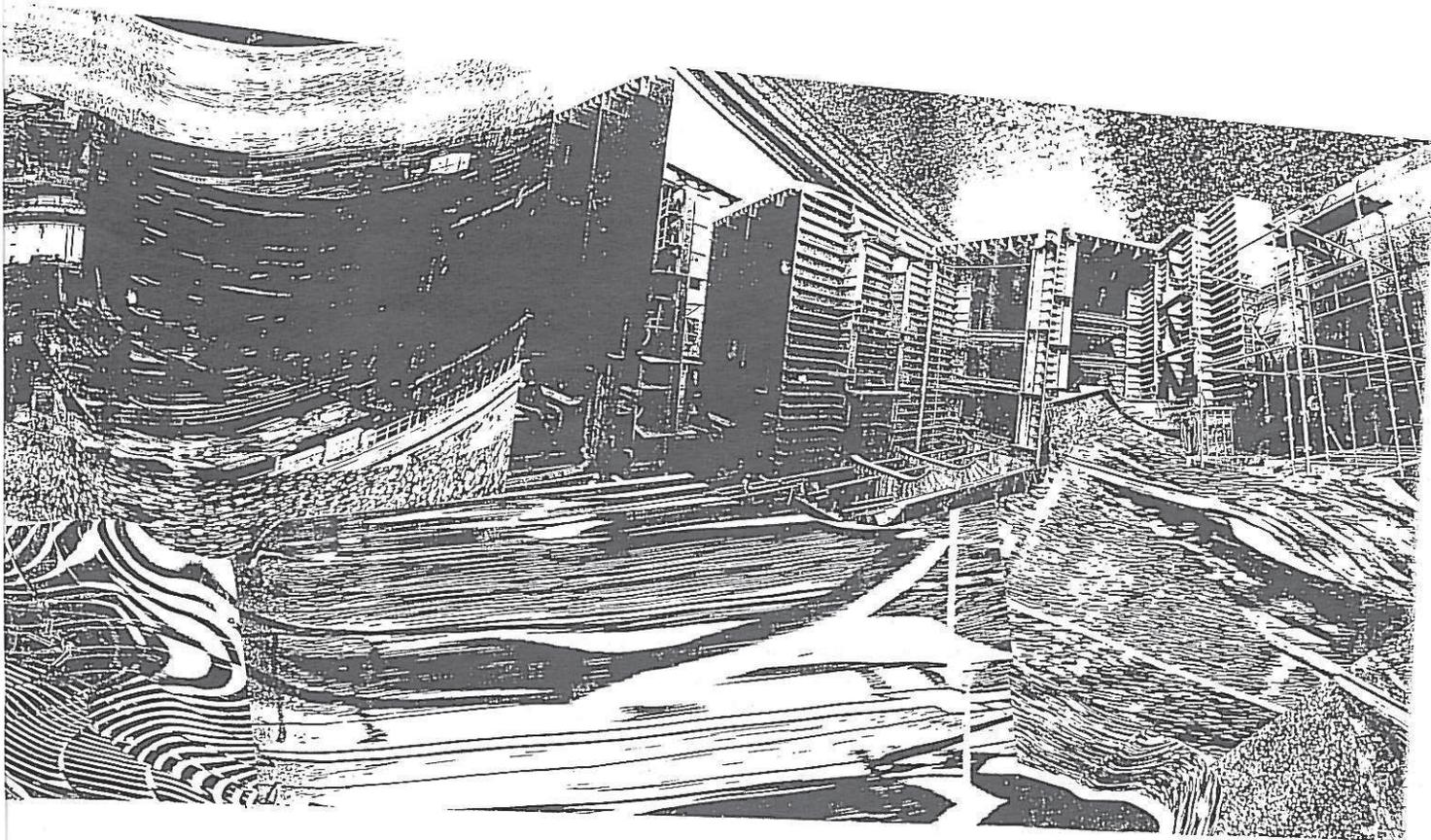
– CARÉCTER “MESTIÇO” DOS EDIFÍCIOS E EVENTOS.

Existe um carácter de “miscigenação” nos vários sectores da EXPO. A Arquitectura dos equipamentos fixos e móveis corresponde às ideias chave da EXPO: é efémera, movente, tecnologicamente híbrida (tecnologias tradicionais e avançadas), cosmopolita (o que não quer dizer americana, ou japonesa, mas “mestiça”), a-histórica. Evita-se a exposição de “escolas”, “tendências” ou “géneros” de arquitectura, que tem caracterizado as Exposições deste tipo – sem excepção para a de Sevilha – em favor de uma maior unidade conceptual expressa na diversidade de cada peça e da sua articulação no conjunto. À noite e de dia, a EXPO, deve ser e parecer uma máquina sempre em movimento, um organismo nómada, activo e luminoso, lançando prolongamentos e tentáculos em todas as direcções, tanto no espaço real como no virtual.



PAVILHÃO DE PORTUGAL

PAVILHÃO DAS NAÇÕES



Jorge Ganhão  
Luis Niza Ribeiro  
Pedro Matos  
Pedro Rodrigues

Fotografia

Victor Mendonça

#### MEMÓRIA DESCRITIVA

Alguma indeterminação programática e o carácter provisório de grande parte das Unidades a construir, direccionou a análise no sentido da flexibilidade das soluções urbanísticas.

Propõe-se um **método** de organização do recinto de Feira (extensível às áreas contíguas), definido pela especificidade funcional de cada Unidade e pela sua especial inter-relação, recusando o tipo de abordagem sustentado exclusivamente na **geometrização** (qualquer que ela seja) dos problemas.

Não se questionam as características físicas existentes e respectivas geometrias (linha de costa, pontão, doca, e "boulevard" proposto), já que a estrutura da proposta é independente deste tipo de condicionantes.

A proposta estrutura-se com 4 tipos de elementos – Áreas Temáticas, Unidades Especiais, Percurso Linear e Floresta –, distribuindo-se cada um de forma autónoma em relação aos demais, diversificando os vários espaços aquando da sua sobreposição.

A versatilidade do **método** proposto é evidenciada no número ilimitado de combinações (o desenho urbano apresentado é apenas uma delas), e na sua adaptabilidade a diversas dimensões e formas de território, não descaracterizando com isso a imagem de "diversidade homogénea" pretendida.

Não sendo importante para o tipo de proposta apresentada a localização dos acessos à Feira, poder-se-ão contudo localizar a partir do "boulevard" nos locais por onde se prevê maior afluxo de pessoas, e outros nos extremos do Percurso Linear, já que este representa a grande conexão longitudinal de todo o recinto.

A particularidade das estruturas construídas será certamente suficiente para individualizar cada um dos acessos, sem recorrer a qualquer exercício formalista subjacente à designação "portas" no programa fornecido.

#### ÁREAS TEMÁTICAS

As Unidades H-Área de Países Participantes, I- Área de Empresas, J- Animação, e K- Serviços, pela sua grande área de implantação e necessidade funcional de distribuição ao longo do recinto de Feira, foram escolhidas para definir 4 tipos de "áreas".

Às diferenças funcionais de cada tipo de "área", correspondem 4 "paisagens" facilmente identificáveis caracterizadas pela orientação particular para o rio e outra margem, diferenças volumétricas e de escala, e utilização de elementos naturais (árvores e água)

Conjugam-se deste modo percursos mono-temáticos transversais, possibilitando a opção por um tipo específico de Unidade, e de uma multiplicidade infinita de percursos longitudinais multi-temáticos, dada a grande permeabilidade do piso térreo.

As Áreas de exposição da Unidade H (de grande versatilidade na apropriação dos módulos) localizam-se a uma cota de +4m, libertando o piso térreo para os restaurantes de cada país, acessos ao piso superior (rampas e escadas), e para simples atravessamento pedonal.

A Área de Empresas com módulos independentes, apresenta como particularidade um extenso espelho de água, onde os futuros edifícios (parcialmente) se implantarão.

A Animação, de pequena volumetria, é constituída por um conjunto de módulos (padrão) repetível, unificados por uma pérgola, que conjuntamente com uma cortina de árvores a sul sombreiam os espaços de esplanada.

A Unidade K distingue-se por um grande contraste volumétrico entre as áreas de serviços administrativos concentrados numa torre, e os restantes de perfil horizontal.

#### UNIDADES ESPECIAIS

Dado o seu carácter específico foram agrupadas sob este tema as unidades; A – Pavilhão de Portugal, B – Pavilhão dos Oceanos, C – Centro de Artes, D – Pavilhão Multi-Usos, E – Pavilhão Utopia, F – Pavilhão da Comunicação, G – Auditório ao Ar Livre e N – Video Estádio.

Respeitando as principais proximidades exigidas, sobretudo à doca, as Unidades distribuem-se de forma ritmada sobrepondo-se às "áreas temáticas" sem ruptura, permitindo a coexistência autónoma de ambas.

O quadrado e o cubo como espaço a apropriar sublinham o módulo arquétipo, definindo simultaneamente o carácter abstracto da intervenção.

#### PERCURSO LINEAR

Sobrepõem-se neste percurso, que atravessa integralmente o recinto a uma cota constante de + 8m, os factores lúdico e funcional. Lúdico porque possibilita uma perspectiva geral sobre a Feira, enriquecida pela variedade dos espaços atravessados – floresta, doca, e por dentro, por cima, ou por entre as diversas Unidades. A funcionalidade advém da sua linear geometria e quantidade de acessos, facilitando uma rápida deslocação a qualquer área em particular.

Três tipos de elementos definem o acesso ao percurso – Escadas, Elevador e Rampa.

Da sobreposição das métricas distintas de cada elemento, utilizadas na distribuição ao longo do trajecto, resulta naturalmente uma maior concentração em determinados pontos, preferencialmente junto dos acessos ao recinto.

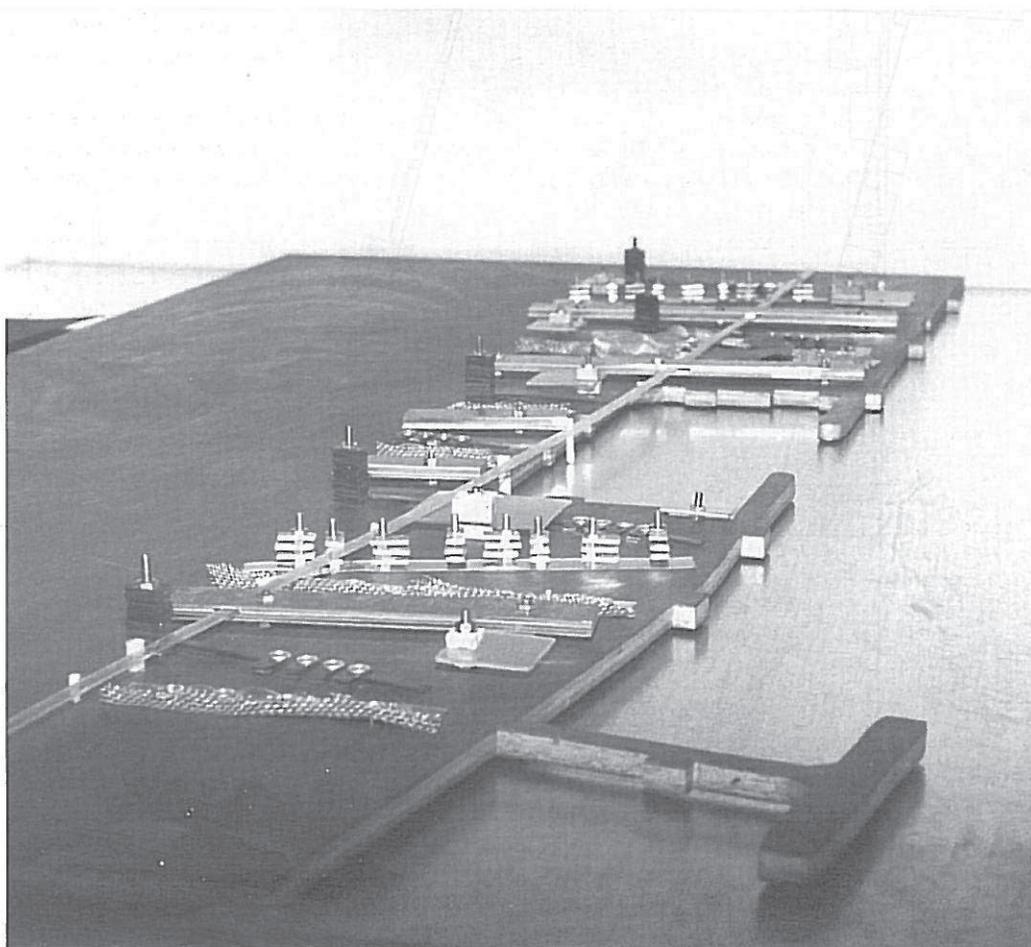
O percurso deverá possuir uma estrutura o mais leve possível, podendo ser complementado com diversos elementos tais como: cobertura, passareiras rolantes, ou outros, consoante as necessidades.

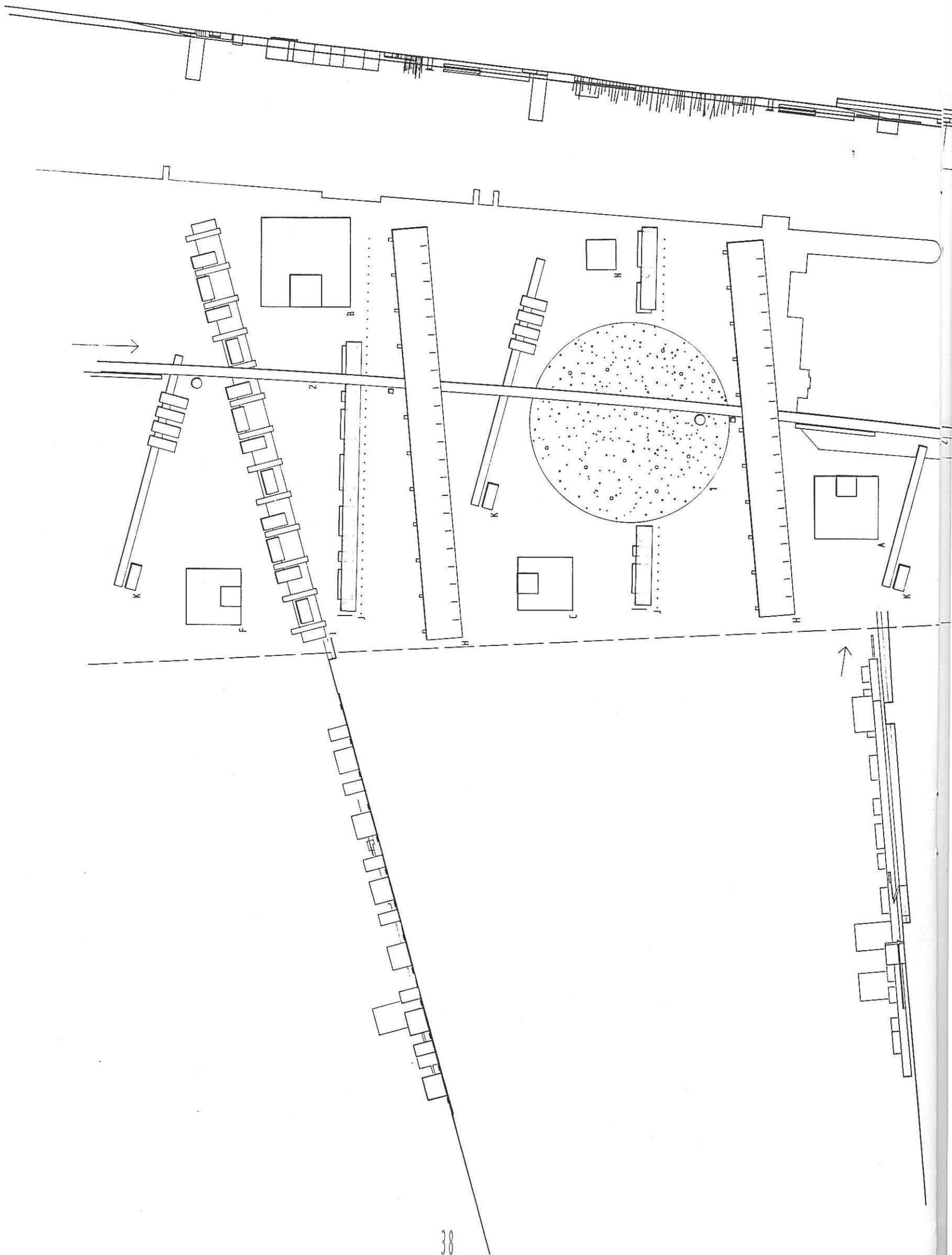
#### FLORESTA

A floresta foi pensada como um grande espaço caracterizador e estruturante do recinto de Feira (concentrando grande parte das zonas verdes propostas) negando o simples papel de acompanhamento.

A forma circular sublinha simultaneamente a recusa de qualquer direcção e o carácter centralizador da mesma.

A topografia escolhida permite apenas a percepção global da floresta para quem se encontra no seu centro, e a densidade das diversas espécies utilizadas será de modo a permitir atravessamentos ainda, que não haja qualquer percurso definido.





J731095



- A PAVILHÃO DE PORTUGAL
  - B PAVILHÃO DOS OCEANOS
  - C CENTRO DE ARTES
  - D PAVILHÃO MULTILÍNGUOS
  - E PAVILHÃO DA UTOPIA
  - F PAVILHÃO DA COMUNICAÇÃO
  - G AUDITÓRIO AO AR LIVRE
  - H ÁREA PAÍSES PARTICIPANTES
  - I ÁREA EMPRESAS
  - J ANIMAÇÃO
  - K SERVIÇOS
  - L BOLA
  - M VÍDEO ESTÁDIO
  - 1 FLORESTA
  - 2 PÉRGOLA
- IMPLEMENTAÇÃO E PERFIS ESC. 1/2000

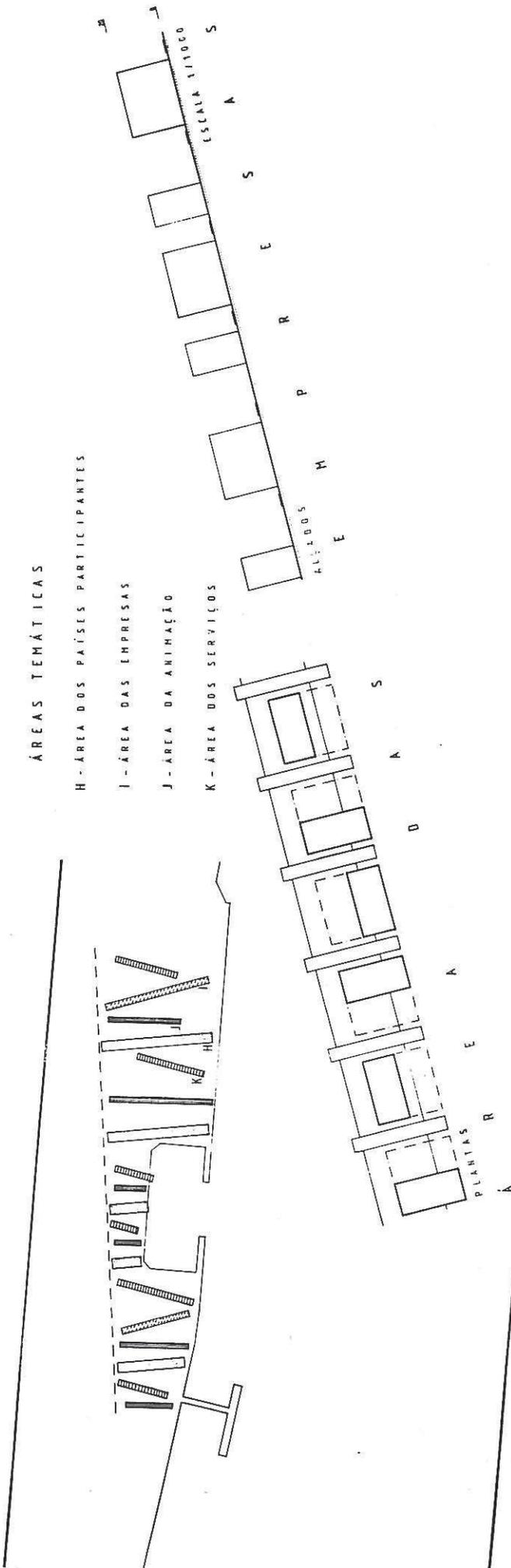
ÁREAS TEMÁTICAS

H - ÁREA DOS PAÍSES PARTICIPANTES

I - ÁREA DAS EMPRESAS

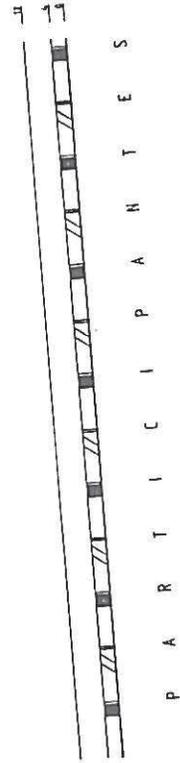
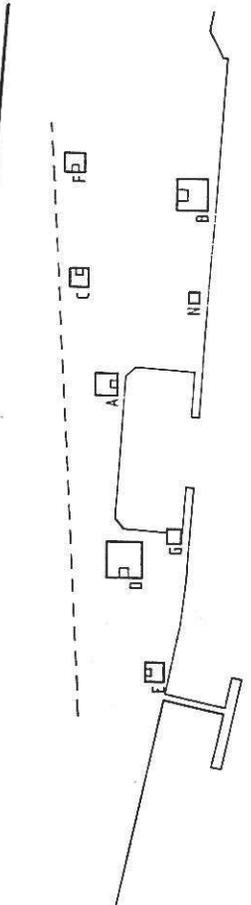
J - ÁREA DA ANIMAÇÃO

K - ÁREA DOS SERVIÇOS



UNIDADES ESPECIAIS

- A - PAVILHÃO DE PORTUGAL
- B - PAVILHÃO DOS OCEANOS
- C - CENTRO DE ARTES
- D - PAVILHÃO MULTÍTIPOS
- E - PAVILHÃO UTOPIA
- F - PAVILHÃO DA COMUNICAÇÃO
- G - AUDITÓRIO AO AR LIVRE
- N - VIDEO ESTÁDIO

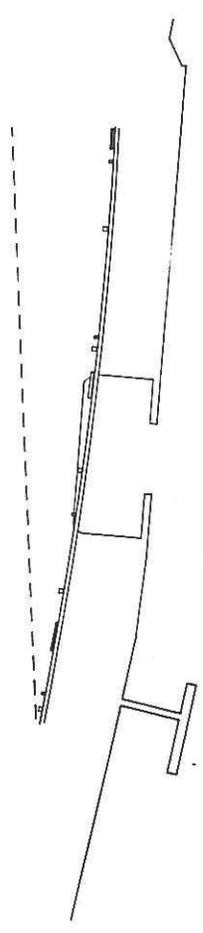
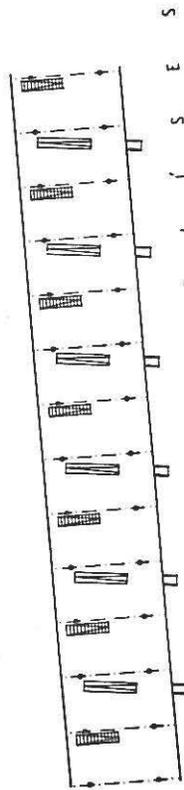


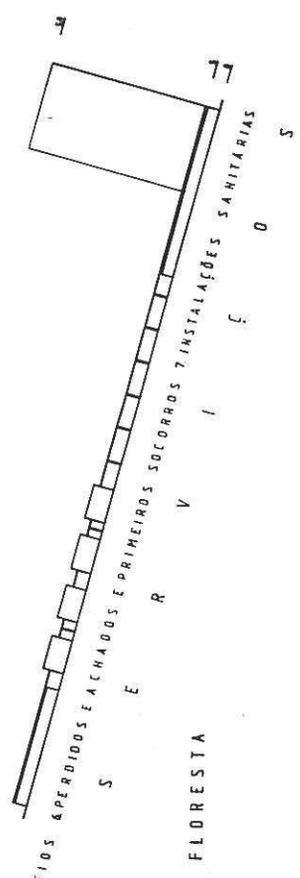
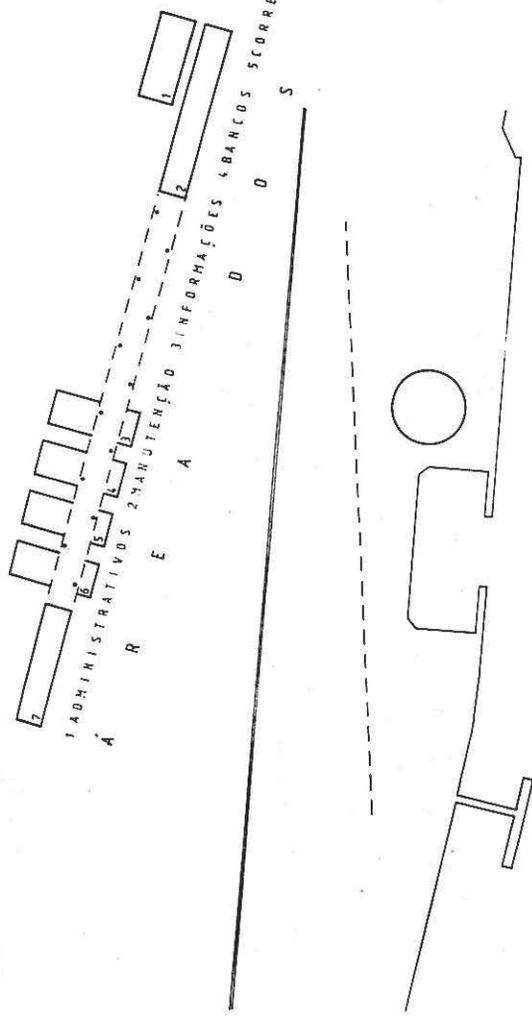
PERCURSO LINEAR

• ESCADA

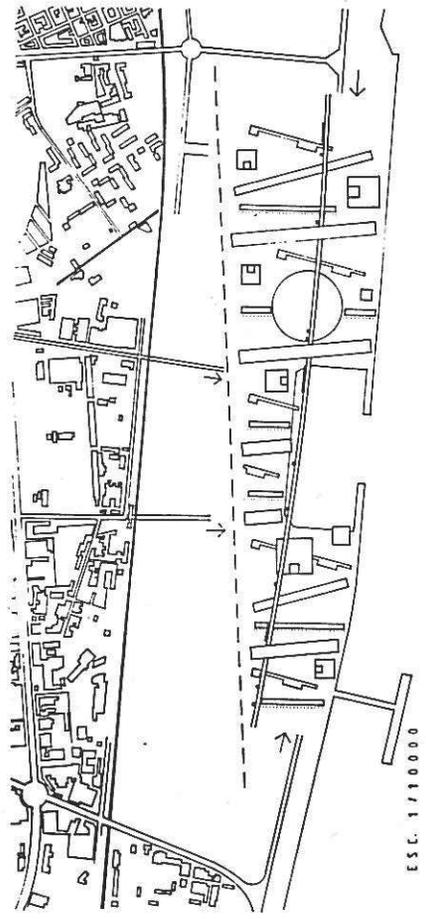
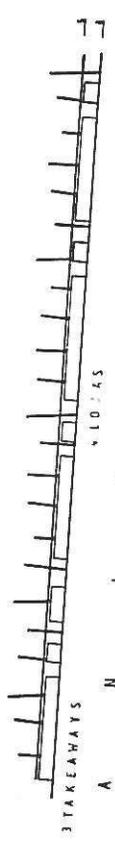
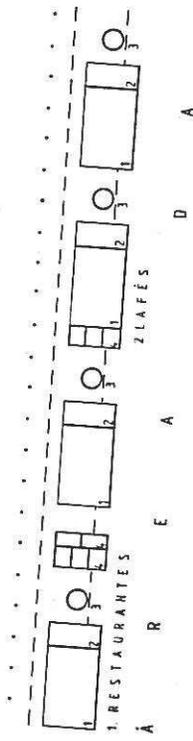
□ ELEVADOR

— RAMPA





FLORESTA



A VERSATILIDADE DO MÉTODO PROPOSTO É EVIDENCIADA NO NÚMERO ILIMITADO DE COMBINAÇÕES [O DESENHO URBANO APRESENTADO É APENAS UMA DELAS], E NA SUA ADAPTABILIDADE A DIVERSAS DIMENSÕES E FORMAS DE TERRITÓRIO. NÃO DESCARACTERIZANDO COM ISSO A IMAGEM DE "DIVERSIDADE HOMOGÊNEA" PRETENDIDA.

J731095

LOCALIZAÇÃO

## António Cassiano Neves José Cadaval de Sousa

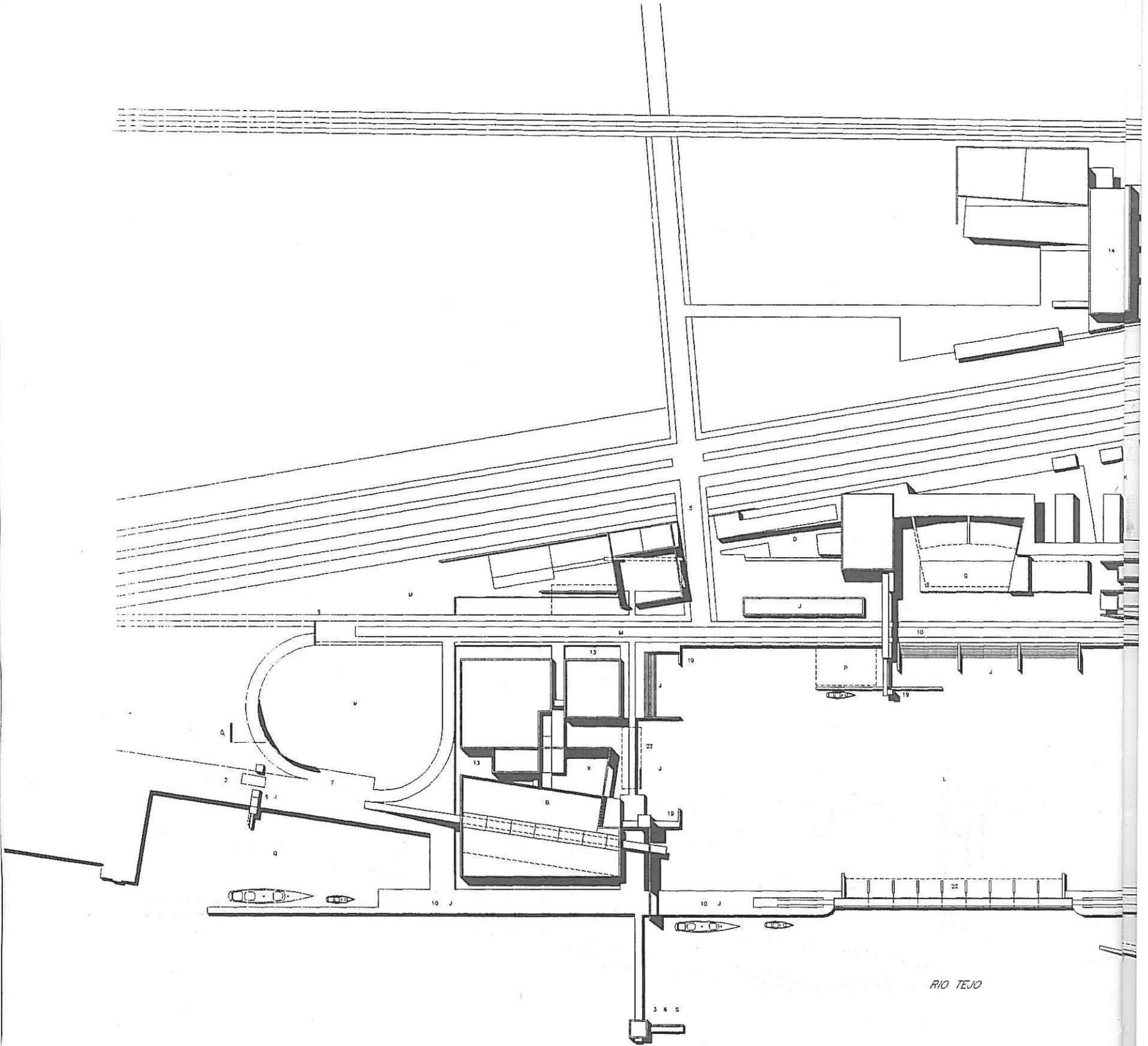
Colaboração

José Eduardo Toscano

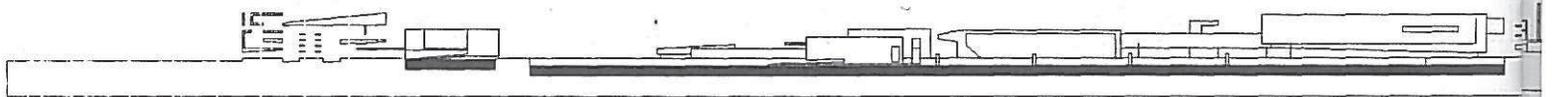
O PONTO DE PARTIDA desta proposta está relacionado com a nossa forma de encarar e enquadrar os objectivos do concurso. O objectivo imediato é a realização da Exposição, no entanto sendo um acontecimento efémero, não pode deixar de ser encarado como um primeiro passo, vital para o que se pretende que seja o objectivo final, uma intervenção de fundo dinamizadora da cidade.

A DOCA existente é fechada por uma comporta, pretende-se assim garantir a existência/permanência, em quantidade e qualidade do elemento água, fundamental para os espaços envolventes, não só em relação às suas intenções como às funções: PAVILHÃO DOS OCEANOS, PAVILHÃO MULTIUSOS – actividades aquáticas, AUDITÓRIO AO AR LIVRE – cenário/palco, PAVILHÃO DE PORTUGAL – pano de fundo, temático/cénico PASSEIO PÚBLICO – animação/lazer. O EIXO PRINCIPAL é um percurso marcado por uma sequência de “mastros” de 10 3m 10 metros com 20 metros de altura. No conjunto de toda a intervenção torna-se o novo elemento marcante, referência orientadora para toda a área da Exposição, estabelece a relação principal com a estrutura da cidade existente a poente, acabando dentro do rio a nascente. O RIO é um elemento multifacial. O seu aspecto varia ao longo dos dias durante todo o ano, oferecendo uma diversidade de imagens difíceis de resistir. O projecto contempla múltiplas formas de estar com o rio, desde relações mais fortes junto à doca como mais calmas a nascente, ou mais distantes nos edifícios, havendo ainda uma série de pontos em que se pode “estar” dentro do rio. AS PORTAS são os primeiros contactos com a Exposição enquanto recinto fechado. A principal, a Poente, está integrada no “Eixo” e está fortemente relacionado com a grande Praça da Gare Intermodal e os edifícios de escritórios e hotel. As outras organizam-se em função das relações que estabelecem com a acessibilidade à cidade de Lisboa, a Sul com a rede viária existente, a Nascente com o Tejo e a Norte com a área a desenvolver. Serão elementos efémeros, à excepção da entrada fluvial, que se pretende que funcione sempre como cais de embarque. As UNIDADES SIGNIFICANTES, organizam-se estabelecendo várias relações com a doca/rio/cidade. A maioria terão sempre as mesmas funções após a Exposição, continuando a desenvolver os seus programas. O Pavilhão de Portugal terá uma utilização polivalente para oferecer vários serviços, beneficiando da sua localização. A área dos Países Participantes e a área das empresas, além da capacidade de ampliação física tem a versatilidade de se poderem utilizar de múltiplas formas no âmbito de qualquer feira, interior ou exterior. As Unidades relacionadas com as Artes/Audiovisuais/Auditório, foram localizadas de forma a terem uma utilização polivalente, assim como poderem funcionar em simultâneo sem interferências e aproveitando ao máximo as suas relações com a envolvente. As UNIDADES PROPOSTAS visam complementar em diversos sentidos, tanto lúdicos como técnicos as unidades significantes, estando definidas dentro dos mesmos princípios. As PRAÇAS projectadas têm diferentes escalas urbanas, proporcionando vivências distintas. A escala da Praça no topo do “Eixo” é muito grande e tem uma cota altimétrica mais elevada que o recinto de forma a poder-se “sentir” a área da Exposição com o Rio. A praça junto ao Pavilhão de Portugal e a futura FIL tem uma escala mais “urbana”, não se relaciona com o rio, mas proporciona uma maior variedade de utilizações lúdicas/culturais. A MANCHA DE CONSTRUÇÃO proposta, associada à MANCHA DE ÁGUA, pretende criar uma relação bem definida com a doca, deixando as possibilidades de evolução dessa ocupação para as áreas periféricas, no sentido de que no período após feira, retiradas as vedações, a interligação com o restante tecido urbano se possa fazer plenamente. Assim as CIRCULAÇÕES VIÁRIAS E PEDONAIS, foram hierarquizadas a partir do “boulevard” de forma que o acesso viário decresce no sentido do rio enquanto as circulações pedonais aumentam, salvaguardando sempre as circulações de serviço e emergência.

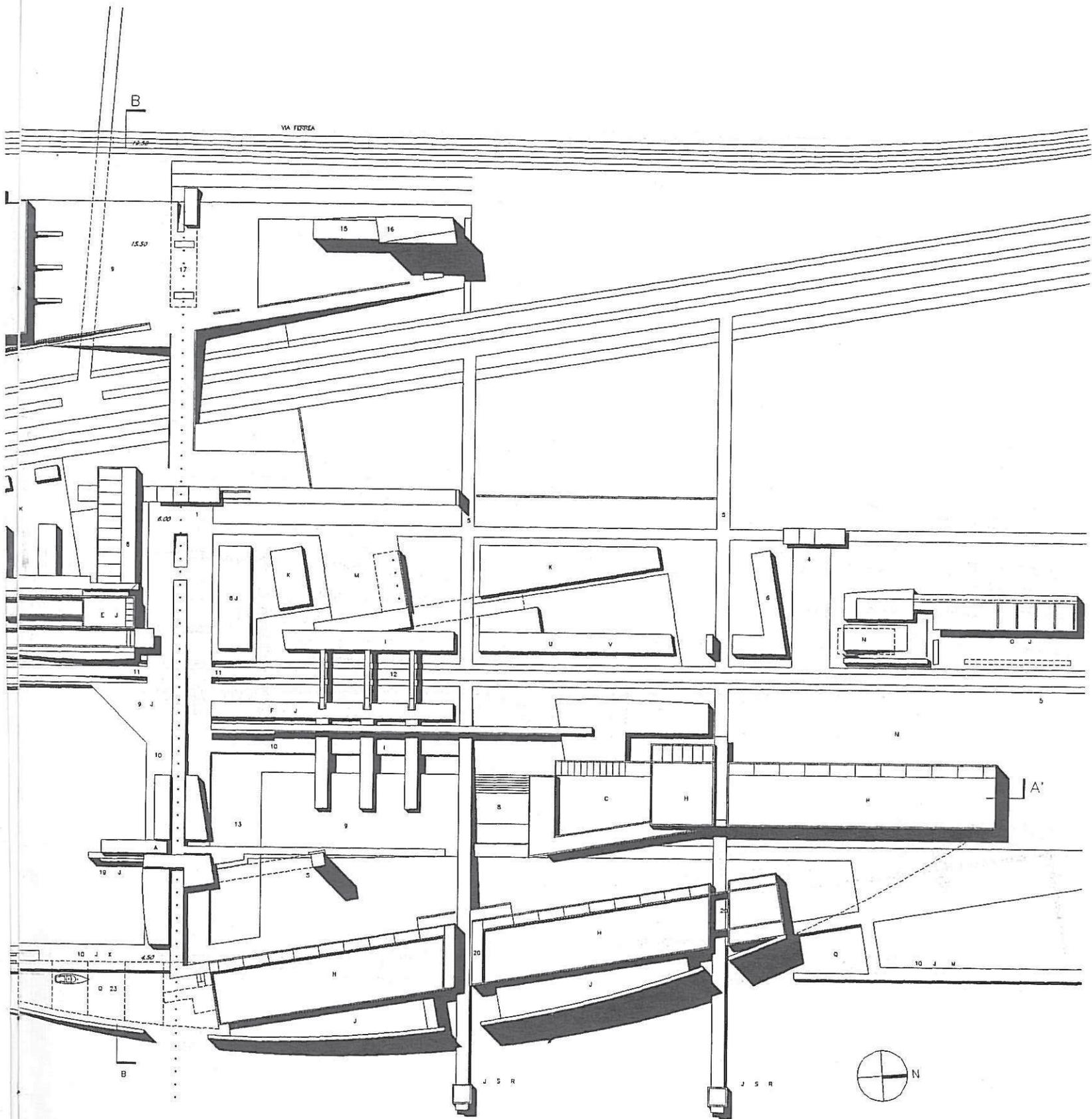




CORTE B' B'



CORTE A A'



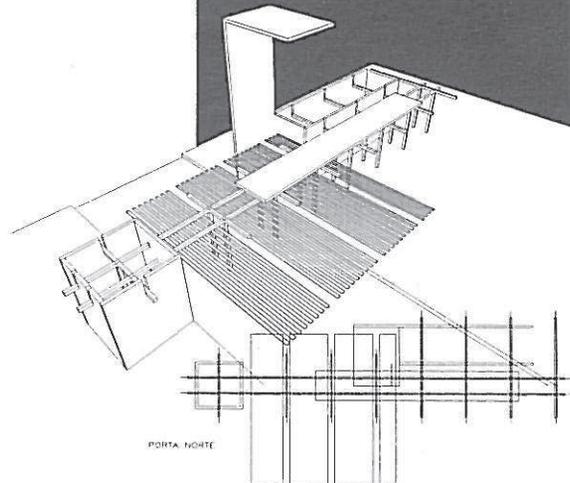
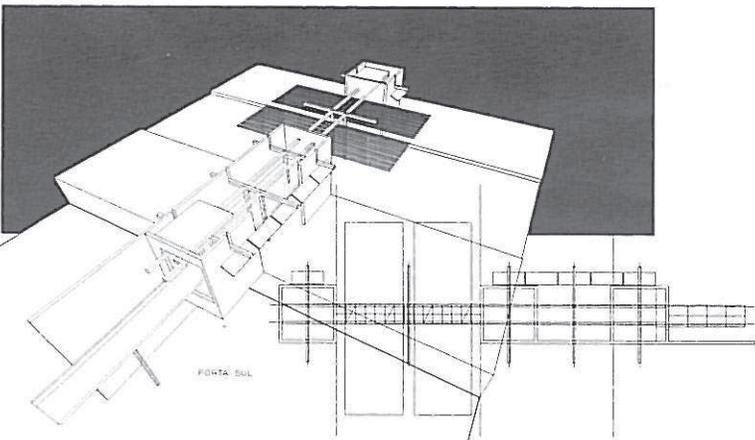
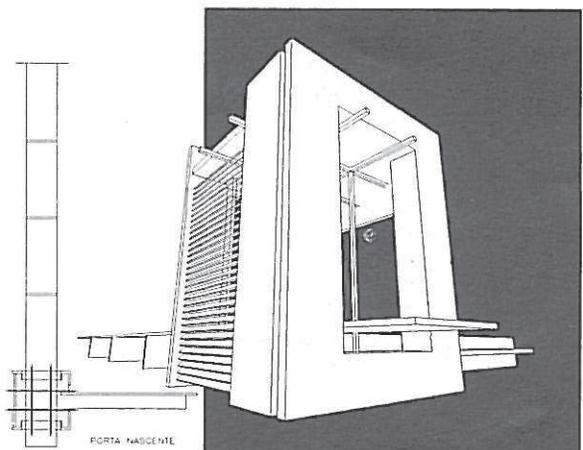
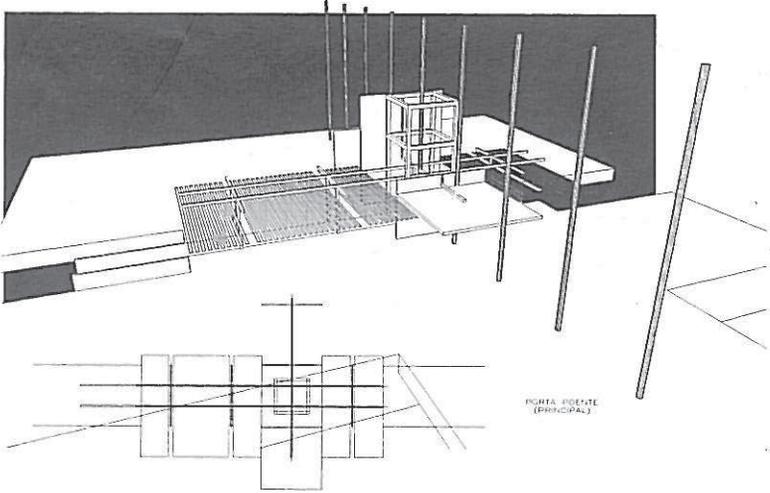
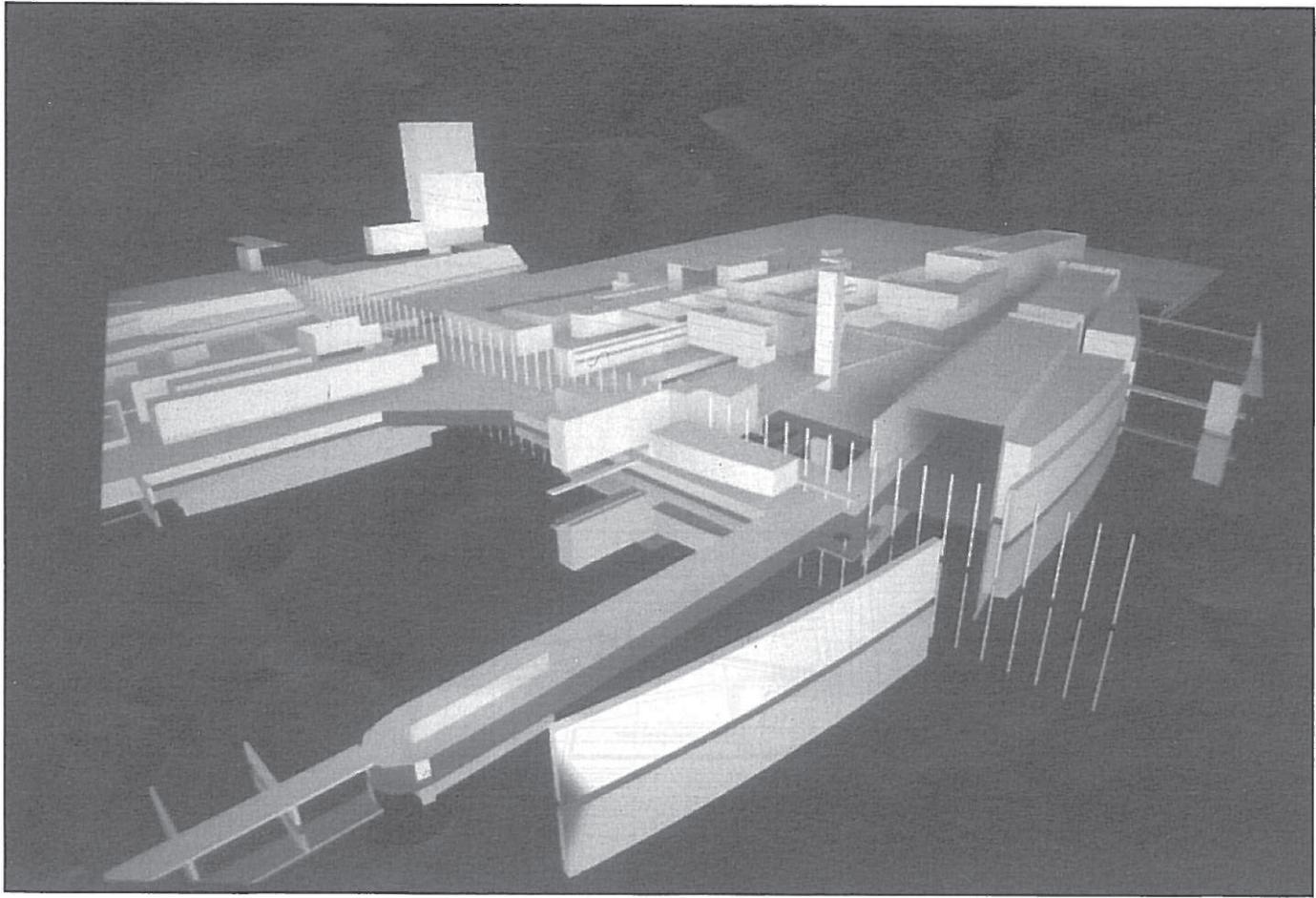
- 1 - PORTA OESTE (ACESSO PRINCIPAL AO RECINTO)
- 2 - PORTA SIA
- 3 - PORTA ESTE (ACESSO PELO RIO)
- 4 - PORTA NORTE
- 5 - ENTRADAS DE SERVIÇO
- 6 - APOIO AOS VISITANTES
- 7 - TERMINAL DE TRANSPORTES (A OPERAREM EXCLUSIVAMENTE DENTRO DO RECINTO)
- 8 - ZONA DE ACTIVIDADES AO AR LIVRE/APOIO PROLONGAMENTO DO CENTRO DE ARTES
- 9 - PRAÇA
- 10 - PASSOIO PÚBLICO
- 11 - TUNEL DE ATRAVESSAMENTO
- 12 - PASSAGENS SUPERIORES
- 13 - ESPELHO DE AGUA
- 14 - GARE INTERMODAL
- 15 - SECTOR TERCIARIO/ZONA COMERCIAL DE APOIO
- 16 - HOTEL
- 17 - ACESSOS DO METRO E DO ESTACIONAMENTO SUBTERRANEO
- 18 - ZONAS DE ESTACIONAMENTO PREVISTO EXTERIORES AO RECINTO
- 19 - TERMINAL ALUGUER DE BARCOS/TAXI
- 20 - GALERIA
- 21 - ZONA SEMI COBERTA (EXTERIOR)
- 22 - PONTE LEVADICA/COMPORTAS DA DOCA

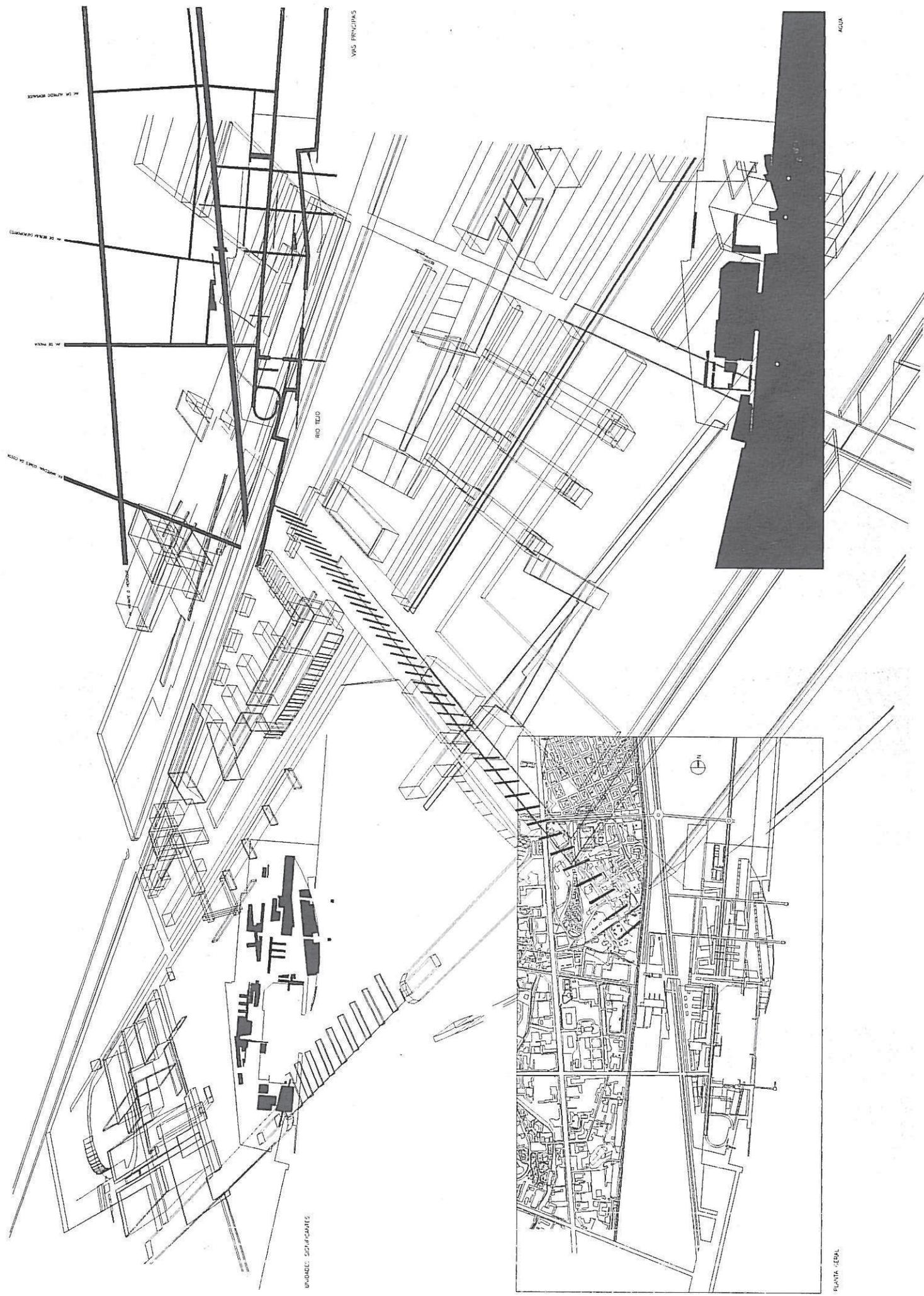
UNIDADES SIGNIFICANTES

- A - PAVILHÃO DE PORTUGAL
- B - PAVILHÃO DOS OCEANOS
- C - CENTRO DE ARTES
- D - PAVILHÃO MULTÍUSOS
- E - PAVILHÃO DA UTOPIA
- F - PAVILHÃO DA COMUNICAÇÃO
- G - AUDITÓRIO AO AR LIVRE
- H - ÁREA DE PAÍSES PARTICIPANTES
- I - ÁREA DE EMPRESAS
- J - ANIMAÇÃO
- K - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, PÚBLICOS, MANUTENÇÃO
- L - DOCA
- M - ESPAÇOS PÚBLICOS
- N - VIDEO ESTÁDIO

UNIDADES PROPOSTAS

- O - CENTRO DE AUDIOMUSIAIS
- P - INSTALAÇÕES DESPORTIVAS/DESSPORTOS NAUTICOS
- Q - MARINA
- R - EXPOSIÇÕES TEMPORARIAS
- S - MIRADOUROS
- T - PAVILHÃO DO MEIO AMBIENTE
- U - PAVILHÃO DA INDÚSTRIA NAVAL
- V - PÉSSQUISA E ACTIVIDADES SUB-AQUATICAS
- X - TEATRO AQUÁTICO





VIA PRINCIPAL

RIO TEJEO

AGUA

PLANTA DEBA

## UMA IDEIA JOVEM PARA LISBOA

ANA VAZ MILHEIRO

No princípio de Janeiro, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico e contando com o empenhamento pessoal do Presidente Jorge Sampaio, lançava um concurso público sob o título *1 Ideia Jovem para Lisboa*, denominação elucidativa quanto aos propósitos e natureza etária dos participantes. Destinado ao exercício pueril da **Imaginação** (ainda que salvaguardando parâmetros hipoteticamente concretizáveis) o regulamento não impunha qualquer limitação disciplinar, enquadrando áreas distintas como a Arquitectura e Urbanismo, Arte, Literatura, Engenharia ou Ambiente. A iniciativa decorreria nos primeiros meses do ano, encontrando-se a entrega de trabalhos prevista para o dia 26 de Fevereiro, coincidindo com a habitual conclusão do 1º semestre do calendário académico. A época escolhida parece não ter sido propícia ao desenvolvimento cabal das propostas apresentadas, que envolveria essencialmente estudantes do ensino universitário e secundário distribuídos por dois escalões diferenciados (A - dos 18 aos 25 anos; B - dos 13 aos 17 anos). Este factor seria apontado como condição determinante da qualidade das cerca de 134 sugestões expostas. Até mesmo na primeira classe de concorrentes – cujo intervalo de idades antecipava expectativas de maior exigência – de entre uma dezena e meia de trabalhos finalistas apurados pelo júri. Somente alguns possuíam uma estrutura coerente, ultrapassando dificuldades de expressão na transmissibilidade da **Ideia** (quer através da Escrita, do Desenho, ou de qualquer outro instrumento utilizado). Como

objectivo preponderante, pretendiam os promotores premiar o conteúdo ideário e exequível das propostas em detrimento da precisão, clareza ou investigação temática, transformando o Concurso numa consulta (ou num inquérito não exaustivo) aos desejos/aspirações dos cidadãos que constituem a camada **jovem** da população lisboeta. Cumprido este aspecto primordial, elegeu-se então a ordem das preocupações perscrutáveis:

- *Necessidade de maior oportunidade para os jovens artistas.*
- *Necessidade de novos espaços para o convívio, actividades culturais e lúdicas.*
- *Respeito pela preservação do património.*
- *Apetência pelo usufruir da zona ribeirinha.*
- *Atenção às questões do ambiente e ecologia em geral.*
- *Solidariedade com os mais fracos e marginais.*

(segundo dados cedidos pela Dra. Margarida Duque Vieira)

Apesar da diversidade de leituras que o conjunto alargado de trabalhos admite, a nós interessa-nos particularmente a motivação subjacente à prática específica da **Arquitectura**, ao significado que desperta nos imaginários e à variedade interpretativa daí resultante. Parte fundamental das questões colocadas manifestava **empenho** em intervir pontualmente em perímetros facilmente quantificáveis da cidade, sugerindo alterações no Uso (recuperação do edificado contíguo a Santa Apolónia, Carlota Beatriz Flieg; escalão A), concebendo Programas mais ou menos complexos (reutilização do Museu de Arte Popular, David Golçalves da Silva, escalão A; transformação do Palácio Sotto

Mayor em centro para jovens, Ana Sofia A. N. Couto, escalão B), ou adiantando soluções elaboradas mediante o recurso a uma linguagem descritiva comum ao exercício da arquitectura (*Proposta de Revitalização do Parque do Sítio do Calhau*, Manuel Mota, Nuno Gaspar, Pedro Gaspar, Ricardo Bilé e Ricardo Massena, escalão A). Este último projecto trata-se aliás de uma excepção por conter elementos que identificam a formação académica dos seus autores, confirmando a sua afinidade com os meios de representação, vocabulário e invenção arquitectónica. Curiosamente, neste escalão seria distinguida com o 1º Prémio a equipa *Recupedra* (Ana Clemente, Paulo Simões, Pedro Lagartinho Rodrigues e Sandra Sonsen) que, embora composta maioritariamente por alunos finalistas de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, contava com a colaboração de um arquitecto (Pedro Lagartinho), indício indissociável na caracterização estrutural da abordagem defendida. O Tema seleccionado, incidindo sobre a *Recuperação de Pedreiras no Bairro de Alcântara*, supunha uma operação pluridisciplinar adequada às novas metodologias de intervenção urbana: "O objectivo primordial é (...) o de recuperar zonas degradadas devido ao abandono, cujas condições foram piorando progressivamente em termos ambientais, sociais e de segurança. A outra intenção, não menos importante e interligada à anterior, é a vontade de revitalizar o espaço exterior, a rua, criando equipamentos e espaços aprazíveis que as populações utilizem com prazer, e dos quais têm necessidade para o seu bem-estar físico e psicológico" (*Memória Descritiva*). O cuidado empregue na execução, não só na prelecção como nos desenhos que ilustravam três situações prováveis (Rio Seco, d'El-Rey e Alvito), tornava-o num dos mais completos e irreprensíveis. Evidenciava naturalmente o domínio do manusear das formas, do sentido da espacialidade, da pertinência dos materiais; e ainda o reconhecimento e equação apropriada dos problemas existentes.

**Habitar a cidade** revelou-se inquietação representativa das expectativas evocadas pelo maior número de concorrentes. As hipóteses consideradas variavam entre a animação dos recintos públicos, devolvendo-lhes certa vocação para o **Lazer**, e a observação de incontáveis potencialidades fruitivas ou de relacionamento espacial. A criação de um percurso velocipedico, utilizando como pretexto o valor paisagístico do Tejo, parece-nos exemplificativa porque introduz uma perspectiva dinâmica no modo de olhar e viver a proximidade do Rio. Luís Miguel Pessanha (2º classificado, escalão A) iria fundamentar a sua proposta nos velhos costumes e hábitos vernaculares (...numa altura em que todo o país pedalava, não apenas por necessidade mas também por recriação, institui-se o ciclismo como modalidade nacional com profundas raízes populares...), na predestinação e excelência do local (...preve-se que no fim da década a cidade procure o rio como principal zona de recreio...) e num

traçado tão atractivo quanto ambicioso (Belém-Alcântara-Santos-Cais do Sodré-Terreiro do Paço-Santa Apolónia-Olivais; com ramificações, a partir do Cais de Belém, para a margem sul e Costa da Caparica). Antes de mais, elogia-se aqui o desfrute dos **Sentidos**. A disposição, omnipresente em sucessivos apontamentos e tratada até com jovial ingenuidade, traduz o ponto fulcral deste trabalho: "O piso da via, necessariamente liso, não convém que seja cinzento alcatrão: uma via apelativa, alegre e descontraída passa também pelo chão (...). Através de desenhos feitos no chão, que o utente vai admirando gradualmente, podemos concretizar esse objectivo e, juntamente com outros pontos de influência, criar uma ideia de percurso". O parágrafo permite ajuizar a importância atribuída a este género de manifestações efémeras, que seriam igualmente o mote de uma outra sugestão invulgar imaginada por Patrícia Cristina Gouveia (3º prémio ex-aequo). Povoar a cidade de esculturas aéreas, tal como seria concebido pela autora, possibilitaria a abertura ao espaço urbano, de um plano cenográfico raramente auferido. A oportunidade explorada nesta original *exposição projectada no ar* recorda-nos o sucesso alcançado por materializações recentes, como na mostra de Papagaios de Papel montada no C.A.M. O esforço de demarcação verosímil das fronteiras que limitam o território de Lisboa, onde se inclui facilmente a concepção da Patrícia, produziria pelo menos um outro projecto, porém de efeito duvidoso: Leonor Afonso estabeleceria um conteúdo simbólico às portas da cidade, assinalando-as com objectos escultóricos que serviriam de referência táctil aos visitantes. Como exemplo extremo deste tipo de apropriação sensorial surgiria *Lisboa no Coração dos Jovens* com a sua colecção de "pins/cra-chats", ostentando os graffitis que preenchem os muros e paredes da capital (Igor Mendes Cerejo, 1º prémio, escalão B).

Os centros históricos assumem simultaneamente um papel dominante em projectos como *Uma Mostra/Concurso de Arte nas Ruas de Lisboa* de Rui Manuel da Costa (o conceito, pouco inovador, demonstra a extensa popularidade destas acções) ou a proposta *Agora*, recriada por Pedro Duarte Pinho ao fundo da *Rua Augusta, Praça do Comércio*: 'À semelhança de outros "sítios" de algumas cidades da Europa, as pessoas poderão assistir a mostras de música, dança, teatro e artes plásticas'.

Inexplicavelmente (?), a atitude pragmática parece ter substituído qualquer expressão de **Utopia**, mesmo perante programas ou contextos familiares aos intervenientes onde, por vezes, a contestação adquire contornos especulativos. Apenas em casos pontuais se detecta alguma propensão circunstancial: na construção de um *Centro de Acolhimento* sem muros para jovens com problemas (Bruno Ferreira e Samuel Sardinha, ambos com 16 anos) ou no tímido desejo de dotar a Escola de um ambiente que faça os alunos sentirem-se "como em sua Casa" (Ana Silva, Mário Fernando Soares e Olímpia Ribeiro, 17 anos).

## “ESPAÇO/DEBATE SOBRE CENTROS HISTÓRICOS”

MIGUEL LIMA

Nos dias 23 e 24 de Setembro, reuniram no Auditório da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo técnicos oriundos de todo o território nacional, criando um espaço/debate sobre as novas problemáticas da gestão urbanística daquelas áreas consolidadas urbanas que são conhecidas como Centros Históricos.

O debate foi organizado pela Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, e prosseguia os seguintes objectivos:

### **financiamento mobiliário urbano.**

Tratava-se de promover uma discussão aberta procurando a intervenção dos convidados, em mesa redonda; o que foi plenamente conseguido e se ilustra pelo facto de um dos dias ter sido praticamente ocupado com esse debate.

Apresentaram comunicações as Câmaras Municipais de Beja, Braga, Évora, Guimarães, Lisboa, Loures, Mértola, Montemor-o-Novo e Porto.

Após a Sessão de Abertura, em que usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, os trabalhos iniciaram-se com uma breve introdução feita pelo Arquitecto Fernando Pinto – Director Regional dos Monumentos do Sul – Presidente da Mesa da primeira Sessão de trabalhos, na qual focou a falta de regulamentação de que sofre a nossa Lei do Património Cultural Português, a famigerada Lei nº 13/85.

É curioso que o articulado dessa mesma Lei apontasse para futura regulamentação muitas das figuras e institutos jurídicos que criou (cfr. artigos 22º nº 2; 29º nº 2; 31º nº 1, 47º nº 1 e 2 e 48º e 49º nº 2 e 3), referindo mesmo explicitamente que tal regulamentação é indispensável (artigo 61º) e que deveria ter sido levada a cabo pelo Governo (artigo 4º), no prazo de 180 dias (artigo 61º citado). Não o foi; o que nos leva a considerar estarmos perante uma inconstitucionalidade por omissão. De facto o artigo 283º da nossa Constituição preceitua que cabe ao Tribunal Constitucional a apreciação e verificação do incumprimento das normas constitucionais pela omissão das medidas legislativas necessárias em vista da exequibilidade das orientações normativas da lei fundamental. É o caso. Assim, enquanto não houver regulamentação, e não nos poderemos esquecer de que já passaram 8 anos, a presente lei mais não é do que uma lei morta. Mero enunciado de conceitos<sup>1</sup>.

Comunicações sobre o TEMA 1

### **“CASOS DE INTERVENÇÃO GLOBAL E RECUPERAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS”**

Iniciando o período de comunicações, falou-nos o Arq. Eugénio Castro Caldas das “Acções da Câmara Municipal de Beja, no seu Centro Histórico”, como sequência natural do Plano de Salvaguarda e Recuperação, elaborado pelos Arquitectos Jorge Costa Martins, Vasco Massapina e João Vicente Massapina que, como nos recordamos obteve em 1980 o Prémio Cadernos Municipais - Arquitectura & Urbanismo Municipal.

Ouvimos falar dos problemas de conservação de imóveis e das várias estratégias camarárias para conseguir a colaboração dos próprios proprietários, muitas das vezes desinteressados em intervir;

– da tradução nas fachadas de um cadastro complexo, surgindo inúmeras vezes o binómio - fachada tratada/fachada não tratada - e da dificuldade de se entender que as fachadas são partes comuns de imóveis, e por isso, deveriam ser tratadas e conservadas com a participação de todos os seus comproprietários (tendo-se em conta a permilagem por fracção, como hoje em dia na divisão em propriedade horizontal a lei obriga);

– dos resultados sempre surpreendentes do fornecimento gratuito de materiais de caiação;

– da constante instalação de aparelhos de climatização e exaustão e da proliferação de toldos de vários modelos e materiais, que obrigam a uma fiscalização atenta, bem assim ao constante apoio por parte dos serviços municipais de gestão urbanística;

– dos problemas de publicidade e identificação em estabelecimentos comerciais e serviços, que exigem uma resposta adequada à qualidade da envolvência urbana.

Ou seja, de quase todos os problemas com que se deparam os Gabinetes Técnicos que gerem espaços vivos em zonas urbanas consolidadas com valor patrimonial inquestionável.

“A salvaguarda e revitalização do Património Cultural de Braga”, foi-nos relatado pelo Dr. Nuno Apoim e pelo Arq. José Pedro Lopes. Neste concelho a salvaguarda de património tenta ser abrangente, partindo de uma inventariação feita pelo Plano Director Municipal e que a Câmara Municipal ensaia agora complementar. Como nota de referência, destacamos a actualização do Gabinete do Centro Histórico, fora da área da sua habitual intervenção, englobando a gestão de imóveis com interesse patrimonial em toda a área do concelho. Tenta-se deste modo

potenciar a experiência e o conhecimento de técnicos municipais na área de reabilitação e restauro.

Não nos devemos esquecer que recuperar o tecido urbano dentro do Centro Histórico de Braga, significa também intervir numa patologia social grave da cidade; por outro lado a reabilitação urbana carece, em igual proporção, de vontade política e de financiamento, ora, constatando-se que os programas de financiamento implementados pelo governo são inoperantes<sup>2</sup>.

De Lisboa, foi-nos dada a conhecer a recente dinâmica de reabilitação dos Pátios e Vilas, através da comunicação "*Vila Paulo – um caso de reabilitação urbana*", feita pelo Dr. Joaquim Mendonça Dias e pelo Arq. João Seabra Gomes.

Se tivermos em conta que num recente e exaustivo trabalho de levantamento e de inventariação se apuraram cerca de 1200 conjuntos deste tipo no concelho de Lisboa, poderemos compreender a importância desta última dinâmica, que procura reabilitar espaços com relações de sociabilidade muito específicas. Os objectivos a atingir vão desde a recuperação dos edifícios degradados à obtenção de uma melhoria das condições de habitabilidade, passando pela preservação das estruturas e funções sociais, respeitando-se, no entanto, as características destes espaços, ou seja a identidade e a expressão cultural. Para tanto solicita-se a intervenção dos agentes em causa: população residente, proprietários e juntas de freguesia.

As vilas surgem no século XIX, como a primeira resposta aos problemas causados por um fluxo crescente de uma população rural, atraída pelo trabalho industrial que a capital proporciona. A ocupação traduzia-se por uma procura total de rentabilização de espaço de um terreno interior, levando a uma ocupação excessiva de construção, com forte compartimentação, obtendo-se deste modo inúmeros fogos de reduzida dimensão, aos quais se contrapõe um espaço exterior, único e restrito – o logradouro – por onde se processam todos os acessos.

Estes espaços possuem normalmente carências de salubridade (o logradouro central surge como único espaço de ventilação e iluminação dos compartimentos construídos, pelo que a ventilação transversal nunca é conseguida, sem violentar as propriedades vizinhas) assim como de segurança (uma única saída de evacuação em caso de sinistro)<sup>3</sup>.

No caso da Vila Paulo, em que a intervenção está a ser implementada por fases, os contributos práticos da reabilitação traduzem-se na introdução de instalações sanitárias na maioria dos fogos; na uniformização arquitectónica/estética do conjunto; no reforço das medidas de segurança; na criação de sistemas de utilização colectiva e na revitalização dos espaços exteriores comuns.

A Arq. Maria João Gonçalves, falou-nos da "*Renovação urbana no processo de requalificação de uma periferia na área municipal de Loures*", através da sua experiência como coordenadora do Gabinete do Plano em Sacavém.

A procura da qualidade de espaço urbano nas periferias, deverá tomar em consideração uma perspectiva de intervenção global, caso contrário, poderemos correr o risco de estarmos a contribuir para a sua não inserção no contexto da cidade, introduzindo assimetrias urbanas.

Segundo a Arquitecta M. João Gonçalves, reabilitação urbana deverá ser sinónimo de "processo de intervenção corrente junto de uma dada comunidade territorializada, numa perspectiva de desenvolvimento local, nas suas múltiplas vertentes: social, económica, cultural e de qualificação espacial, que só se poderá implementar numa prática de planeamento integrado".

A importância de uma participação efectiva da comunidade, em todo o processo, (entendendo e acompanhando os estudos técnicos e discutindo as suas propostas) é essencial para o desenvolvimento e implementação de todas as acções de planeamento/reabilitação urbana.

Todo este processo deverá ter como suporte um trabalho de fundo, a longo prazo, persistente e transparente para a comunidade, ligado a toda a gestão corrente municipal.

"*A investigação científica e recuperação patrimonial em Mértola*", foi tema da comunicação do Dr. Joaquim Boiça e Dr. Rui Mateus.

O Projecto de Mértola – Vila Museu foi explanado em todas as suas vertentes, e surge como corolário de uma cooperação tripartida entre a "Associação de Defesa do Património de Mértola", o "Campo Arqueológico de Mértola" e a Câmara Municipal, procurando encontrar soluções de desenvolvimento local, através dos recursos patrimoniais existentes, sejam eles arqueológicos, arquitectónicos, etnológicos, paisagísticos, faunísticos, ou mesmo de outra natureza.

Como potenciador de fixação dos elementos mais jovens da população local surge a formação profissional que, assim, assume importância fundamental ao impedir a desertificação da Vila.

Noutro contexto, o Projecto de Museologia Local de Mértola, insere-se numa filosofia global de intervenção que visa, antes de mais, projectar a recuperação social e patrimonial do centro histórico de Mértola.

Equacionando temas como a criação arquitectónica em Centros Históricos o Arq. José Garrett e a Arq. Paisag. Helena Paixão, apresentaram uma comunicação, cujo título "*As cidades com núcleos antigos – da urbanística à criação arquitectónica*", procurou sintetizar uma das grandes polémicas dos nossos dias: o que deverão ser hodiernamente as intervenções em zonas urbanas consolidadas com valor patrimonial.

Tema sem receitas, mas cuja reflexão será sempre salutar para todos os que têm como tarefa projectar intervenções em núcleos antigos. A necessidade de que a cidade tenha correspondência com a sociedade humana que a utiliza: a necessidade de funcionalidade e conforto no ambiente urbano, que as novas tecnologias põem hoje em dia ao nosso dispor, serão decerto compatíveis com a preservação de um qualificado ambiente histórico, desde que correspondam a intervenções especialmente cuidadas, estudadas e testadas.

Como intervir na requalificação de espaços urbanos; como se vê e lê a cidade; como melhorar e potenciar a sua utilização, foram os tópicos que estiveram associados à apresentação e explicação da metodologia de abordagem às carências dos espaços urbanos (largos, praças, ruas, jardins...) do núcleo antigo de Montemor-o-Novo, que se traduziram em propostas concretas de intervenção: projectos de arranjos exteriores, aliás, primorosamente expostos numa sala de exposições temporárias anexa à zona onde decorriam os trabalhos.

Por fim, a Arq. Paula Araújo Silva, falou-nos do trabalho na "*Frente urbana de Miragaia*" no Porto.

A zona de Miragaia, de origem medieval, situava-se junto à muralha do séc. XIV, constituindo então um "gueto" da cidade. A intervenção de reabilitação, coordenada hoje em dia pelo C.R.U.A.R.B. da Câmara Municipal do Porto, tem-se mostrado exemplar, nomeadamente a capacidade e sensibilidade mostrada nos novos projectos já executados, bem como na sua inserção no tecido envolvente, com uma curiosa utilização e criteriosa escolha dos materiais a empregar.

Pena é que o volume de intervenções não seja maior, uma vez que as zonas a reabilitar são de dimensão apreciável.

#### Comunicações sobre o TEMA 2

#### "SISTEMAS FINANCEIROS DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIOS"

A iniciar este Tema, ouvimos o Arq. Paulo Silva, que nos falou sobre uma "*Breve caracterização e história de recuperação de um bairro antigo*", o bairro de Alfama em Lisboa.

Com cerca de sete anos de existência, a acção do gabinete técnico, tem sido sobretudo operacional, obviando à ruína de alguns edifícios; executando obras pontualmente; intimando os proprietários a obras de conservação; promovendo acções conjuntas de recuperação de edifícios com recurso ao programa de apoio RECREIA, tentando inverter toda uma situação de degradação geral acelerada.

A tipologia urbana do edificado, com ocupação excessiva, associada ao acentuado declive do terreno, deixa adivinhar as dificuldades de ventilação e iluminação em grande parte das áreas ocupadas com construção.

Trata-se de uma construção de má qualidade (zona fortemente afectada pelo terramoto de 1755, e reconstruída sem orientação técnica, com reaproveitamento dos materiais resultantes das derrocadas), que cresceu em altura sem controle, e que hoje possui graves patologias estruturais<sup>4</sup>.

Alertou-se uma vez mais, para a inexistência de legislação específica sobre vários aspectos ligados à recuperação de imóveis, nomeadamente no que respeita aos regulamentos de construção e ao lançamento de empreitadas.

"*O programa de intervenção financeira no plano de salvaguarda do núcleo antigo de Sacavém*", foi-nos apresentado pelo Dr. Filipe Marchand que nos deu a conhecer as estratégias para implementar todo um projecto que prevê um investimento global superior a três milhões de contos, dos quais, cerca de 1/3, se espera obtido por contribuição do novo Quadro Comunitário de Apoio (QGA) para 1994/99.

A metodologia proposta, tem como princípios-base: a procura de uma distribuição do esforço financeiro pelas diversas entida-

des intervenientes, mas reafirmando o Município de Loures como principal motor do processo; incluir no conjunto dos investidores os principais beneficiários, calendarizando o esforço financeiro em "doses suaves" para o grande investidor, mas, ao mesmo tempo concentradas de modo a que estimulem todo o processo de recuperação.

"O programa municipal de recuperação de habitação degradada de Montemor-o-Novo", também explicitado pelo Dr. Filipe Marchand, é seguramente uma outra forma de se enquadrarem os sistemas financeiros de apoio à recuperação de edifícios, que demonstra também uma visão algo inovadora sobre certos aspectos; nomeadamente a incorporação dos custos financeiros da autarquia no custo global da obra, desde que esse valor não ultrapasse, a preços de mercado, o orçamento que se obteria no exterior.

Este programa, lançado em 1990, poder-se-á considerar um sucesso, se se tiverem em conta o número de obras já executadas, assim como os seus custos.

Comunicações sobre o TEMA 3.

#### "O MOBILIÁRIO URBANO EM ZONAS ANTIGAS"

Sobre o Tema 3, os trabalhos iniciaram-se com a comunicação do autor do presente artigo, que versava sobre "O mobiliário urbano e a sinalização no centro histórico de Évora".

Foi esplanada a noção de que o mobiliário urbano e a sinalização de um centro histórico são duas importantes ferramentas para melhor se gerir uma cidade que se quer viva.

Por um lado, a reabilitação dos espaços exteriores exige a colocação de mobiliário urbano adequado, tendo-se sempre bem presente que estes deverão ser uma extensão natural dos espaços privados (arcadas, pátios...), e que a adequada sinalização de uma zona urbana consolidada, potencia o seu bom funcionamento, procurando evitar situações de conflito com os seus utentes (habitantes e visitantes).

No caso de Évora, o objectivo principal é desincentivar o uso de automóveis (particulares) no centro histórico, razão pela qual se privilegia o uso de sinalética para peões. Este método só faz sentido se existirem parques periféricos bem sinalizados e suficientemente atractivos para o visitante que chega de automóvel. A partir daí, deverão ser assinalados os percursos (pedonais) a utilizar, devidamente protegidos do tráfego automóvel, acompanhados de toda a informação funcional de que um visitante necessita.

É com base nestas perspectivas que a Câmara Municipal de Évora está a implementar um novo sistema de sinalização da cidade, com especial incidência no seu centro histórico, incluído num "Concurso de fornecimento e exploração em regime de locação de mobiliário urbano para a cidade de Évora".

Será assim conseguida uma uniformização de sinalética a utilizar, assegurada a sua conservação, assim como a qualidade de imagem e eficácia informativa.

Por fim a Arq. Teresa Costa, falou-nos de "Guimarães: uma trajectória para a definição do mobiliário urbano".

Em Guimarães, a postura frente à reabilitação tem sido a de que, cada caso é um caso, não constituindo o mobiliário urbano uma excepção. Daí a recusa assumida e consciente do mobiliário standartizado. Todo o mobiliário existente no centro histórico tem sido projectado pelo GTL (destacamos o desenho de bancos e fontes em granito intrinsecamente ligados ao desenho de cada um dos espaços).

Os materiais eleitos são o ferro e o granito, este último usado com muita dignidade em pavimentos de largos e ruas.

Verificando-se a necessidade de substituição de antigos quiosques e abrigos de paragens (em alumínio anodizado e bastante adulterados), foi projectado o denominado "Pavilhão-Tipo", uma estrutura modelada, em ferro e vidro, que pode funcionar como mero abrigo, ou ainda criar um quiosque, quando parcialmente fechado.

Todas estas comunicações serviram de base para um debate/mesa redonda, bastante participado, dando origem às conclusões e recomendações do encontro, que foram aprovados por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento.

#### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Que os estudos, regulamento e acções a desencadear no âmbito da reabilitação urbana tomem em conta a existência da área de intervenção como parte de um todo que a envolve de forma a proporcionar intervenções equilibradas no todo construído;

2. Que as intervenções assumam, sempre que possível um ca-

rácter de projectos de desenvolvimento e de participação alargada a todos os agentes activa e passivamente interessados;

3. Que os Gabinetes Técnicos alarguem o seu âmbito profissional a áreas complementares tais como a arqueologia ("classificação do sub-solo"), a comunicação e informação e outras que permitam um estudo integrado o mais aprofundado e participado possível;

4. Que o Governo e a Assembleia da República regularmente e/ou publique a legislação necessária ao enquadramento das intervenções nas zonas de reabilitação urbana, nomeadamente o Plano de Segurança;

5. Que os meios financeiros a aplicar nesta área sejam agrupados num sistema único, flexível, e hierarquizado em termos de objectivos, e que permitam a sua adaptabilidade caso a caso, pelos órgãos do Poder Local, sendo estes os verdadeiros motores das iniciativas de reabilitação;

6. Que as acções em curso atendam a efeitos mobilizadores das dinâmicas locais, induzidos por acções de demonstração que englobem melhorias no âmbito do mobiliário urbano, da segurança urbana e dos outros factores da intervenção em espaços públicos;

7. Grande parte dos imóveis localizados nos Centros Históricos, pela sua dimensão, idade e estado de conservação, constituem bem de reduzido valor económico, frequentemente pertencem a vários titulares o que gera situações de indefinições quanto à sua propriedade e obstaculiza qualquer acção de recuperação. Nestes termos recomenda-se ao Governo e Assembleia da República a adopção das medidas legislativas adequadas à necessária e urgente ultrapassagem deste problema que é crucial para a recuperação de muitos Centros Históricos;

8. Que os Serviços de Cartografia Militar que possuem um valioso Arquivo Histórico e Arqueológico de muitas cidades e vilas do país forneçam, através do respectivo organismo de tutela, cópias aos respectivos municípios;

9. Que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Municípios com Centros Históricos estejam representados nos órgãos Institucionais que regem o Património;

10. Que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Municípios com Centros Históricos, desenvolvam o conjunto de estudos e propostas legislativas, institucionais e financeiras que possam atender às recomendações acima mencionadas e às anteriormente formuladas em Encontros deste género, com vista a apresentá-los aos Órgãos do Poder para a sua posterior discussão, aprovação e aplicação;

11. Que os materiais a utilizar na recuperação de edifícios correspondam ou sejam compatíveis com os materiais e tecnologias empregues na sua construção.

Por fim constatamos com satisfação a crescente preocupação com a segurança dos centros históricos, nomeadamente com a necessidade de existirem "Planos de Segurança", que funcionem como elementos orientadores globais que permitam a diminuição da vulnerabilidade dos "centros urbanos antigos" face à possibilidade de ocorrência de incêndios, inundações e sismos, propondo-se medidas limitadoras das suas consequências. Neste âmbito, e na sequência do incêndio do Chiado em Lisboa, legislou o governo sobre as "Medidas Cautelares de Segurança Contra o Risco de Incêndio em Centros Urbanos Antigos" (Dec. Lei nº 426/89 de 6 de Dezembro), faltando ainda legislar e implementar sobre "Medidas Cautelares para a Diminuição dos Riscos Sísmicos em Centros Urbanos Antigos", no entanto é bom sintoma ter o LNEC<sup>1</sup> produzido um relatório sobre este tema a instância do Serviço Nacional de Protecção Civil, cuja leitura atenta desde já se recomenda.

1 Seguimos aqui de perto a opinião de João Vaz Rodrigues e M. Lima, in *Património urbano, perspectiva jurídico-positiva*, Revista Economia e Sociologia, nº 53, Évora, 1992 págs. 5-27.

2 Por exemplo o PRAUD

3 Julgo que seria correcto tentar sempre que possível diminuir a ocupação destes espaços, possibilitando assim uma franca melhoria das condições de habitabilidade e de segurança, para as quais todos os técnicos terão que ser cada vez mais sensíveis.

4 Para tal contribuiu também a introdução de elementos construtivos estranhos, sem ligação à estrutura existente (construção de instalações sanitárias), associada a uma constante falta de obras de conservação e manutenção, assim como a tão usual supressão de paredes interiores, muitas delas estruturais, doença esta que infelizmente ainda hoje se repete pelo país fora, e que quando executada sem consciência técnica, poderá ser a causa de ruína de imóvel quando atingido por um sinistro.

5 "Considerações sobre Medidas Cautelares para a Diminuição dos Riscos Sísmicos em Centros Urbanos Antigos" - relatório 102/90 - NAE - LNEC - Lisboa, Abril de 1990.

ÁLVARO SIZA  
PRITZKER PRIZE - 1992  
GUSTAVO GILI - 1993

Este é o livro importante da retrospectiva da obra de Siza e que solidifica fisicamente o acto da atribuição do galardão para um conjunto de obra-ideal inventada e construída. Ainda e mais importante que o livro, são o conjunto dos dois artigos de Peter Testa e Kenneth Frampton que descascam e desmontam o percurso mental do Mestre.

Quanto a Siza Vieira, para além de estar tudo escrito, está tudo inscrito. Nos desenhos, nas maquetes, nos edifícios, nos móveis. Toda a discreta distinção atribuída aos seus edifícios, bem como no percurso do espírito, conduzem a uma aproximação quase discreta da (sua) verdadeira dimensão da arquitectura, onde o tempo e espaço fazem parte de uma mesma metáfora, a quarta dimensão.



Os seus edifícios possuem sempre o material arquitectónico indispensável; a cenográfica utilização dos elementos numa dinâmica polifónica e a agilidade dos corpos que pela massa e volume, enquadram o deambular de uma linguagem de inevitável resolução melódica e poética. Os objectos sempre mentalmente muito trabalhados, revelam quase sempre uma pulsação quase cardíaca de frases gramaticais depuradas e repetidamente difundidas, numa gradual articulação de planos

e formas, que se estimulam na direcção de espaços internos e profundos, em processos alquímicos de dilatação e contracção.

A Arquitectura de Siza, é simultaneamente a forma e a antítese da Moda. E contudo há que contrapor o dito de Matias Ayres em 1728: "Duremos na duração da obra, já que em nós mesmos é tão pouco o que duramos". Perceba-se a resolução da força mágica do distante da descoberta, com a alegria de se saber que se faz muito boa arquitectura. E muito boa música popular, para ver e sentir Álvaro Siza. Eis uma triade fantástica: Kate Bush - The Red Shoes, Anita Lane - Dirty Pearl e Julee Cruise - The Voice of Love.

**PINTURA PORTUGUESA**  
JOSÉ LUÍS PORFÍRIO  
QUETZAL EDITORES - 1993

O grande início da nossa pintura, que como é referido no texto, já nasceu adulta, situa-se no início do Renascimento, onde a arte é como os cachos de uma vide que amadurece no verão dourado de uma época, após a provação violenta de obscuras lutas de confiança na libertação dos vínculos feudais da política e religião e revela em potência grandes e novas obras. No Renascimento a consciência artística explica-se em dois planos não coincidentes que determinam a força impulsiva da necessidade de executar e refletir cientificamente sobre os actos executados; o da reflexão humanista e da experiência directa em acto da ciência que se quer impôr.

A figura do conhecimento científico da arte pela experimentação sai do equilíbrio formal da retórica medieval Aristotélica para entrar na perfeição matemática alcançada no Número e da

Geometria e deixa-se contaminar pelo psicológico e mitológico e pela investigação naturalista experimental, que o encaminha para a problemática da cultura contemporânea.



A pintura persegue e realiza a cada momento esta conversão da arte pela ciência e o conhecimento cristalino alcançado com todas as revelações possíveis conduz à descoberta do instante do risco (controlado é certo) que é permitido ao homem, dominando-os e subvertendo-os. A nova figura da pintura que se conhece como ciência projecta-se para além da pura objectividade necessária ao novo pensamento, encerra uma inquietação do espírito perante a grandeza e os mistérios da criação e acentua uma consciência universal que eleva o pensamento ao seu mais alto nível, mais dramático e arriscado. Este risco e prova suprema de uma pintura toda nova lançam através do Mundo Moderno do Renascimento o problema da cientificidade da arte e da articulação da ciência, enquanto problemas de um mesmo movimento unitário da consciência da explicação do cenário de vida, dos processos de transformação do mundo e da grandeza da alma humana. Este deixa então de ser um ideal do Renascimento, para ser o grande objectivo da Idade Moderna. Ainda que os modelos cognoscitivos e operativos se desgastem, a figura da consciência artística brota daquilo "que não se sabe se é

uma luta nocturna com um anjo ou com o espírito que o nega, integrando-se a consciência artística com a autoconsciência filosófica". Este foi também o grande valor da pintura portuguesa do século XV ao XVIII, sendo o do longo caminho para o conhecimento do rigor do fenómeno artístico que o produz. Ainda que a riqueza de meios e motivos sob todos os aspectos que a possam constituir não seja abundante ou tenham sido pilares fundamentais para a evolução da história da arte universal, foram com certeza valores para a consolidação da cultura e ideal portugueses. Este ensaio é um valor seguro para uma primeira descoberta do nosso universo pictórico numa época radiosa do orgulho pátrio. **PINTURA PORTUGUESA** é uma descoberta saborosa da nossa grandiosidade convulsiva e dominadora dos meios disponíveis, revelando pelo texto seguro focalizador dos interesses e premissas e pelas excelentes reproduções da pintura que é toda presente no Museu Nacional de Arte Antiga, uma paixão pictórica que é também uma tradição da pintura nacional, onde se mistura o popular e o erudito, e que no fundo traduzem as grandes ideias de acção e pensamento da cultura portuguesa. Este livro vem provar mais do que a existência de uma escola de pintura em Portugal ou a tradução física dos ideais humanistas da Idade Moderna, antes a existência de uma continuidade da prática de pintura numa nação que tradicionalmente lhe não confere a dignidade própria e a não conhece. É um convite soberbo à descoberta do Museu e ao gosto pela pintura portuguesa antiga, que mostra exemplos que vão da curiosidade ao génio. Da mesma forma os Tinkersticks nos surpreenderam.

Mário Chaves

**A LENDA DE SÃO FRANCISCO XAVIER PELO PINTOR ANDRÉ REINOSO E ESTUDO HISTÓRICO DE VITOR SERRÃO QUETZAL EDITORES**

Se a pintura é de facto a mãe de todas as artes, este relato iconográfico da vida mística de São Francisco Xavier é um dos mais poderosos meios de deslumbre e educação cristã que a pintura portuguesa já produziu. Toda esta série de cenas pictóricas simbolizam o triunfo do símbolo e poder cristão sobre os povos gentios, que tanto aprouve ao poder católico na Contra-Reforma.

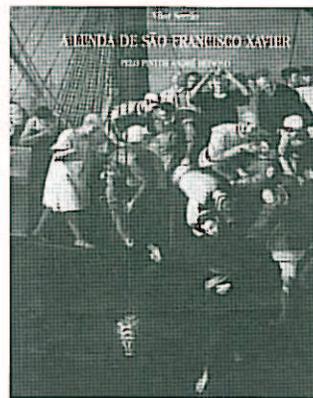
Toda a série de pinturas tem um particular interesse sob o ponto vista do testemunho etnográfico, descrição arquitectónica do Maneirismo e das urbanizações longínquas da Índia, da sociedade seiscentista, hábitos, vestuário e, sobretudo, a interpretação livre mas condicionada aos relatos, de paisagens, gentes e objec-

tos de outras paragens longínquas e míticas. De uma forma geral esta pintura, quase na sua globalidade executada por André Reinoso, avança vigorosamente na novidade da visão perspectívada do fundo arquitectónico como elemento de valorização da acção e pormenor e composição dos elementos para compôr no plateau a teatralidade dos actos. A maestria do desenho, o dramatismo das atitudes, a modelação plástica de rostos e tecidos, o cromatismo luminoso e quente que acentuam os detalhes ambientalistas têm a força do poder persuasor da nova ideia de Igreja, que vêm já anteceder o movimento Barroco.

Estes painéis, não se tenha dúvida, são inquestionavelmente dos melhores quadros produzidos pela nova pintura portuguesa do século XVII. Sem grandes alardes, André Reinoso faz escola pelas envolventes espaciais, capacidade de síntese compósita, elegân-

cia no detalhismo da execução, vigoroso e equilibrados contrapostos lumínicos, atestando uma poderosa "ciência de fazer" quase incomparável entre os seus pares.

A contemplação exigente e sedutora de "Pregação de São



Francisco Xavier em Goa", "São Francisco Xavier ressuscitando um Chefe de casta em Ceilão em 1541" e "São Francisco Xavier aplacando a sede dos companheiros de viagem" é suficiente para despertar uma paixão pelo trabalho exigente de um homem que foi pintor Régio e perso-

nalizou uma notável atitude de precocidade e actualização artística, podendo afirmar-se como protobarroco, como se isso fosse importante dado a sua excelente relação com a cor, quente e eivada de luz divina, razoável conhecimento das correntes naturalista permitindo uma organização rigorosa das formas naturais, e sobretudo regozijar-se pelo génio inventivo da consciência de uma nova humanidade na Humanidade Seiscentista.

O ensaio descritivo dos temas dos painéis e da sua formalização estética por parte do Prof. Vitor Serrão é de um rigor explicativo da forma e do conceito, que permite para além de depois do puro deleite visual, o reconhecimento da ciência e valor da pintura de André Reinoso. Este é um livro próspero e pródigo, tal como o novo disco dos Dead Can Dance - In the Labirint.

Mário Chaves

## VENTILAÇÃO TÉRMICA FÉRIA

ÚNICO SISTEMA CONFORME O ART.º 17.º DO R.G.E.U. ATÉ HOJE  
APROVADO PELO L.N.E.C. PROCESSO LNEC-84/14798

E AGORA E PARA O FUTURO JÁ ESTÁ A OFERECER POR ADIÇÃO TECNOLÓGICA MAIS OPÇÕES NOMEADAMENTE A CONJUGAÇÃO DO SISTEMA DE VENTILAÇÃO TÉRMICA EOLICA COM A EXTRACÇÃO MECÂNICA: ADMISSÃO DE AR NOVO E EVACUAÇÃO DE FUMOS E AR VICIADO POR AREJADORES E EXTRACTORES AUTO-REGULÁVEIS

FÉRIA & FÉRIA - TEL. (01) 849 47 34 / 09



JÁ ESTAMOS A ENVIAR AOS SRS. ARQUITECTOS E ENGENHEIROS CIVIS TODA A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE



**CAIXIPLÁS**  
CAIXILHARIAS ISOLANTES, LDA.

A GARANTIA DA QUALIDADE NA RENOVAÇÃO...  
... DO CHIADO



A ESTRELA EM CAIXILHARIA P.V.C.

Departamento Comercial e Inst. Industriais:

Alto do Outeiro — 2775 PAREDE

TRAJOUCE

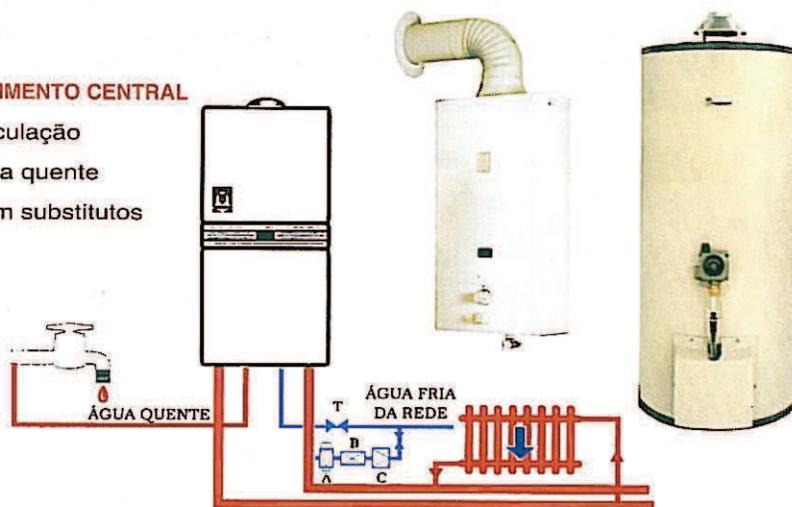
Telefones: (01) 444 43 37/444 56 06 • Fax: (01) 444 59 62

# Vaillant

O maior e mais conceituado  
fabricante Europeu de

## AQUECIMENTO CENTRAL

por circulação  
de água quente  
não tem substitutos



- CALDEIRAS MURAIAS
- ESQUENTADORES
- TERMOACUMULADORES

A MELHOR SOLUÇÃO PARA  
*aquecimento  
central e  
águas quentes*

Dos mais de 1 milhão de  
aparelhos produzidos pela  
VAILLANT na Alemanha, anual-  
mente, 70% são CALDEIRAS  
MURAIAS para aquecimento  
central e águas quentes sanitárias

A CALDEIRA MURAL é a evolução QUALITATIVA do esquentador.

PROJECTAMOS

ORÇAMENTAMOS

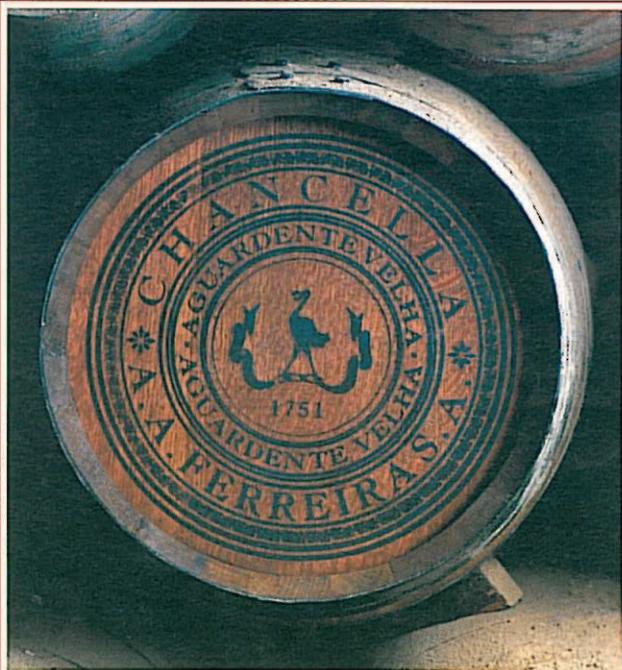
INSTALAMOS

Consulte o nosso Gabinete Técnico, terá a solução adequada.



**MANUEL J. MONTEIRO & C.A, LDA.**

RUA DOS CORREIROS, 140 • 1100 LISBOA • TEL. 346 60 61/5 • FAX 346 64 07  
TELEX 18399 JUNEX P • APARTADO 2885 • 1122 LISBOA CODEX



## CHANCELLA

### AGUARDENTE VELHA

A Casa Ferreira orgulha-se de ter posto a sua chancela nesta aguardente. A rigorosa selecção, a ausência de aditivos artificiais e o longo envelhecimento em cascos de carvalho nacional são o garante da sua autenticidade. CASA FERREIRA, DESDE 1751.

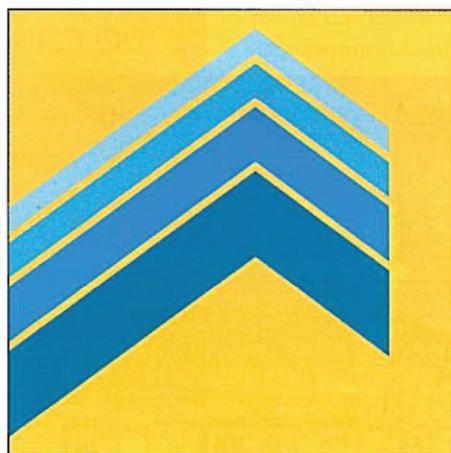


### A CERTEZA DO AUTÊNTICO



A.A. FERREIRA S.A.

## bauteC '94



**Feira alemã especializada  
em construção civil  
Berlim, 9 - 13 de Fevereiro**

A linha fronteira entre os velhos e os novos mercados é o local ideal para aproveitar todas as oportunidades da nova conjuntura europeia, para efectuar contactos prometedores e para uma adaptação às novas exigências. O potencial do mercado é grande e o interesse é enorme. Aproveite bem Berlim, com as suas óptimas infra-estruturas e um espaço dos mais modernos para os seus negócios. Bem vindo à bauteC'94!

 **Messe Berlin**

Representante oficial em Portugal:  
Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã  
Av. da Boavista, 3523, Sala 308, 4100 Porto  
Tel.: 02 - 610 10 80, Fax: 02 - 617 20 14



ABLOY SECURITY GROUP

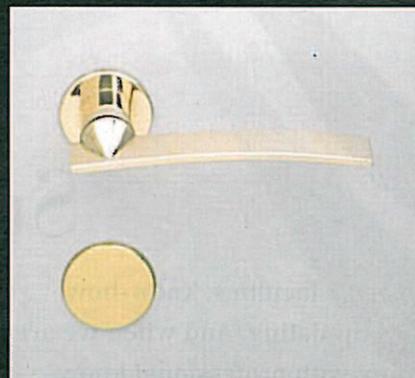
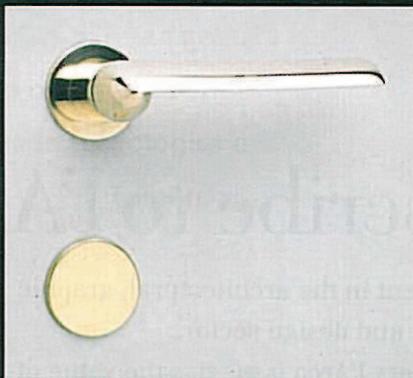
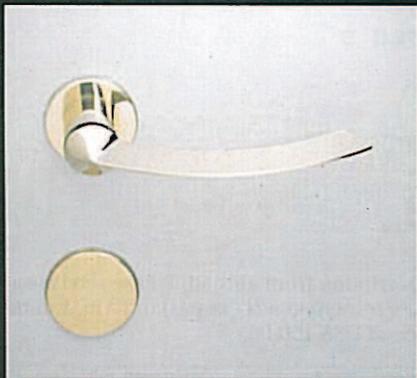


#### A SEGURANÇA INVISÍVEL

A Abloy continua, hoje em dia, no topo das modernas tecnologias de segurança. Sistemas de segurança como o Abloy Combisec, para uso industrial e de escritórios, representam uma revolução na técnica de segurança permitindo um controlo rigoroso e engenhoso de um sistema de fechaduras. Sistemas (como o da imagem) podem ser accionados por uma única chave, programável, que controla todos os aspectos de segurança prolongando-se ainda para outras funções importantes do habitar como a iluminação e a climatização, programando e prevenindo. As áreas abrangidas pelo Abloy Security Group vão desde do simples cadeado ao mais complexo e moderno sistema de segurança passando pelo design de acessórios de segurança, sistemas de infra-vermelhos, molas de portas, puxadores, etc.

Aliada a toda esta investigação na área dos sistemas de segurança, a Abloy apresenta um vasto número de acessórios de design reconhecido e dos quais destacamos o puxador Alvar Aalto e a colecção de puxadores de Jan Des Bouvrie.

#### COLEÇÃO JAN DES BOUVRIE

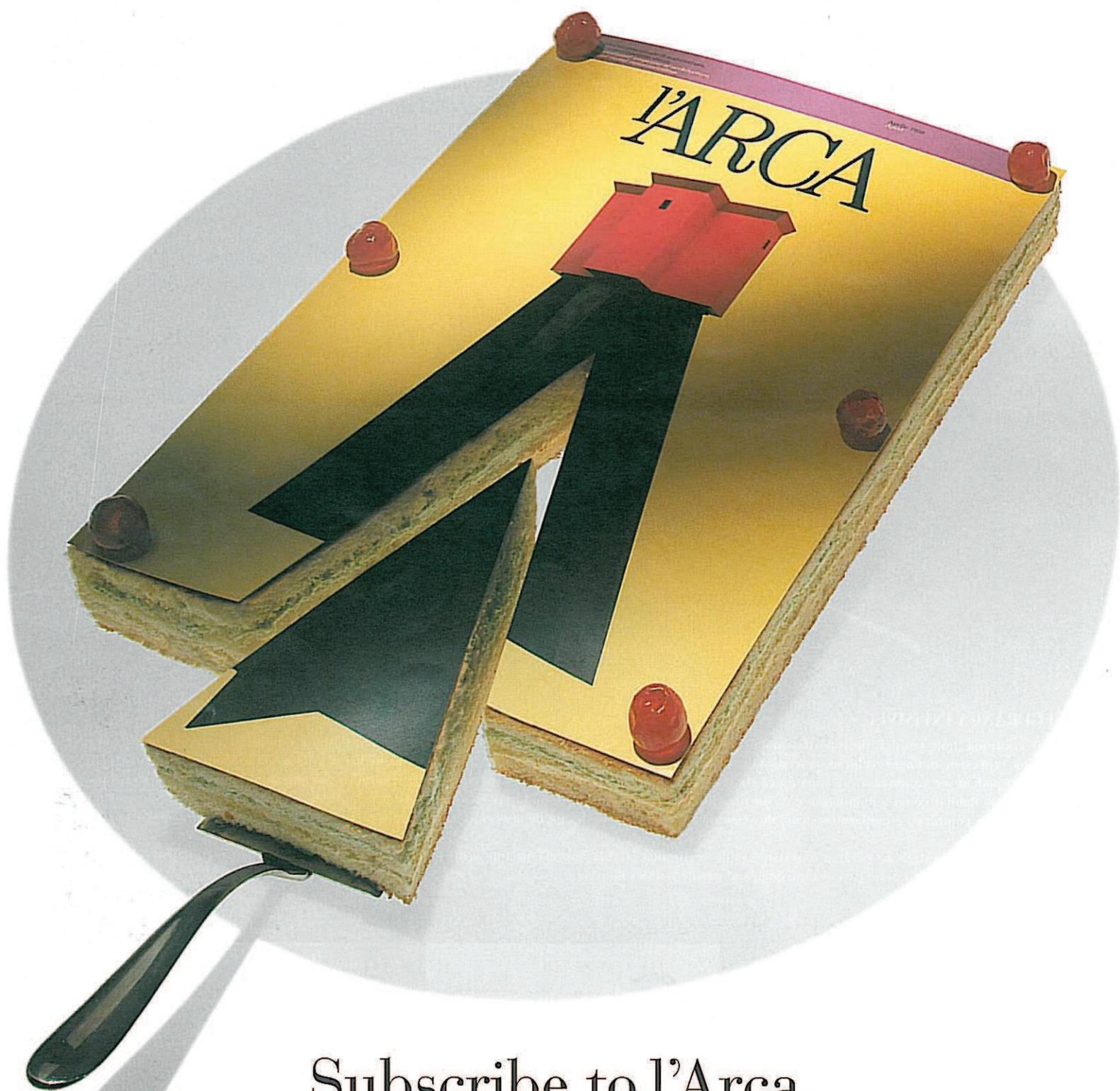


**SÓLAR – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.**

AV. INFANTE DOM HENRIQUE, N.º 598 - 1.º FT - 2750 CASCAIS PORTUGAL - TELEFONE 351.1.483 28 50 - FAX 351.1.486 23 32

Contribuinte n.º 502 983 710 - Sociedade por quotas - Capital Social 10.000.000\$00 - Registada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 6840

Knowledge should be fed at least once a month.



## Subscribe to l'Arca.

Like most faculties, know-how needs up-dating. And when we are dealing with professional know-how, new stimuli become absolutely indispensable. This is why a l'Arca subscription is important. In fact, whoever takes out a subscription to l'Arca can be sure of punctually receiving news and information about every topical and interesting

event in the architectural, graphic art and design sector.

Every l'Arca issue has the value of a book, and a collection of all numbers will make up a complete and up-to-date personal library, a useful tool for research and documentation in the workplace and also to pursue at your leisure. Get a grip on your intellect!

Subscription from abroad. Please send me a year's subscription (11 issues) to l'ARCA at the price of US\$ 150.00.

name ..... surname .....

address .....

town and post code ..... Country .....

profession ..... telephone .....

for the subscription rate I enclose:  
 cheque  American Express Card   
 Diners Club International  Visa

n° .....

expiry date .....

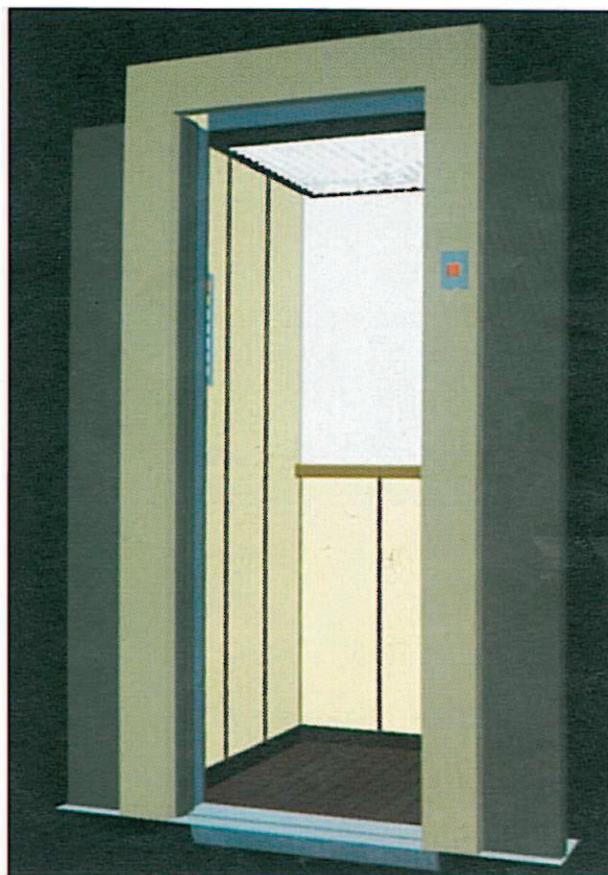
# l'ARCA

l'Arca Edizioni, via Mosè Bianchi 101, 20149 Milano, Italy. Tel. 02-48014743, fax 02-48014829.

# ELEVADORES DOMÍNIO ELEVADO EFACEC

A reputação dos elevadores,  
monta-cargas, monta-macas  
e monta-automóveis **EFACEC** tem  
consistentes razões:

A **EFACEC Elevadores**, como  
qualquer empresa do grupo  
**EFACEC**, concebe, produz e  
assiste de acordo com o conceito  
mais evoluído de fabrico e  
relação com o Cliente:  
**Qualidade Total**. Uma noção  
interiorizada em todos os  
técnicos da **EFACEC**, em todas  
as fases de desenvolvimento,  
fabrico e serviço.  
Ganhar importantes concursos  
internacionais, em Portugal e  
em exigentes mercados estrangeiros,  
é, para a **EFACEC Elevadores**,  
resultado de uma superior  
competitividade tecnológica e  
comercial.



**Peça a visita de um técnico da  
EFACEC Elevadores**  
pelos telef. (02) 951 20 15 ou Fax (02) 951 89 08  
**Ou escreva-nos para:**  
Arroteia • Leça do Balio • Matosinhos  
Apartado 18 • 4466 S. MAMEDE DE INFESTA CODEX



*Olhar mais longe  
que o nosso tempo*

... qualidade  
ergonomia  
racionalização  
funcionalidade  
e flexibilidade...

design: arq. Jorge Sousa



**124** sistema de mobiliário de escritório, resulta de um processo de design com objetivos definidos pelas necessidades do utilizador. Qualidade, ergonomia, racionalização, funcionalidade e flexibilidade são critérios que conjugados com um novo conceito tecnológico constituem o ponto de partida para alcançar um produto inovador de custo reduzido e estética elevada.

 **IMO**  
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, LDA.

# IPOCORK, ORIGEM DE BEM ESTAR...



**HOTEL CONTINENTAL**  
RUA LAURA ALVES N.º 9 – 1000 LISBOA  
**Com Pavimento Madeira (Cerejeira)**  
**IPOCORK**



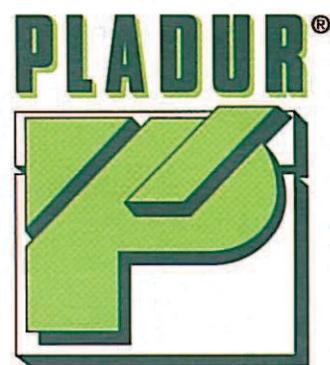
INDÚSTRIA DE PAVIMENTOS E DECORAÇÃO, S.A. - Telef. (2) 764 13 10



MEMBER OF THE AMORIM GROUP



PROJECTE  
COM  
**PLADUR®**  
OS  
SISTEMAS  
DE TODA  
A GARANTIA



OBRA COM GARANTIA

**EPÍSA**

Av. Almirante Reis, 106, 3.º - 1100 LISBOA  
Tel. 826796 - Fax 824930

DELEGACÃO NORTE  
Urbanização Bouça Grande - Rua B, 105  
Tel. (02) 9416649 - V.N. Telha - 4470 MAIA





# AUTOMATISMOS **TECPORTA** **TECMATIC**

Controlo de Acessos • Segurança

*somos a diferença!*

TECOPE — Estudos, Projectos e Representações, Lda. • Av. Álvares Cabral, 23 — 1200 Lisboa  
Tel. 69 12 96 • 65 84 23 • Fax 387 16 26



**BATENTES**



**CIRCULARES**



**ABERTURA INTEGRAL \* DESLIZANTE \* ANTI-PÂNICO**

**PAVISOLO**

- MOSAICOS VIDRADOS, DE PASTA BRANCA VITRIFICADA. MONOCOZEDURA
- CARREAUX ÉMAILLÉS EN PATÉ BLANCHE VITRIFIÉE. PRODUITS PAR MONOCOISSON
- GLAZED TILES. MADE OF VITRIFIED WHITE BODY, SINGLE FIRED
- GLASIERTE FLIESEN. GESINTERT. WEISS-SCHERBIG. EINBRAND.

**SOGRES**

- GRÉS FINO PORCELÁNICO NÃO VIDRADO
- HOMOGENEOUS FULLY VITRIFIED UNGLAZED TILES
- GRÉS CÉRAME PRESSÉ BI PLEINEMENT VITRIFIÉ
- UNGLASIERTES FEINSTEIZEUG

**GRESPOR**

A beleza da fachada  
é o reflexo da alta tecnologia



*Ca. Seguros Global - Lisboa*

Na constante busca de soluções estéticas e tecnicamente perfeitas, a Technal propõe sistemas de fachadas adaptáveis a todos os tipos de edifícios. Quer se trate de uma renovação ou das arrojadas formas da arquitetura contemporânea, a flexibilidade e

versatilidade das fachadas MC, com uma expressão de 52 mm, a variante Reflet, garantem o escrupuloso cumprimento do projecto do arquitecto, ao mesmo tempo que



facilitam o trabalho de instalação. Como complemento da oferta, a Technal coloca à disposição dos técnicos do sector todo o seu Gabinete de Engenharia, por forma a garantir uma maior optimização dos produtos face à especificidade de cada obra. A segurança dos

sistemas Technal é comprovada pelos ensaios efectuados em alguns dos mais importantes organismos oficiais europeus, que atribuíram à Technal francesa a certificação ISO 9001.

**TECHNAL®** 

*Nem todo o Alumínio é igual!*

